

# RELATÓRIO ANUAL 2014

# RELATÓRIO ANUAL 2014



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	
MISSÃO	DIRETORIA COLEGIADA Jorge Luiz Macedo Bastos Ana Patrízia Gonçalves Lira Carlos Fernando do Nascimento Natália Marcassa de Souza
	ÓRGÃOS VINCULADOS À DIRETORIA COLEGIADA Auditoria Interna - AUDIT Corregedoria - COREG Comissões de Outorgas Gabinete do Diretor - GAB Ouvidoria - OUVID Procuradoria Geral - PRG Secretaria-Geral - SEGER Superintendência Executiva - SUEXE Assessoria Técnica para o Transporte Internacional - ASTEC Assessoria de Comunicação Social - ASCOM Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentar - ASPAR Centro de Documentação - CEDOC
	SUPERINTENDÊNCIAS Superintendência de Estudos e Pesquisas - SUEPE Superintendência de Exploração de Infraestrutura Rodoviária - SUINF Superintendência de Fiscalização - SUFIS Superintendência de Gestão - SUDEG Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER Superintendência de Marcos Regulatórios - SUREG Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas - SUROC
	UNIDADES REGIONAIS UNIDADE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO - URRJ Av. Marechal Câmara, nº 160, 11º andar - Ed. Le Borget Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20020-800  UNIDADE REGIONAL DE SÃO PAULO - URS Av. Paulista, 37, Edifício Centro Cultural Paulista, 8º andar - São Paulo - SP - CEP 01311-902  UNIDADE REGIONAL DE MINAS GERAIS - URMG Av. Cristóvão Colombo, nº 485, 14º andar - Bairro Funcionários - Belo Horizonte - MG - CEP: 30140-140  UNIDADE REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL - URRS Rua João Guimarães, 285 - Bairro Santa Cecília - Porto Alegre - RS - CEP: 90630-170  UNIDADE REGIONAL DO CEARÁ - URCE Av. Luciano Carneiro, nº 2255-A, térreo - Vila União - Fortaleza - CE - CEP: 60410-691  UNIDADE REGIONAL DO MARANHÃO - URMA Rua 9, nº 10 - Bairro Vinhais - São Luiz - MA - CEP: 65071-110  UNIDADE REGIONAL DA BAHIA - URBA Av. Tancredo Neves, 1632 - Ed. Salvador Trade Center, Sala 611 - Caminho das Árvores - Salvador/BA - CEP: 41820-020  UNIDADE REGIONAL DE PERNAMBUCO - URPE Avenida Conselheiro Aguiar, nº 196 - Bairro do Pina - Recife/PE - CEP: 51011-030  UNIDADE REGIONAL CENTRO-NORTE - URCN SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla, Polo 8, Bloco E - Térreo - Brasília/DF - CEP: 70200-003
VISÃO DE FUTURO	
“Ser referência na regulação, promovendo a harmonização do setor e garantindo a excelência dos Serviços de Transportes Terrestres.”	
ATRIBUTOS DE VALOR	
Segurança; Eficiência; Conforto; Rapidez; Pontualidade; Qualidade; Imparcialidade; Modicidade Tarifária; Responsabilidade Socioambiental;	

## MENSAGEM DA DIRETORIA

O Relatório Anual da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) foi elaborado em cumprimento ao disposto no art. 84, do Regimento Interno (aprovado pela Resolução nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009) e apresenta os principais resultados de sua atuação no ano de 2014.

Dentre as ações relacionadas a essa estratégia de atuação foi publicada a Deliberação nº 063, de 27 de março de 2014, que aprovou a visão, missão, objetivos estratégicos, atributos de valor, indicadores de desempenho e iniciativas estratégicas, para mais um ciclo de seu Planejamento Estratégico - 2014/2017.

Em convergência às premissas acima estabelecidas um novo Mapa Estratégico foi criado, a partir da publicação do mapa do setor transportes, pelo Ministério dos Transportes, com os objetivos estratégicos adequados ao cenário atual do setor transportes, e que incluiu elementos inexistentes no Mapa anterior, tais como a visão e seus tributos de valor, os quais representam, respectivamente, a descrição do futuro almejado e os princípios que orientarão as atividades da agência.

O aperfeiçoamento dos marcos regulatórios recebeu atenção especial da agência com a publicação da Agenda Regulatória para o biênio 2014/2015, que ensejou a definição prévia dos temas que demandarão uma atuação prioritária no processo de normatização, considerando os impactos a serem gerados à sociedade.

Importantes resoluções foram publicadas, entre elas: i) condições gerais relativas à venda de bilhetes de passagem nos serviços regulares de transporte terrestre interestadual e internacional de passageiros; ii) sistemática de identificação dos passageiros dos serviços de transporte terrestre; iii) critérios e procedimentos para autorização da utilização de terminal rodoviário adicional, dentro de um mesmo Município ou região metropolitana e iv) definição do tipo, da estruturação, da coleta, do armazenamento, da disponibilização e do envio dos dados coletados pelo sistema de monitoramento do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros. O ano de 2014 marcou a evolução dos projetos de concessão componentes do Programa de Investimento em Logística (PIL), que visa ampliar a capacidade de rodovias com duplicação e implantação de melhorias (vias marginais, passarelas, intersecção em desnível de contornos), e resultou na celebração de cinco novos contratos de concessão, somando outros 4.436,2 quilômetros às rodovias federais já concedidas.

A ANTT administra 21 concessões rodoviárias, divididas em três etapas de concessão, totalizando 9.969,6 km. Há seis concessões referentes à Primeira Etapa (1.315,9 km), sete concessões referentes à Segunda Etapa - Fase I (2.624,4 km), uma concessão referente à Segunda Etapa - Fase II (680,6 km) e uma concessão referente à Terceira etapa - Fase II (475,9 km). Dentre estas, a concessão da BR 101/RJ, Ponte Rio/Niterói (13,2 km) ensejou processo de licitação.

No âmbito das concessões ferroviárias o Programa de Investimentos em Logística (PIL), busca, essencialmente, expandir a capacidade de transporte da malha ferroviária nacional, resgatar a ferrovia como alternativa logística e reduzir fretes. As concessões ferroviárias administradas pela ANTT são 12, incluindo a subconcessão da Valec (Ferrovia Norte-Sul).

Destaca-se a inclusão, no escopo do PIL Ferrovias, dos estudos executados bem como publicados os Editais de Chamamento Público a partir de Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI's). Em andamento os novos estudos para os seguintes trechos ferroviários: Açailândia (MA) - Barcarena (PA); Anápolis (GO) - Corinto (MG); Belo Horizonte (MG) - Guanambi (BA); Estrela D'Oeste (SP) - Dourados (MS); Sapezal (MT) - Porto Velho (RO); e Sinop (MT) - Miritituba (PA). A previsão é de que esses estudos sejam concluídos no primeiro semestre de 2015. Merece realce, importante projeto piloto para a implantação de sistemas de controle e operação ferroviária, tendo sido selecionado o trecho da Ferrovia Norte-Sul situado entre Porto Nacional (TO) - Estrela D'Oeste (SP), além da realização de obras nos empreendimentos Ferrovia Norte-Sul, Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul, Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e Ferrovia Nova Transnordestina.

Dentre as principais atividades relativas ao modal ferroviário realizadas no exercício de 2014, cabe destacar, a publicação do Regulamento de Segurança na Circulação de Trens, da Padronização dos Sistemas de Sinalização

de Comunicações Ferroviárias e do Regulamento do Operador Ferroviário Independente, como parte da Agenda Regulatória para o biênio 2013/14.

Importante ressaltar os resultados alcançados no segmento transporte de cargas quanto ao número de fiscalizações, sendo 17.637.043, em território nacional, 20.198 no internacional de cargas e 4.474 referentes ao de produtos perigosos.

Quanto à fiscalização do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, foram realizadas 321.492 fiscalizações em 2014. Desse total, 285.234 referem-se à fiscalização do serviço de longas distâncias, 4.149 são referentes ao serviço semiurbano e 32.109 ao serviço internacional. Essas ações resultaram na lavratura de 39.756 autos de infração.

Além das fiscalizações rotineiras, destaca-se a Operação Safra com o objetivo de contribuir para a chegada programada de veículos de transporte rodoviário de cargas ao Porto de Santos, com ênfase na fiscalização do transporte de soja, quando foram realizadas 14.550 fiscalizações e lavrados 1.155 autos de infração.

A Operação Copa do Mundo monitorou os serviços de transporte nas rodovias federais concedidas, reforçou as ações nos postos de fiscalização e o atendimento nos terminais rodoviários. Foi implantado projeto piloto com a finalidade de fiscalizar, em tempo real, os terminais rodoviários de 12 cidades-sede da Copa do Mundo, a partir de reclamações sobre situações que estavam ocorrendo naqueles terminais. A operação resultou no total de 10.490 fiscalizações e na lavratura de 1.447 autos de infração.

No âmbito do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, mais especificamente no que diz respeito ao projeto de dinamização da Rede Nacional de Transportes Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros - PROPASS, que contempla a elaboração do plano de outorga de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, foram adotadas novas regras orientadas à qualidade e proteção dos usuários. Com a publicação da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, que permitiu que os serviços interestaduais e internacionais rodoviários passassem a ser delegados por meio de autorização, está em desenvolvimento instrumento regulatório no qual serão definidas as regras para o processo de delegação desses serviços.

Ainda em 2014, foi realizada licitação para selecionar as empresas que prestarão os serviços de transporte rodoviário coletivo regular interestadual semiurbano de passageiros para atuar na região do Distrito Federal e do Entorno.

O transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros é aquele que possui natureza de transporte rodoviário urbano. Conecta cidades próximas com forte interdependência econômica e serve, predominantemente, a estudantes e trabalhadores, o que resulta em uma grande quantidade de viagens diárias para o transporte de aproximadamente, 90 milhões de passageiros por ano.

A licitação do serviço de transporte semiurbano de passageiros é a garantia de um sistema de transporte eficiente, seguro e de qualidade para a população.

Outras licitações estão em andamento, como para os municípios de Petrolina (PE), Juazeiro (BA), Teresina (PI) e Timon (MA), visando diminuir a criticidade da qualidade do transporte público naquelas regiões.

Os resultados obtidos pela agência, tanto no ambiente interno quanto externo, demonstram os avanços no propósito de melhorar o sistema de transporte terrestre, de maneira a se permitir a fluidez do tráfego, a segurança e o conforto dos usuários nas rodovias concedidas, modernizar e garantir uma logística ferroviária eficiente, que amplie a capacidade de transporte, além do atendimento das necessidades dos usuários que utilizam os serviços sob sua regulação.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) conquistou avanços importantes no ano de 2014. O Relatório Anual de 2014 tem a finalidade de servir como instrumento de transparência e incentivo ao controle social, o que possibilita uma maior comunicação entre a agência e a sociedade e reafirma sua missão de “assegurar aos usuários adequada prestação de serviços de transportes terrestre”.







# ***GESTÃO ESTRATÉGICA***





O processo de Gestão Estratégica foi instituído pela Portaria nº 203, de 29 de Abril de 2009. A Deliberação nº 063, de 27 de Março de 2014, deu início ao Ciclo 2014-2017 do Planejamento Estratégico da Agência, com a aprovação da visão, missão, objetivos estratégicos, atributos de valor, indicadores de desempenho e iniciativas estratégicas.

O novo Mapa Estratégico foi criado a partir da publicação do Mapa do setor transportes, pelo Ministério dos Transportes, apresentando objetivos estratégicos adequados ao cenário atual do setor e incluindo a visão da ANTT e seus atributos de valor, os quais representam, respectivamente, a descrição do futuro almejado e os princípios que orientarão a execução das atividades da Agência.

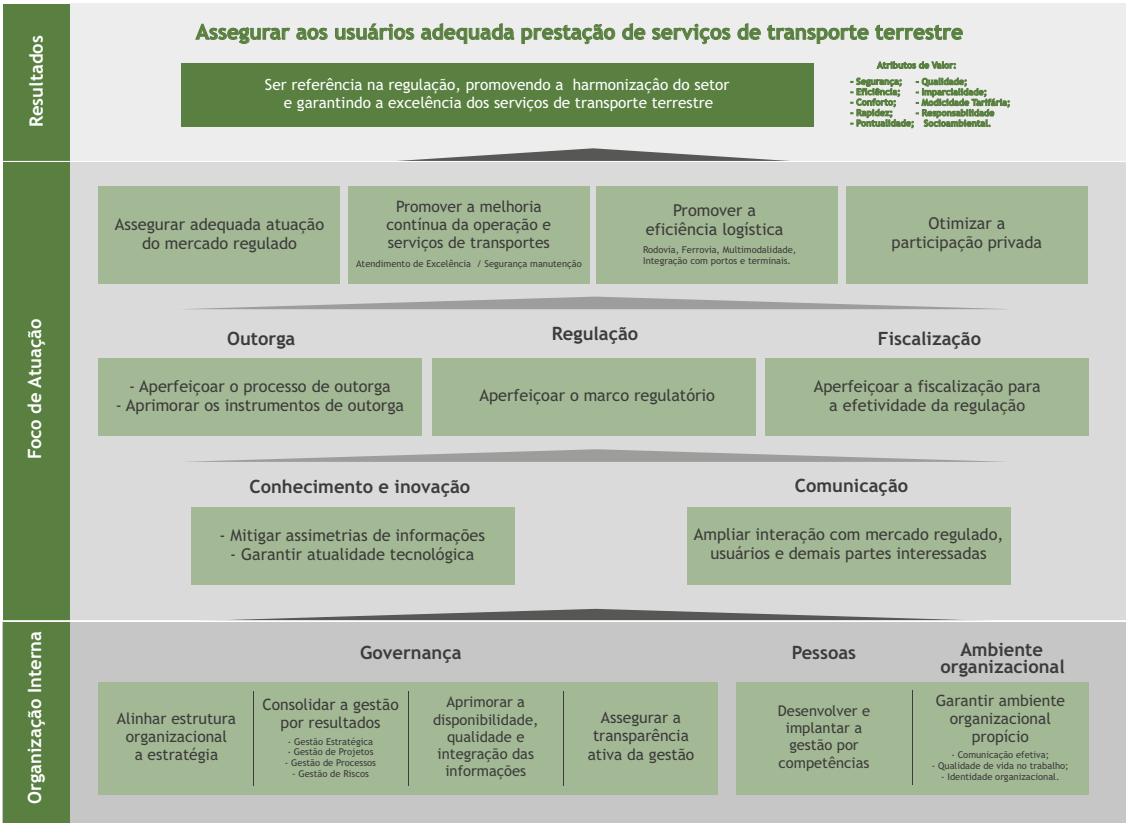
A Portaria nº 159 (MT), de 26 de Setembro de 2013, instituiu o Planejamento Estratégico do Sistema Transportes, cuja operacionalização está a cargo do Ministério e de suas entidades vinculadas.

A Deliberação nº 384, de 08 de dezembro de 2014, foi responsável por complementar a primeira, regulamentando o processo de acompanhamento e divulgação da evolução dos objetivos e iniciativas estratégicas, além da mensuração dos respectivos indicadores de desempenho.

Conforme pode ser observado no Mapa demonstrado abaixo, os objetivos estratégicos estabelecidos estão estritamente vinculados às competências legais atribuídas à Agência por meio da Lei 10.233, de 05 de junho de 2001, previstas nos artigos 24 a 26, resultando na convergência de ações para o alcance da missão e da visão estabelecidas.

Os resultados do Planejamento Estratégico, apresentados em item específico deste Relatório, estão diretamente relacionados ao Plano Plurianual - PPA 2012-2015.

A ANTT definiu três perspectivas, demonstradas no Mapa, são elas: "Organização Interna", pois os processos internos atuam como alicerces para o desempenho das atividades finalísticas; "Foco de Atuação", com a representação dos trabalhos a serem desenvolvidos em prol da sociedade, dos entes regulados e demais interessados; e, por último, a perspectiva de "Resultados", que demonstra os produtos que a Agência almeja entregar aos entes com os quais se relaciona



Além dos indicadores de desempenho, que servem como parâmetro para a avaliação da evolução no alcance dos objetivos definidos no Mapa Estratégico, a Deliberação nº 063/2014 estabeleceu as Iniciativas Estratégicas, visando aumentar a eficiência na consecução desses objetivos.

Enquanto os indicadores e metas registram o progresso da ANTT em direção ao alcance dos objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico, as iniciativas auxiliam na redução do "gap" existente entre o desempenho atual e o desejado. Portanto, algumas das iniciativas estabelecidas referem-se às concessões - tanto rodoviárias quanto ferroviárias, à fiscalização das ferrovias federais concedidas, à outorga do serviço de transporte rodoviário interestadual de passageiros, entre outros.

Os avanços do ano de 2014 dizem respeito à efetividade no acompanhamento tempestivo das ações no site GesANTT - [gesantt.antt.gov.br/](http://gesantt.antt.gov.br/) - e na qualidade dos indicadores operacionais e de desempenho definidos para o ciclo 2014/2017, além da divulgação dos resultados por meio dos Ciclos de Avaliação Estratégica ocorridos em junho e outubro de 2014.

A perspectiva para os próximos anos é um maior engajamento por parte dos responsáveis pela alimentação dos indicadores de desempenho, bem como da mudança na apresentação dos resultados com a publicação da Deliberação nº 384, de 8 de dezembro de 2014, que passou a definir Ciclos de Avaliação Estratégica coincidentes com o acompanhamento trimestral dos indicadores.

Os principais riscos enfrentados pela Agência na execução de seu Planejamento Estratégico e consequentemente no alcance do que foi estabelecido estão no comprometimento das áreas técnicas, nas restrições orçamentárias e financeiras da ANTT e na insuficiência de servidores.

### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Dentre as ações que contribuíram para o alcance dos objetivos estratégicos definidos na Deliberação nº 063/2014, destacam-se as relacionadas às concessões - tanto rodoviárias quanto ferroviárias, à fiscalização das ferrovias federais concedidas, à agenda regulatória e à outorga do serviço de transporte rodoviário interestadual de passageiros.

Os Objetivos Estratégicos representam os resultados que a instituição pretende atingir em determinado período de tempo. Além disso, decorrem da Missão organizacional e permeiam perspectivas que facilitam a compreensão das linhas de atuação.

Com relação ao gerenciamento das novas concessões rodoviárias federais - 3ª etapa, as ações planejadas para o ano de 2014 consistiram na realização de obras de ampliação (duplicação) e na obtenção de licença de instalação para os seguintes trechos: BR-050-GO-MG (Entroncamento com a BR-040 (Cristalina-GO) - Divisa MG-SP), BR-060-153-262-DF-GO-MG (BR-060 e BR-153 do DF até a divisa MG-SP e BR - 262, da BR-153-MG à BR-381-MG), BR-163-MT (BR - 163 e MT - 407 do MS até o entroncamento com a MT-220), BR-163-MS (Início na divisa com o estado do MT e término na divisa com o PR), BR-040-DF-GO-MG (Brasília - DF - Juiz de Fora - MG).

Quanto à implantação das novas concessões de rodovias, as ações realizadas convergiram para a realização de estudos de viabilidade, execução de audiências públicas e de leilão, e para a análise de documentação, visando à contratação e ao posterior ato de outorga.

Para saber mais sobre o PIL: [www.logistica.brasil.gov.br](http://www.logistica.brasil.gov.br)

Com relação às ações operacionais relativas ao Programa de Investimentos em Logística, consta a publicação da portaria de autorização e a finalização dos estudos de viabilidade de Anápolis (GO) - Corinto (MG), Belo Horizonte (MG) - Guanambi (BA), Açailândia (MA) - Barcarena (PA), Estrela D'Oeste (SP) - Dourados (MS), Sinop (MT) - Itaituba (PA) e Sapezal (MT) - Porto Velho (RO). Quanto à revisão dos contratos de concessões ferroviárias, foram realizadas as análises da primeira e da segunda versão preliminar do documento. Já na fiscalização das ferrovias federais concedidas, realizou-se a fiscalização dos serviços e dos ativos do transporte ferroviário de cargas, avaliando a adequação da prestação do serviço, além da análise e do acompanhamento dos projetos e investimentos.

Auxiliaram, também, no alcance dos objetivos estratégicos as ações relacionadas à Agenda Regulatória, as quais consistiram na elaboração dos planos de projetos e dos relatórios de acompanhamento, na atualização do site da agenda regulatória e nas revisões ordinárias e extraordinárias.

## INDICADORES

A função dos indicadores é aferir periodicamente o desempenho das ações em andamento e, a partir dos resultados apurados, auxiliar a tomada de decisões dos gestores da instituição.

Os indicadores de desempenho apresentados detêm influência nos resultados do Mapa Estratégico do Sistema Transportes, tendo em vista que os objetivos estratégicos estabelecidos no Mapa da ANTT foram instituídos com base no Mapa do Sistema Transporte. A ANTT possui cinco indicadores que, além de mensurar os resultados alcançados pela Agência, também influenciam nos resultados do Mapa Estratégico do Sistema Transportes. São eles:

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
<b>Movimentação de cargas por ferrovias (Milhões de TU)</b>	314,93	455,0	452,66	Trimestral	Valor movimentado de cargas pelas Concessões de Transporte Ferroviário de Cargas
<b>Índice de Segurança operacional Ferroviária (acidentes por milhão de trens. km)</b>	12,69	15,25	12,52	Trimestral	Número de ocorrências, dividido por milhão de quilômetros de trem (trilhos), multiplicado por 10 <sup>3</sup> .
<b>Índice de Acompanhamento dos Serviços Concedidos (%)</b>	108%	85%	86%	Trimestral	Número de inspeções realizadas, dividido pelo número de inspeções programadas no Plano Anual de Fiscalização Rodoviária, multiplicado por cem.
<b>Percentual de cumprimento da agenda regulatória (%)</b>	91,41%	40%	30,32%	Trimestral	Número de projetos concluídos, dividido pelo número de projetos previstos inicialmente para serem concluídos no ano, multiplicado por 100.
<b>Volume de investimentos privados no setor transportes (Bilhões de Reais)</b>	4,6	10,66	8,59	Trimestral	Investimento privado no período X.

Fonte: GEIMO

### • Indicador “movimentação de cargas por ferrovias”

Criado para aferir e refletir, juntamente com outros indicadores, os resultados do alcance do objetivo estratégico “Otimizar a Participação Privada”. Por meio dele é possível acompanhar o aumento da participação do modal ferroviário na matriz de transportes, com base no aumento da movimentação de cargas por ferrovias concedidas à iniciativa privada.

Esses dados podem ser obtidos pela Agência, por meio de informações presentes no Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário - SAFF. Ademais, os resultados são trimestralmente aferidos.

A fórmula de cálculo consiste no valor movimentado de cargas pelas concessões de transporte ferroviário de cargas, apresentando a unidade de medida em milhões de TU.

De acordo com o “Índice Previsto” e o “Índice Observado”, em 2014, é possível concluir que o resultado foi bastante satisfatório, com o alcance de 99,48% da meta estabelecida.

### • Indicador “índice de segurança operacional ferroviária”

Elaborado para contribuir na aferição do objetivo estratégico “Promover a Melhoria Contínua da Operação e Serviços de Transportes”, justifica-se pela relevância de se mensurar o nível de segurança que as ferrovias oferecem aos seus usuários.

A sua fórmula de cálculo consiste no número de ocorrências, dividido por milhão de quilômetros de trem (trilhos), multiplicado por 10<sup>3</sup>, obtendo-se ao final o percentual desse indicador. Portanto, quanto mais baixo o percentual melhor é o resultado.

A fonte de dados utilizada é o Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário - SAFF, que além de ser confiável, não apresenta ônus com relação a sua obtenção.

O resultado deste indicador de desempenho foi muito satisfatório, tendo apresentado o alcance de 122%, lembrando que este é um indicador inversamente proporcional, ou seja, quanto menor o resultado, melhor. Portanto, o índice de acidentes por milhão de trens, aferido com base em km, foi menor do que o índice previsto.

### • Indicador “índice de acompanhamento dos serviços concedidos”

Colabora na mensuração do alcance do objetivo “Assegurar Adequada Atuação do Mercado Regulado”, visando à aferição das fiscalizações realizadas nas concessionárias das rodovias.

Tem a capacidade de proporcionar medição da situação pretendida ao longo do tempo, por intermédio de séries históricas que serão construídas com base na aferição dos valores.

Sua obtenção consiste no número de inspeções realizadas, dividido pelo número de inspeções programadas no Plano Anual de Fiscalização Rodoviária, multiplicado por cem para o alcance do percentual.

Os dados são obtidos por meio das Coordenações de Exploração da Infraestrutura Rodoviária das Unidades Regionais e dos Postos de Fiscalização Rodoviária, portanto são fáceis de serem coletados e compreendidos, provêm de uma fonte confiável e de um processo de aquisição não oneroso.

Em 2014, esse indicador veio em substituição ao anterior (2013) que consistia no “Percentual de Cumprimento do Plano Anual de Fiscalização”, e ambos buscam aferir as fiscalizações realizadas nas concessões



nárias das rodovias. Todavia, o indicador atual está consolidado na ANTT desde o Planejamento do Ciclo passado, optando-se, portanto, por mantê-lo.

O presente indicador apresentou um ótimo desempenho, obtendo um alcance de 101, 17% da meta estabelecida para o ano de 2014.

• Indicador “percentual de cumprimento da agenda regulatória”

Está relacionado ao objetivo “Aperfeiçoar o Marco Regulatório”, sua relevância consiste na verificação da taxa de cumprimento dos projetos previstos na Agenda Regulatória.

Tem a capacidade de proporcionar medição da situação pretendida ao longo do tempo, por intermédio de séries históricas que serão construídas com base na aferição dos valores.

E é mensurado por meio do número de projetos concluídos, dividido pelo número de projetos previstos inicialmente para serem concluídos no ano, multiplicado por 100, resultando na taxa de realização.

A fonte dos dados é confiável e se resume ao cronograma da Agenda Regulatória, a qual periodicamente é verificada, não gerando custos de obtenção para a Instituição.

O indicador apresentou percentual de cumprimento de 75,8% com relação à meta estabelecida, portando é possível afirmar que o resultado foi satisfatório.

•Indicador “volume de investimentos privados no setor de transportes”

Vinculado ao objetivo “Otimizar a Participação Privada” é utilizado para aferir os dados relativos tanto à capacidade produtiva do transporte ferroviário de cargas, através do aumento dos investimentos pela iniciativa privada, quanto ao monitoramento do volume de investimentos privados realizados nas concessões de rodovias, servindo também para conhecimento do volume de obras de melhoramento e manutenção das rodovias.

Tem a capacidade de proporcionar medição da situação pretendida ao longo do tempo, por intermédio de séries históricas que serão construídas com base na aferição dos valores.

É mensurado por meio do volume de investimento privado (em rodovias e ferrovias) realizado no período.

Os dados são obtidos por meio da fiscalização contábil, ou seja, de fácil obtenção. Ademais, a aferição não é onerosa para a Agência, é um dado bastante confiável e os resultados são de fácil compreensão pelo público em geral.

O valor alcançado foi de 80,6% com relação à meta estabelecida, portanto um resultado tido como satisfatório ao interesse da Agência.

Compreendem o conjunto de processos de trabalho, que geram produto ou serviço ao cliente externo, são considerados essenciais à existência da Instituição.

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Macroprocessos	Descrição	Insumos	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis	Parceiros Externos
Gestão de Concessão e Permissão	Gerir contratos de outorga de passageiros e de infraestrutura rodoviária e ferroviária concedida	Infraestrutura	Planejamento aprovado	Concessionárias e a sociedade	Superintendência de Exploração e Infraestrutura Rodoviária - SUINF, Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUPER e Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS.	Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE)
		Pessoal	Pareceres Técnicos			Ministério da Fazenda (MF)
		Sistemas	Notas Técnicas			Tribunal de Contas da União (TCU)
		Plano de Exploração de Rodovias (PER)	Ofícios			Ministério dos Transportes (MT)
		Regulamentações, Legislações	Memorandos			Controladoria Geral da União (CGU)
		Contrato de outorga assinado	Relatório anual de avaliação			Ministério Público da União (MPU)
		Relatórios	Relatório Mensal de acompanhamento da execução contratual de cargas (PTI)			Concessionária
		Planejamento anual	Novas metas			
		Cronograma Plurianual físico-financeiro	Atualização do Sistema de acompanhamento e fiscalização do transporte ferroviário - SAFF			
		PER/Cronograma vigente	Tabelas tarifárias atualizadas			
		Parecer Técnico de apuração de inexecuções	Resolução do reajuste tarifário			
		Relatórios de adimplência contratual	Ofício MF/SEAE			
		Projeto de investimento	Projetos aprovados/não aprovados			
		Proposta de Plano Trienal de Investimentos - PTI	Deliberação de autorização			
		Análise de cenários	Comunicação da receita alternativa			
		Plano de metas	Programa de Exploração da Rodovia (PER)			
		Proposta/Solicitação de alteração PER/Cronograma	Cronograma atualizado			
		Solicitação do Pleito de Reajuste Tarifário e Histórico de Reajustes	Revisões da TBP			
		Solicitação de intermediação	Proposta de soluções de conflitos e decisões arbitrárias			
Gestão da Fiscalização	Elaboração e execução das etapas de fiscalização, que engloba o planejamento da fiscalização dos serviços de transportes ferroviário e rodoviário de cargas e de passageiros, e a infraestrutura outorgada	Infraestrutura Física, Pessoal e Sistemas.	Plano Estruturado de Fiscalização	Sociedade	Superintendência de Fiscalização - SUFIS, Superintendência de Exploração e Infraestrutura Rodoviária - SUINF, Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUPER e Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS	Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF)
		Relatórios de fiscalizações anteriores	Emissão de documentos			Agências Estaduais
		Outorgas e serviços autorizados	Registros relativos às fiscalizações			Ministério dos Transportes (MT)
		Convênios	Relatórios periódicos			Tribunal de Contas da União (TCU)
		Regulamentações e Legislações	Instruções de serviços			Conveniados
		Serviços prestados pelos prestadores de serviços	Celebração de convênios			Controladoria Geral da União (CGU)

Fonte: GEIMO

A Agência vem focando nos macroprocessos finalísticos de “Gestão de Concessão e Permissão” e “Gestão de Fiscalização”, os quais auxiliam no cumprimento de sua missão de “Assegurar aos usuários adequada prestação de serviços de Transporte Terrestre”.

O macroprocesso “Gestão de Concessão e Permissão” tem por objetivo gerir os contratos de outorga de passageiros e de infraestrutura rodoviária e ferroviária. Assim, a ANTT realiza o acompanhamento da execução contratual da infraestrutura concedida, por meio da análise e aprovação dos planos de execução e da gestão do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados com as concessionárias, além de gerenciar os conflitos que ocorrem durante as concessões.

Dentre os produtos e serviços resultantes do processo de Análise e Aprovação dos Planos de Execução Rodoviários, inicial e recorrente, estão o planejamento aprovado dos três primeiros anos e o planejamento anual aprovado. Enquanto no acompanhamento da execução contratual de infraestrutura rodoviária, as saídas consistem em pareceres técnicos, notas técnicas, ofícios e memorandos.

Na aprovação dos planos de execução de cargas, com o estabelecimento e a revisão de metas, os produtos gerados são o relatório anual de avaliação, o relatório mensal de acompanhamento da execução contratual de cargas (PTI), novas metas e atualização do Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário- SAFF, além das tabelas tarifárias atualizadas, resolução do reajuste tarifário e do ofício MF/SEAE (Ministério da Fazenda/Secretaria de Acompanhamento Econômico).

Quanto à autorização de projetos, dentre os produtos e serviços gerados, estão os projetos aprovados ou não aprovados, a deliberação de autorização, a comunicação da receita alternativa e os ofícios às concessionárias.

Já a gestão do equilíbrio econômico-financeiro resulta nas seguintes saídas: Programa de Exploração da Rodovia (PER)- com cronograma atualizado -, resolução, ofícios e revisões ordinárias e extraordinárias (emergencial) da Tarifa Básica de Pedágio (TBP). Enquanto a gestão de conflitos nas concessões consiste em uma saída que gera proposta de soluções e decisões arbitradas. Os principais beneficiários (clientes) desse macroprocesso são as concessionárias e, sobretudo, a sociedade. Sendo a Superintendência de Exploração e Infraestrutura Rodoviária - SUINF, a Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transportes Ferroviário de Cargas - SUFER e a Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS as unidades com maior participação no processo.

O macroprocesso “Gestão da Fiscalização”, que caracteriza a elaboração e a execução das etapas de fiscalização, contempla os trabalhos de planejamento da fiscalização dos serviços de transportes ferroviário e rodoviário de cargas e de passageiros, e da infraestrutura outorgada. Finda a etapa de planejamento, inicia-se a etapa de execução da fiscalização, tanto no que tange ao transporte de cargas e passageiros quanto à fiscalização econômico-financeira das empresas concessionárias.

Alguns dos mais relevantes produtos e serviços que resultam desse macroprocesso consistem em um plano estruturado de fiscalização, na emissão de documentos e registros relativos às fiscalizações, em relatórios periódicos e instruções de serviços e na celebração de convênios, tudo isso visando à realização da fiscalização de forma mais eficiente e eficaz.

Os macroprocessos convergem diretamente para o desenvolvimento do Programa de Investimentos em Logística (PIL), do Governo Federal, que visa ampliar a escala de investimentos públicos e privados em infraestrutura rodoviária e ferroviária. Ademais, auxiliam no alcance de grande parte dos objetivos estratégicos da ANTT, como “Assegurar a adequada atuação do mercado regulado”, “Promover a melhoria contínua da operação e serviços de transportes” e “Aperfeiçoar a fiscalização para a efetividade da regulação”.



# CONCESSÕES RODOVIÁRIAS



A ANTT administra atualmente 21 concessões rodoviárias, divididas em três etapas de concessão, totalizando 9.969,6 km. Há seis concessões referentes à Primeira Etapa (1.315,9 km), sete concessões referentes à Segunda Etapa - Fase I (2.624,4 km), uma concessão referente à Segunda Etapa - Fase II (680,6 km) e uma concessão referente à Terceira etapa - Fase II (475,9 km). As mais recentes concessões passaram a integrar o Programa de Investimentos em Logística (PIL). Uma corresponde à Terceira Etapa - Fase I (936,8 km) e cinco são referentes à Terceira Etapa - Fase III (3.936,0 km), perfazendo um total de 4.872,8 km.

O PIL foi lançado em agosto de 2012 e consiste num programa de investimentos que se caracteriza pela participação da iniciativa privada em projetos de concessão que ampliem a capacidade de rodovias com duplicação e implantação de melhorias (vias marginais, passarelas, interseções em desnível e contornos). É interessante destacar que a cobrança de pedágio ocorrerá somente após a implantação de 10% das obras de duplicação no Programa de Exploração da Rodovia (PER).

As seis concessões rodoviárias integrantes do PIL correspondem aos lotes das BR-040/DF/GO/MG, BR-050/GO/MG, BR-060/153/262/DF/GO/MG, BR-153/TO/GO, BR-163/MS e BR-163/MT, que tiveram os leilões realizados e contratos assinados. Em 2014, o Programa de Investimentos em Logística se consolidou com a prestação de serviços operacionais aos usuários (serviços de socorro médico e mecânico) e o início de obras de duplicação em rodovias concedidas.

Foram publicados cinco editais de Chamamento Público, para que empresas interessadas em elaborar estudos técnicos, levantamentos e investigações, pudessem apresentar Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), de acordo com as disposições do Decreto 5.977, de 1º de dezembro de 2006. Os estudos que serão apresentados poderão, a critério do poder concedente, ser utilizados em modelagens de concessões de novos trechos rodoviários.

A atual concessão da BR-101/RJ, Ponte Rio/Niterói (13,2 km) que se encerrará em 31/05/2015 ensejou a publicação de Edital de Chamamento Público. O processo de renovação dessa concessão exigiu a realização de novos estudos concluídos em 2014. O estudo escolhido foi submetido a audiência pública. A previsão é de realização do leilão em 2015, após aprovação dos estudos pelo Tribunal de Contas da União.

Foram também publicados Editais de Chamamento Público, em Fevereiro de 2014, que visam à concessão de quatro novos trechos: BR-364/060/MT/GO, Rondonópolis (MT) - Jataí (GO) - Goiânia (GO) (703,7 km). BR-163/230/MT/PA, Entroncamento MT-220 - Porto de Miritituba (PA) (976,0 km). BR-364/GO/MG, Jataí (GO) - Entroncamento BR-153/MG (Comendador Gomes) (439,2 km) e BR-476/153/282/480, Lapa (PR) - Divisa SC/RS, passando por Chapecó (SC) (493,3 km). As empresas autorizadas estão atualmente desenvolvendo os estudos, com previsão de entrega em 2015.

Dentre as obras que estão sendo realizadas para melhoria das condições de fluidez do tráfego, segurança e conforto dos usuários nas rodovias já concedidas, destacam-se as seguintes:

- BR-116/BA, duplicação, trecho Feira de Santana - BR-242/BA (68,8 km) - executados 40,41 km em 2014, com previsão de conclusão 2015.
- BR-116/BA e BR-324/BA, duplicação, Contorno Sul de Feira de Santana (7,0 km) - executados 48,70 % em 2014, com previsão de conclusão em 2015.

- BR-040/DF/GO/MG, duplicação (557,20 km), iniciada em 2014 nos Municípios de Valparaíso do Goiás/GO, Luziânia/GO, Cristalina/GO e João Pinheiro/MG, com execução 6,28% em 2014, e previsão de execução de 55,7 km em 2015.
- BR-060/153/262/DF/GO/MG, duplicação (647,80), iniciada em 2014 nos Municípios de Uberaba/MG e Campo Florido/MG, com execução de 5,80% em 2014, e previsão de execução de 64,8 km em 2015.
- BR-050/GO/MG, duplicação (218,90), iniciada em 2014 nos Municípios de Cristalina/GO e Itape-meri/GO, com execução de 9,8% em 2014, com previsão de execução de 21,9 km em 2015.
- BR-163/MS, duplicação (806,3 km), iniciada em 2014 nos Municípios de Sonora/MS, Caarapó/MS e São Gabriel do Oeste/MS, com execução de 2,37% em 2014, e previsão de execução de 80,6 km em 2015.
- BR-163/MT, duplicação (453,60 km), iniciada em 2014 no Município de Rondonópolis/MT, com execução 4,15% em 2014, e previsão de execução de 45,4 km em 2015.
- BR-116/SP, duplicação, trecho Curitiba - Mandirituba (25,4 km) - executados 9,87 km em 2014, com previsão de execução de 5,87 km em 2015.
- BR-040/RJ, construção, nova subida Serra de Petrópolis (21,0 km) - executados 20,19% em 2014, com previsão de execução de 60% em 2015.
- BR-101/RJ, ampliação, Avenida do Contorno (2,4 km), foram executados 47,70% da obra em 2014, com previsão de conclusão em 2015.
- BR-101/RJ, duplicação, trecho Macaé - Entroncamento RJ Via Lagos (176,6 km) - executados 38 km em 2014, com previsão de execução de 78,0 km em 2015.
- BR-290/RS, execução da 2ª Etapa da implantação da 4ª Faixa, (19,6 km), iniciada em 2014, com execução 76% em 2014, com previsão de conclusão em 2015.
- BR-101/SC, construção, Contorno de Florianópolis (49,0 km), iniciado em 2014, com execução de 20,14% do subtrecho 3 e previsão de execução de 77,50% do subtrecho 3 e 48,30% do subtrecho 4 em 2015.
- BR-116/SP, duplicação, Serra do Cafezal, Rodovia Régis Bittencourt (30,3 km) - executados 6,6 km em 2014, com previsão de execução de 7,0 km em 2015.
- BR-153/SP, duplicação, (34,3 km) - executados 2,1 km em 2014, com previsão de execução de 9,6 km em 2015.

A partir da assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), que indicaram a necessidade de 578 obras em oito concessões da 2ª Etapa - Fases I e II, no ano de 2014, 317 obras (54,84%) foram concluídas e 139 (24,05%) estavam em execução. Essas obras resultarão em uma melhora significativa da fluidez nas rodovias federais concedidas.

Com vistas a assegurar a prestação adequada do serviço público foram introduzidos mecanismos de avaliação de desempenho do serviço cabendo destacar os mecanismos de revisão e reajuste das tarifas de pedágio e a previsão de modicidade tarifária quando da não realização dos investimentos.



CONCESSÕES ADMINISTRADAS PELA ANTT ATÉ 2014

Rodovias	Trechos	Extensão
BR-116/RJ/SP (NOVA DUTRA)	Rio de Janeiro - São Paulo	402,0 Km
BR-101/RJ (PONTE)	Ponte Rio - Niterói	13,2 Km
BR-040/MG/RJ (CONCER)	Rio de Janeiro - Juiz de Fora	179,9 Km
BR-116/RJ (CRT)	Rio de Janeiro - Teresópolis - Além Paraíba	142,5 Km
BR-290/RS (CONCEPA)	Osório - Porto Alegre	121,0 Km
BR-116/293/RS (ECOSUL)	Polo de Pelotas	457,3 Km
BR-116/PR/SC (AUTOPISTA PLANALTO SUL)	Curitiba - Div. SC/RS	412,7 Km
BR-116/376/PR e BR 101/SC (AUTOPISTA LITORAL SUL)	Curitiba - Palhoça	405,9 Km
BR-116/SP/PR (AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT)	São Paulo - Curitiba (Régis Bittencourt)	401,6 Km
BR-381/MG/SP (AUTOPISTA FERNÃO DIAS)	Belo Horizonte - São Paulo (Fernão Dias)	562,1 Km
BR-101/RJ (AUTOPISTA FLUMINENSE)	Ponte Rio - Niterói - Div. RJ/ES	320,1 Km
BR-153/SP (TRANSBRASILIANA)	Div. MG/SP - Div. SP/PR	321,6 Km
BR-393/RJ (RODOVIA DO AÇO)	Div. MG/RJ - Entr. BR-116 (Dutra)	200,4 Km
BR-116/324/BA e BA-526/528 (VIABAHIA)	Div. BA/MG - Salvador - Acesso à Base Naval de Aratu	680,6 km
BR-101/ES/BA (ECO-101)	Entr. com a BA-698 (acesso a Mucuri) - Divisa ES/RJ	475,9 Km
BR-040/DF/GO/MG (VIA 040)	De Brasília/DF a Juiz de Fora/MG	936,8 km
BR-153/TO/GO (CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS GALVÃO BR 153)	Trecho Anápolis/GO (BR-060) até Aliança do Tocantins/TO (TO-070)	624,8 Km
BR-050/GO/MG (MGO RODOVIAS)	Do entroncamento com a BR-040, em Cristalina/GO até a divisa MG/SP (município de Delta/MG)	436,6 Km
BR-163/MT (CONCESSIONÁRIA ROTA DO OESTE)	Trecho de 822,8 Km na BR-163 e 28,1 Km na MT-407 (início na divisa com o estado do MS e término no Km 855,0 no entroncamento com a MT-220)	850,9 Km
BR-163/MS (CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA SUL MATOGROSSENSE - MS VIA)	BR-163/MS - Início na divisa com o estado do MT e término na divisa com o PR	847,20 Km
BR-060/153/262/DF/GO/MG (CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS CENTRAIS DO BRASIL - CONCEBRA)	BR-060 e BR-153 do DF até a divisa MG/SP e BR-262, da BR-153/MG à BR-381/MG	1.176,5 Km
TOTAL		9.969,6 Km

TRECHO RODOVIÁRIO LEILOADO EM 2014

Rodovia	Leilão	Concessionária	Extensão	Deságio
BR 153/TO/GO	Mai/14	Galvão	624,8 Km	45,99%

FISCALIZAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL DAS CONCESSÕES

A fiscalização dos Contratos de Concessão das Rodovias Federais sob responsabilidade da ANTT foi realizada em função dos parâmetros de desempenho especificados nos respectivos Contratos e em conformidade com os planejamentos anuais apresentados pelas concessionárias, nos quais constam as programações de obras e serviços a serem executados ao longo de cada mês.

Para a fiscalização dos serviços executados pelas concessionárias, consideram-se os Relatórios Técnico-Operacionais e Físicos - RETOF, bem como os relatórios de monitoração dos diversos elementos da rodovia, apresentados pelas concessionárias. Subsidiariamente, as empresas supervisoras, contratadas pela ANTT, realizaram monitoração dos parâmetros de desempenho, por amostragem.

Foram realizadas diversas ações de fiscalização em cumprimento ao Plano Anual de Fiscalização. Entre janeiro e dezembro de 2014, foram efetuadas 2.040 (duas mil e quarenta) ações de fiscalização nas rodovias federais concedidas. Durante o feriado do ano novo 2013/2014, foi realizada fiscalização extraordinária para verificação do atendimento aos parâmetros de desempenho nas praças de pedágio de maior volume.

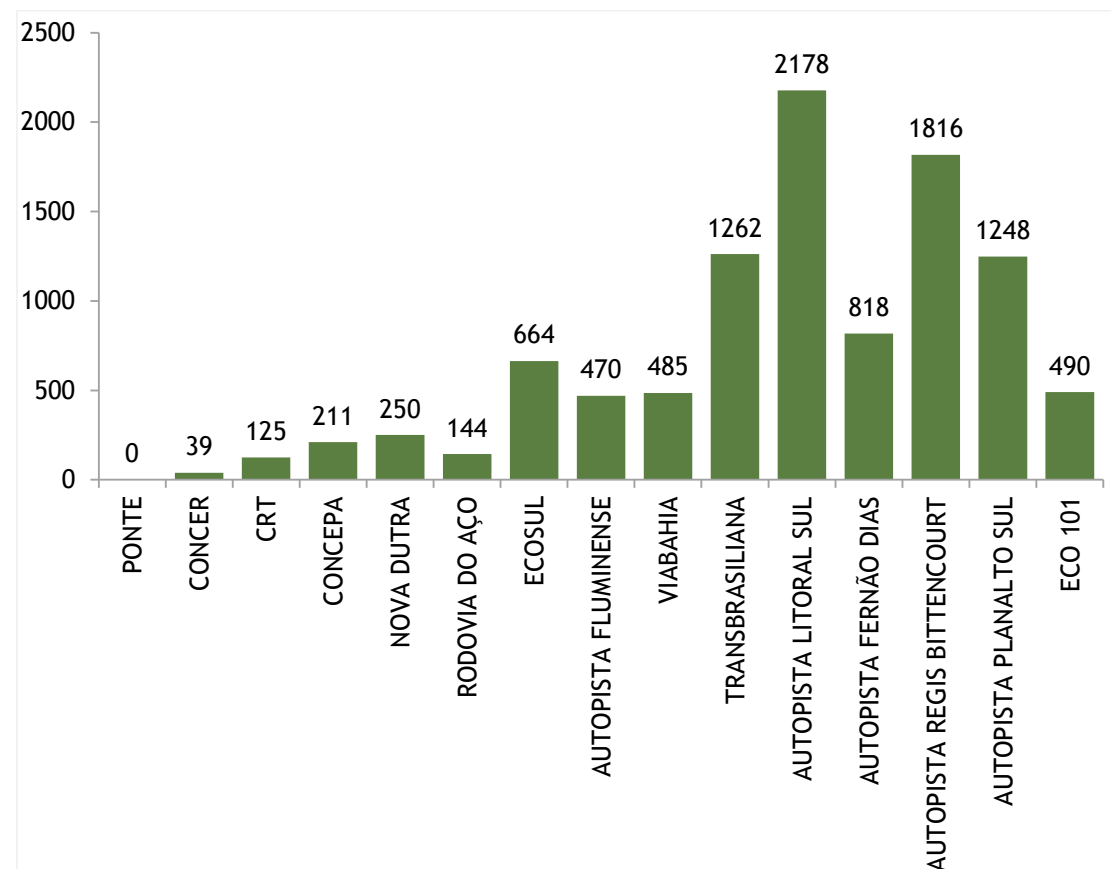
Como resultados das atividades da fiscalização, foram emitidos 10.200 (dez mil e duzentos) Termos de Registro de Ocorrência - TROs, que são avisos de inadequações com prazo de correção previsto em dispositivo regulatório. No mesmo exercício, foram lavrados 159 (cento e cinquenta e nove) Autos de Infração - AIs e 977 (novecentas e setenta e sete) Notificações de Infração - NIs, todos relativos a defeitos e inconformidades verificados nas rodovias ou nos relatórios de monitoração ou inexecuções de obras e serviços.

Em 2014, foram autuados 1.057 (mil e cinquenta e sete) Processos Administrativos Simplificados - PAS, para apuração de infração e aplicação de penalidades por descumprimento contratual. Posteriormente, as inconformidades foram solucionadas pelas concessionárias, mas a correção da infração não eximiu a aplicação da penalidade, assim os PAS prosseguiram o rito processual normal.

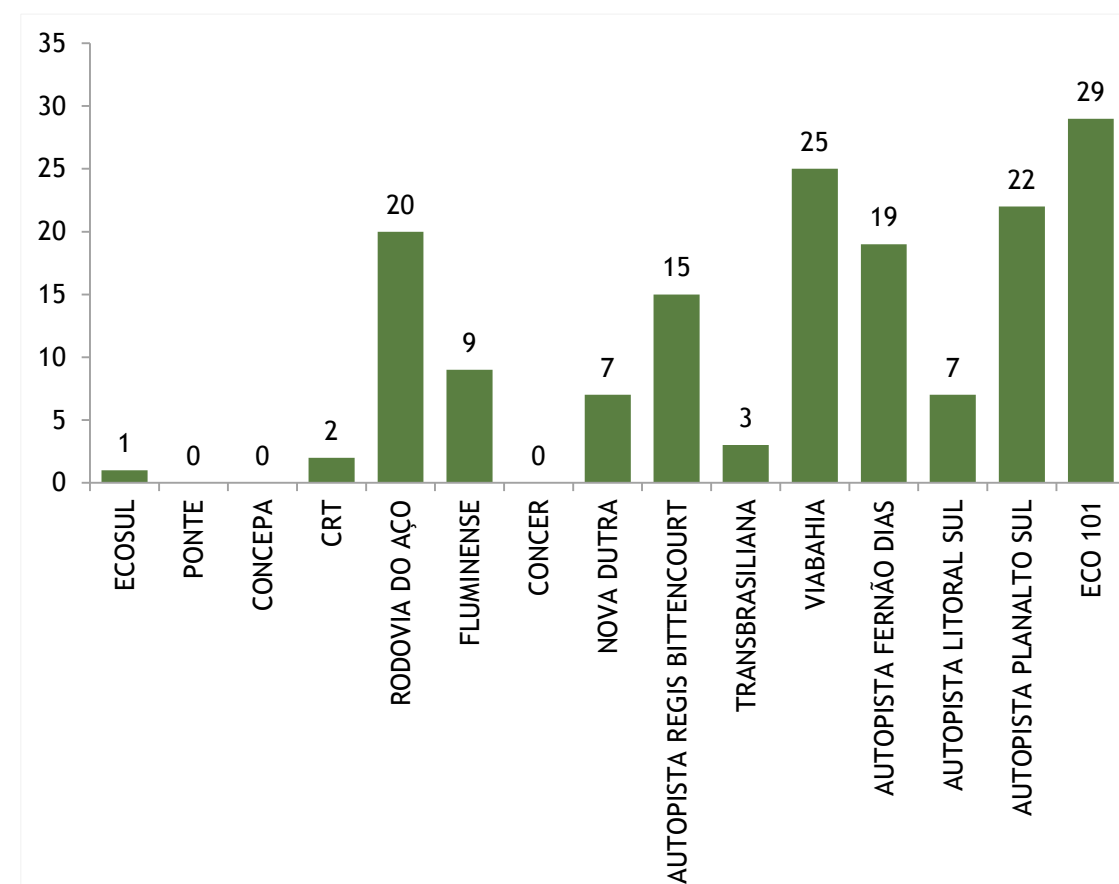
É importante salientar que a redução no número de PAS autuados em 2014 (1.057) em relação a 2013 (2.061) se deve ao fato de que naquele ano (2013) foram autuados diversos PAS relativos às inexecuções constatadas entre 2008 e 2012.

As tabelas e gráficos a seguir apresentam os dados acima, por concessionária, por km e por elemento do sistema rodoviário.

Termos de Registro de Ocorrência - TRO - 2014	
PONTE	0
CONCER	39
CRT	125
CONCEPA	211
NOVA DUTRA	250
RODOVIA DO AÇO	144
ECOSUL	664
AUTOPISTA FLUMINENSE	470
VIABAHIA	485
TRANSBRASILIANA2012	1.262
AUTOPISTA LITORAL SUL	2.178
AUTOPISTA FERNÃO DIAS	818
AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT	1.816
AUTOPISTA PLANALTO SUL	1.248
ECO101	490
<b>Total</b>	<b>10.200</b>

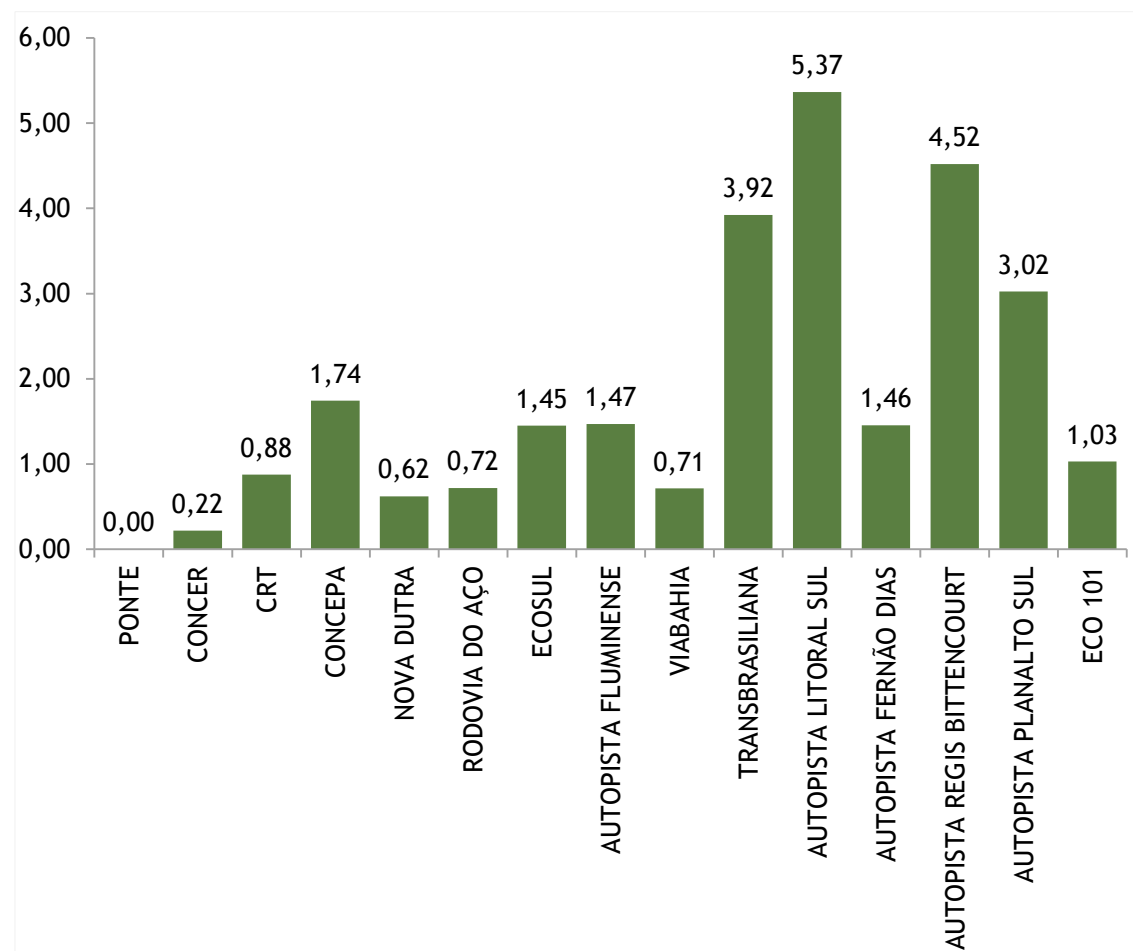


Autos de Infração - AI - 2014	
ECOSUL	1
PONTE	0
CONCEPA	0
CRT	2
RODOVIA DO AÇO	20
FLUMINENSE	9
CONCER	0
NOVA DUTRA	7
AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT	15
TRANSBRASILIANA	3
VIABAHIA	25
AUTOPISTA FERNÃO DIAS	19
AUTOPISTA LITORAL SUL	7
AUTOPISTA PLANALTO SUL	22
ECO101	29

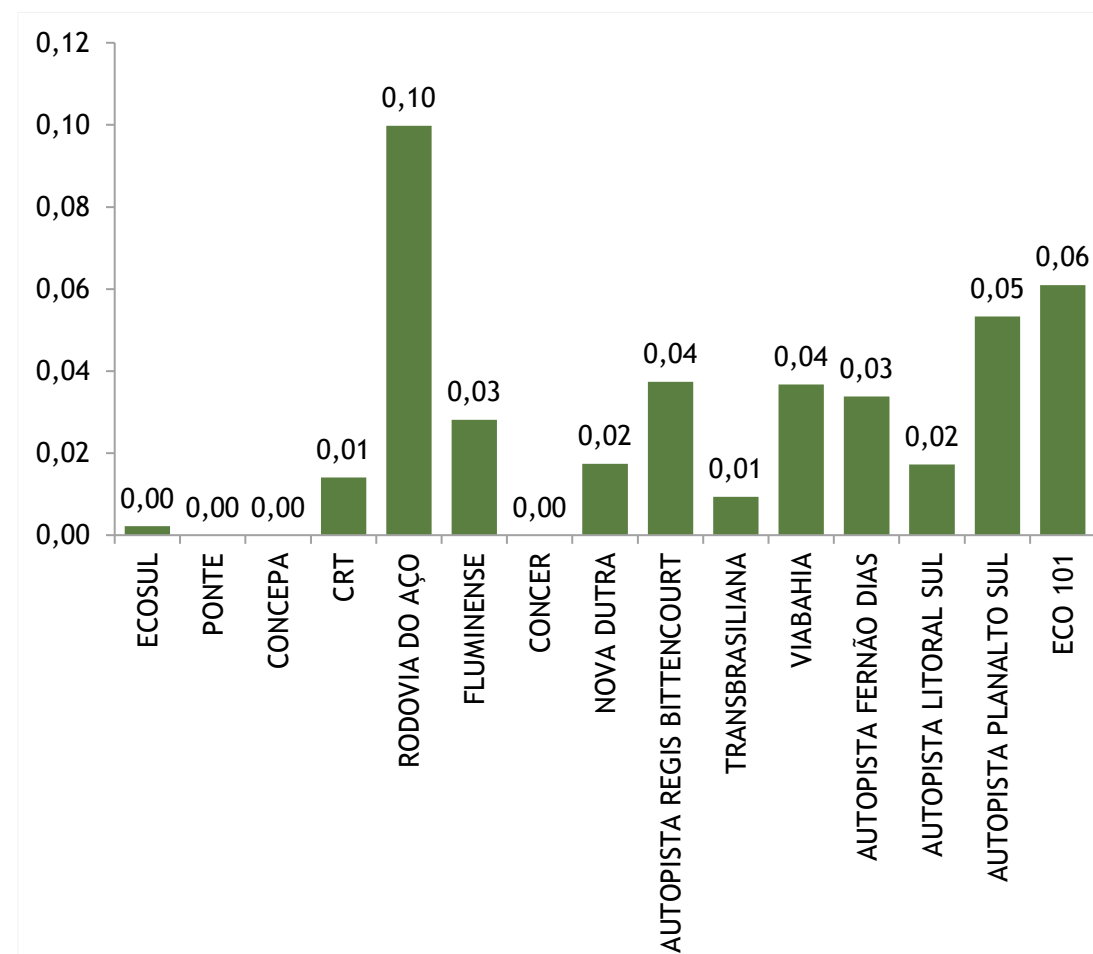




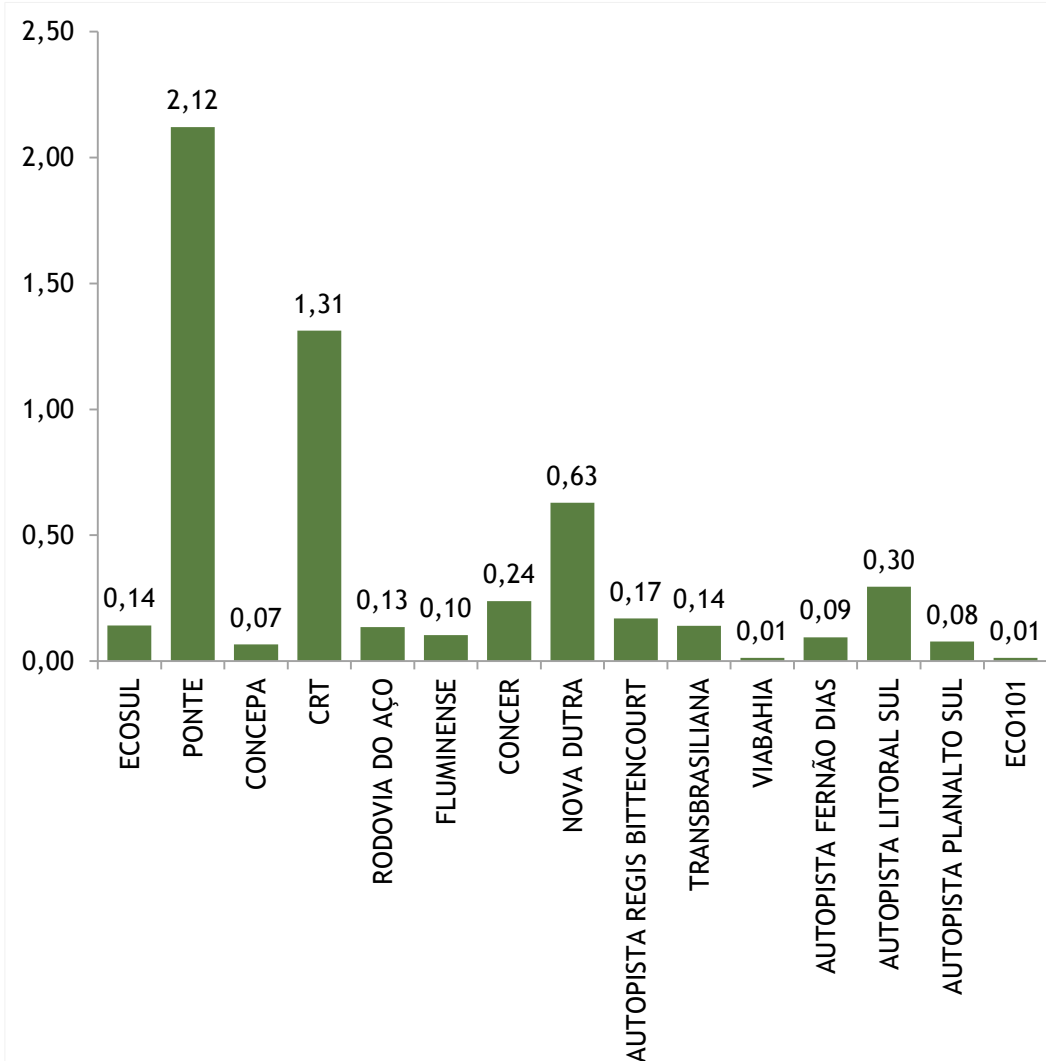
TRO/KM - 2014	
PONTE	0,00
CONCER	0,22
CRT	0,88
CONCEPA	1,74
NOVA DUTRA	0,62
RODOVIA DO AÇO	0,72
ECOSUL	1,45
AUTOPISTA FLUMINENSE	1,47
VIABAHIA	0,71
TRANSBRASILIANA	3,92
AUTOPISTA LITORAL SUL	5,37
AUTOPISTA FERNÃO DIAS	1,46
AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT	4,52
AUTOPISTA PLANALTO SUL	3,02
ECO 101	1,03



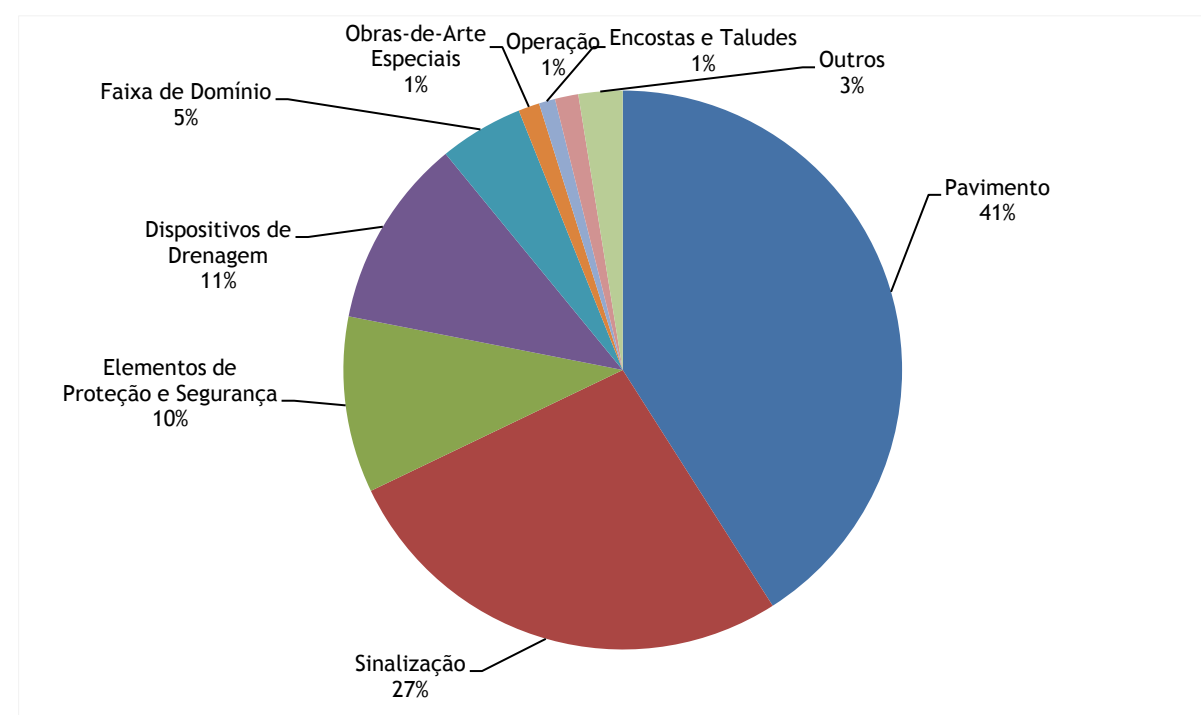
AI/KM - 2014	
ECOSUL	0,00
PONTE	0,00
CONCEPA	0,00
CRT	0,01
RODOVIA DO AÇO	0,10
FLUMINENSE	0,03
CONCER	0,00
NOVA DUTRA	0,02
AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT	0,04
TRANSBRASILIANA	0,01
VIABAHIA	0,04
AUTOPISTA FERNÃO DIAS	0,03
AUTOPISTA LITORAL SUL	0,02
AUTOPISTA PLANALTO SUL	0,05
ECO 101	0,06



NI/KM - 2014	
ECOSUL	0,14
PONTE	2,12
CONCEPA	0,07
CRT	1,31
RODOVIA DO AÇO	0,13
FLUMINENSE	0,10
CONCER	0,24
NOVA DUTRA	0,63
AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT	0,17
TRANSBRASILIANA	0,14
VIABAHIA	0,01
AUTOPISTA FERNÃO DIAS	0,09
AUTOPISTA LITORAL SUL	0,30
AUTOPISTA PLANALTO SUL	0,08
ECO101	0,01

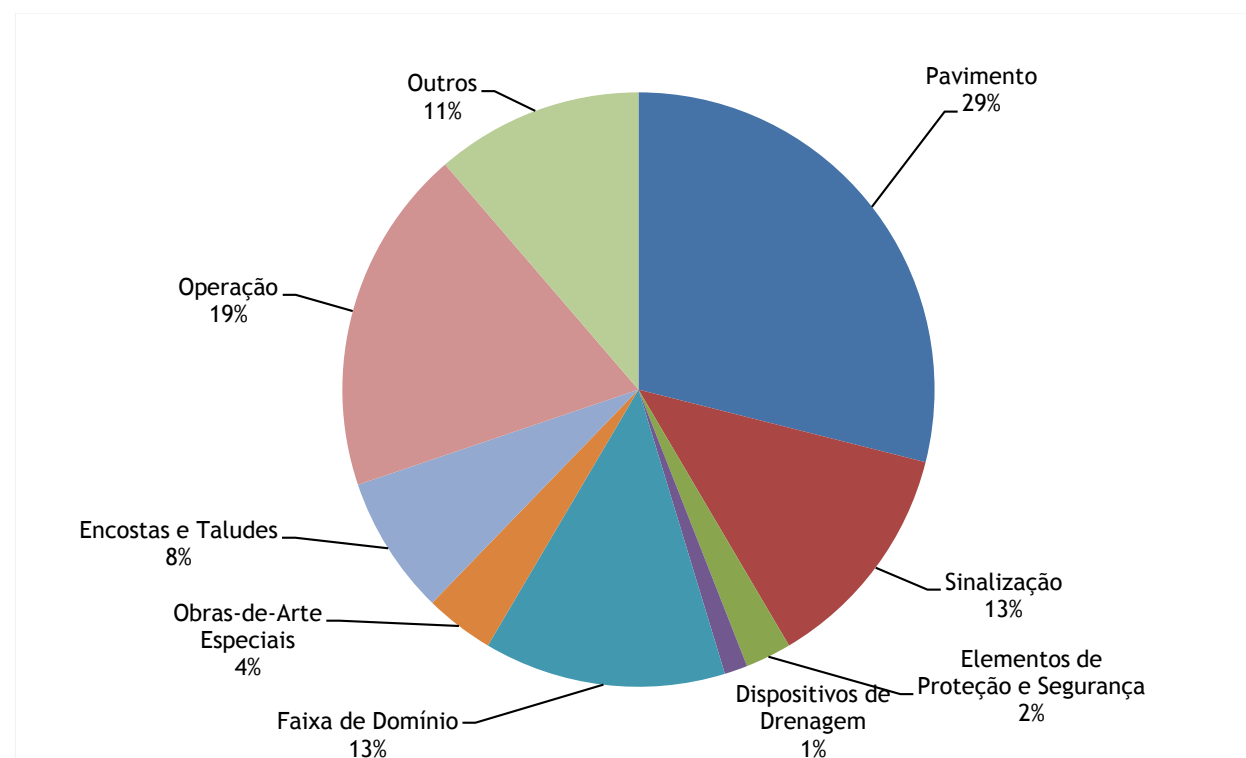


TRO/ELEMENTO - 2014	
PAVIMENTO	4.180
SINALIZAÇÃO	2.744
ELEMENTOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	1.040
DISPOSITIVOS DE DRENAGEM	1.121
FAIXA DE DOMÍNIO	496
OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS	125
ENCOSTAS E TALUDES	96
OUTROS	260
OPERAÇÃO	138





AI/ELEMENTO - 2014	
PAVIMENTO	46
SINALIZAÇÃO	20
ELEMENTOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	4
DISPOSITIVOS DE DRENAGEM	2
FAIXA DE DOMÍNIO	21
OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS	6
ENCOSTAS E TALUDES	12
OUTROS	18
OPERAÇÃO	30



## PRINCIPAIS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

### 1. BR-050/GO/MG

Em 8 de janeiro de 2014, com o início da concessão de 436,6 km da BR-050/GO/MG, trecho entre o entroncamento com a BR-040 (Cristalina/GO) e a Divisa MG/SP (Edital nº 001/2013), foi nomeada a Comissão de Vistoria referente ao recebimento dos Trabalhos Iniciais, com a função de verificar o cumprimento das obrigações contratuais previstas para a fase, cuja duração é de até um ano (07/01/15).

A Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S. A - MGO Rodovias, no entanto, já iniciou, desde 07/07/2014, a operação do trecho, oferecendo Sistemas de Atendimento ao Usuário (SAU), compreendendo, no mínimo, os serviços de assistência a seguir definidos: (i) atendimento médico de emergência; (ii) socorro mecânico; (iii) combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio; (iv) sistema de informações aos usuários; (v) sistema de reclamações e sugestões dos usuários.

O atendimento de determinados parâmetros de desempenho já foi atestado em 07/07/2014 (6º mês) e 07/10/2014 (9º mês), conforme previsão contratual.

### 2. BR-060/153/262/DF/GO/MG

Em 5 de março de 2014, com o início da concessão de 1.176,5 km da BR-060/153/262/DF/GO/MG, no trecho nas BR-060 e BR-153 do DF até a divisa MG/SP e na BR-262, da BR-153/MG à BR-381/MG (Edital nº 004/2013), foi nomeada Comissão de Vistoria referente ao recebimento dos Trabalhos Iniciais com a função de verificar o cumprimento das obrigações contratuais previstas para a fase, cuja duração é de até um ano (04/03/15).

A Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S. A. - CONCEBRA, no entanto, já iniciou, desde 04/09/2014, a operação do trecho, oferecendo Sistemas de Atendimento ao Usuário (SAU), compreendendo, no mínimo, os serviços de assistência a seguir definidos: (i) atendimento médico de emergência; (ii) socorro mecânico; (iii) combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio; (iv) sistema de informações aos usuários; (v) sistema de reclamações e sugestões dos usuários.

O atendimento de determinados parâmetros de desempenho já foi atestado em 04/09/2014 (6º mês) e 04/12/2014 (9º mês), conforme previsão contratual.

### 3. BR-163/070/MT

Em 20 de março de 2014, com o início da concessão de 850,9 km da BR-163/070/MT, trecho da Divisa MT/MS e o entroncamento com a rodovia MT-220 (Edital nº 003/2013), foi nomeada Comissão de Vistoria referente ao recebimento dos Trabalhos iniciais com a função de verificar o cumprimento das obrigações contratuais previstas para a fase, com duração é de até um ano (19/03/15).

A Concessionária Rota do Oeste S. A. - CRO, no entanto, já iniciou, desde 19/09/2014, a operação do trecho, oferecendo Sistemas de Atendimento ao Usuário (SAU), compreendendo, no mínimo, os serviços de assistência a seguir definidos: (i) atendimento médico de emergência; (ii) socorro mecânico; (iii) combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio; (iv) sistema de informações aos usuários; (v) sistema de reclamações e sugestões dos usuários.

O atendimento de determinados parâmetros de desempenho já foi atestado em 19/09/2014 (6º mês) e 19/12/2014 (9º mês), conforme previsão contratual.

**4. BR-163/MS**

Em 11 de abril de 2014, com o início da concessão de 847,2 km da BR-163/MS, trecho da divisa MT/MS até a divisa PR/MS (Edital nº 005/2013), foi nomeada Comissão de Vistoria referente ao recebimento dos Trabalhos iniciais com a função de verificar o cumprimento das obrigações contratuais previstas para a fase, cuja duração é de até um ano (10/04/15).

A concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A - MSVIA, no entanto, já iniciou, desde 10/10/2014, a operação do trecho, oferecendo Sistemas de Atendimento ao Usuário (SAU), compreendendo, no mínimo, os serviços de assistência a seguir definidos: (i) atendimento médico de emergência; (ii) socorro mecânico; (iii) combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio; (iv) sistema de informações aos usuários; (v) sistema de reclamações e sugestões dos usuários.

O atendimento de determinados parâmetros de desempenho já foi atestado em 10/10/2014 (6º mês), conforme previsão contratual.

**5. BR-040/DF/GO/MG**

Em 22 de abril de 2014, com o início da concessão de 936,8 km da BR-040/DF/GO/MG, trecho Brasília DF - Juiz de Fora /MG (Edital nº 006/2013), foi nomeada Comissão de Vistoria referente ao recebimento dos Trabalhos Iniciais com a função de verificar o cumprimento das obrigações contratuais previstas para a fase, cuja duração é de até um ano (21/04/15).

A concessionária da BR-040 S. A. - VIA 040, no entanto, já iniciou, desde 21/10/2014, a operação do trecho, oferecendo Sistemas de Atendimento ao Usuário (SAU), compreendendo, no mínimo, os serviços de assistência a seguir definidos: (i) atendimento médico de emergência; (ii) socorro mecânico; (iii) combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio; (iv) sistema de informações aos usuários; (v) sistema de reclamações e sugestões dos usuários.

O atendimento de determinados parâmetros de desempenho já foi atestado em 21/10/2014 (6º mês), conforme previsão contratual.

**6. BR-153/GO/TO**

Em 31 de outubro de 2014, com o início da concessão de 624,8 km da BR-153/GO/TO, trecho do Entroncamento da BR-060 em Anápolis-GO, e o entroncamento com a TO-070 (Oeste) em Aliança do Tocantins (Edital nº 001/2014), foi nomeada Comissão de Vistoria referente ao recebimento dos Trabalhos Iniciais com a função de verificar o cumprimento das obrigações contratuais, pela Concessionária de Rodovias BR-153 - SPE S. A - Galvão, previstas para a fase, cuja duração é de até um ano (30/10/15).

Com base no Cadastro Inicial das sete Rodovias e nos Relatórios de Riscos Iminentes e Tráfego das Rodovias, as Concessionárias prepararam um Plano de Ação dos Trabalhos Iniciais visando atender as especificações do Programa de Exploração das Rodovias - PER para os Trabalhos Iniciais, priorizando as áreas de maior risco e maior índice de acidentes. As comissões de vistoria acompanharam o desenvolvimento dos referidos Planos de Ação, por meio de ações de fiscalização e de reuniões mensais com os fiscais envolvidos e as concessionárias.

As concessionárias responsáveis pelos trechos descritos nos itens 1 a 6 somente poderão iniciar a cobrança da tarifa de pedágio após o cumprimento de todas as obrigações previstas em contrato para a fase dos Trabalhos Iniciais, bem como a implantação de 10% da extensão total das obras de duplicação previstas no PER.

**7. BR-101/ES/BA**

Em 07 de maio de 2014, a Comissão de Vistoria recebeu o cumprimento da fase dos Trabalhos Iniciais e, em 18 de maio de 2014, deu-se o início à cobrança de pedágio nas praças da BR-101/ES/BA, trecho Divisa ES/RJ até a BA-698 (acesso a Mucuri), sob Concessão da ECO101- Concessionária de Rodovias S. A.

**8. BR-324/116/BA e BA/526/528**

A ANTT realizou ações de fiscalização ordinárias dos serviços executados durante as Fases de Recuperação e Conservação das rodovias, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações previstas nos Contratos de Concessão.

Em 2014, foi nomeada Comissão de Vistoria com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações previstas em contrato para a fase de recuperação do sistema rodoviário, tendo em vista que a concessão completou 5 anos em 19/10/2014.

Também em 2014, foi realizada a quarta fiscalização de parâmetros de desempenho no trecho concedido à VIABAHIA - Concessionária de Rodovias S.A, a fim de verificar o cumprimento dos indicadores constantes no Programa de Exploração da Rodovia - PER, com vistas a determinar o percentual relativo ao Desconto de Reequilíbrio a ser aplicado à Tarifa Básica de Pedágio. O resultado da vistoria foi um relatório informando as inconformidades encontradas ao longo do trecho, bem como o valor do desconto de reequilíbrio apurado para o 5º ano de concessão.

**9. Segundo Lote de Concessões de Rodovias Federais - Fase I**

A ANTT realizou ações de fiscalização ordinárias dos serviços executados durante as Fases de Recuperação e Conservação das rodovias, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações previstas nos Contratos de Concessão inseridas no Segundo Lote de Concessões de Rodovias Federais - Fase I (Autopista Fernão Dias, Autopista Fluminense, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul, Autopista Régis Bittencourt, Rodovia do Aço e Transbrasiliana).

Também foram nomeadas Comissões de Vistoria para cada um dos trechos do Segundo Lote, cujo prazo da Fase de Recuperação já tenha sido concluído, de modo a verificar o cumprimento das obrigações previstas em contrato. Em janeiro de 2014, foram elaborados sete Pareceres Técnicos, consolidando o trabalho das comissões para cada concessão.

Foi solicitada a cada concessionária a correção das irregularidades apontadas nos relatórios das comissões.

**USO E OCUPAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO**

Apartir da Deliberação n.º 157/2010, de 12/05/2010, publicada no Diário Oficial da União, em 18/05/2010, a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF passou a autorizar o uso e a ocupação das faixas de domínio das Rodovias Federais Concedidas, tendo em vista a delegação dessa competência, que antes era da Diretoria.

Durante todo o ano de 2014, foram publicadas 206 Portarias da SUINF com autorizações de uso e ocupação das faixas de domínio, todas referentes a autorizações originárias, de modo que é possível verificar um aumento considerável na média anual, de cerca de 32%, considerando somente esse tipo de autori-



zação, uma vez que foram publicadas 156 durante o ano de 2013.

## GESTÃO DOS CONTRATOS DE EXPLORAÇÃO DAS RODOVIAS CONCEDIDAS

### Acompanhamento dos Convênios celebrados entre a ANTT e o DPRF

Este convênio visa, por meio de recursos fornecidos pelas Concessionárias, o aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal necessário à execução dos serviços de policiamento e apoio à fiscalização nas rodovias que compõem a 1ª Etapa, 2ª Etapa, fases I e II e 3ª Etapa, fases I e III de Concessões. Os recursos são utilizados para aquisição de materiais, equipamentos e serviços de manutenção e recuperação de veículos, equipamentos de informática, aparelhos e instrumentos de fiscalização, equipamentos de telefonia e comunicação, dispositivo de sinalização viária, algemas, lanternas, trenas, coletes de proteção balística, cassetetes, bastões retráteis, botas, capacetes, luvas, serviços de manutenção de bens, serviço de limpeza e conservação predial, locação de bens e seguro de veículos.

### Análise das inexecuções referentes ao ano anterior

Foram concluídas as análises das inexecuções das 14 Concessionárias de Rodovias Federais em relação às obrigações estabelecidas nos Programas de Exploração das Rodovias - PER ou no Programa de Exploração da Ponte - PEP, em 2014, as quais apresentaram a postergação dos cronogramas de obras e serviços obrigatórios dos Contratos de Concessão.

Destacamos que a análise das inexecuções foi realizada utilizando as informações dispostas nos relatórios das obras executadas no Ano Concessão Anterior, apresentados pelas Concessionárias e pelas Coordenações de Infraestrutura das Unidades Regionais (URMG, URSP, URBA, URRJ e URRS).

### Revisão dos Programas de Exploração das Rodovias

Foram concluídas as análises das Propostas de Revisão dos PERs e PEP, apresentadas pelas 14 Concessionárias de Rodovias Federais, com a elaboração de 40 Notas Técnicas, que foram submetidas à Diretoria para apreciação. Nas Notas Técnicas, foram propostas as alterações nos cronogramas das obras e serviços previstos, as alterações dos textos do PER/PEP, além de apresentar todas as justificativas técnicas para essas alterações, gerando 14 Propostas de Alteração do PER/PEP e 14 Propostas de Cronogramas Físico-Financeiros.

Com o objetivo de ampliar a transparência das informações aos usuários, são atualizados os textos dos Programas de Exploração das Rodovias, considerando-se as últimas revisões aprovadas.

Esclarecemos, por fim, que no ano de 2014, houve a assinatura dos Contratos de Concessão da BR-050 (trecho Cristalina/GO a divisa MG/SP), da BR 060/262/153 (trecho BR-060 e BR-153 do DF até a divisa MG/SP e BR-262, da BR-153/MG à BR-381/MG), BR-040 (trecho Brasília/DF a Juiz de Fora/MG), BR-163/MT (trecho BR-163 e MT-407 do Mato Grosso do Sul até o entroncamento com a MT-220), BR-163/MS (trecho divisa MT/MS até a divisa MS/PR) e BR-153 (Trecho Anápolis/GO (BR-060) até Aliança do Tocantins/TO (TO-070), totalizando, assim, 21 Contratos de Concessão sob administração da ANTT.

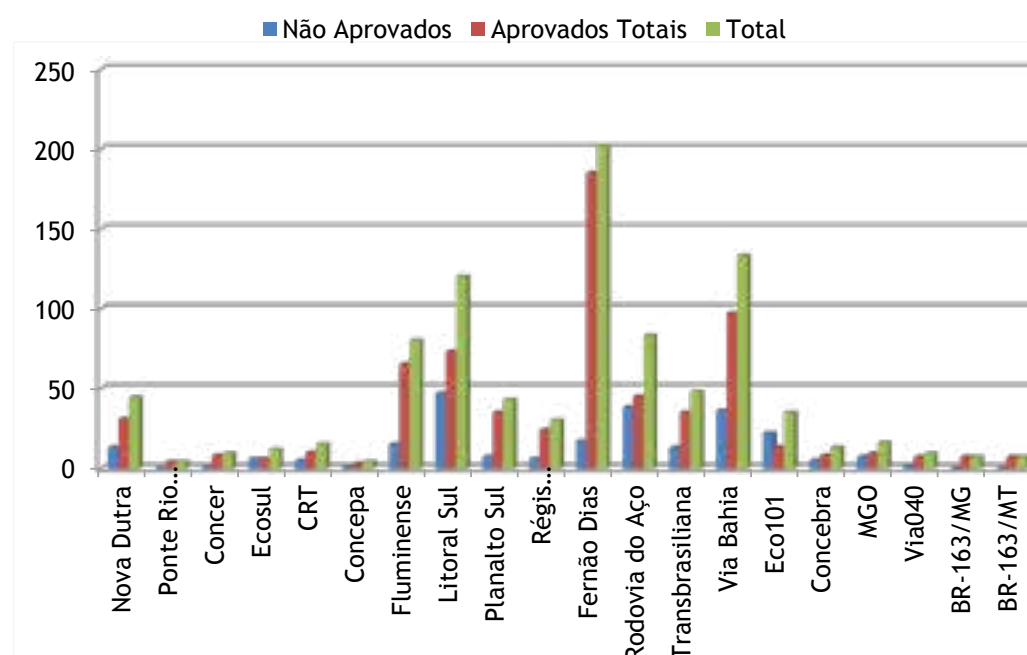
### Análise de Projetos Executivos

Durante o ano de 2013, foram gerados 2.545 Relatórios de Análise de Projetos, dos quais foram emitidos 608 pareceres técnicos referentes às análises favoráveis aos projetos executivos de obras de infraestrutura em análise.

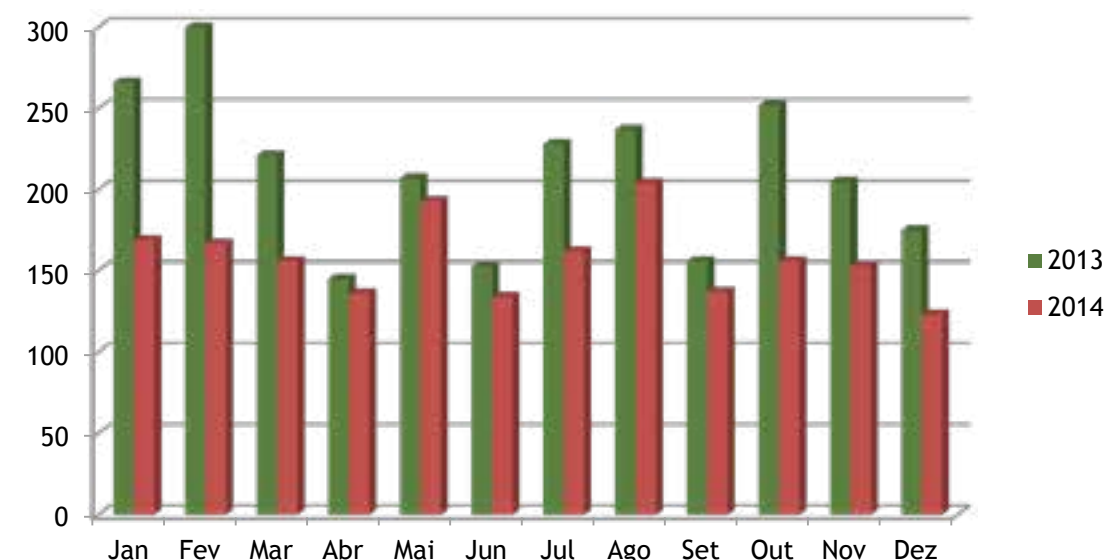
Já no ano de 2014, foram gerados 1.890 Relatórios de Análise de Projetos, dos quais 950 foram emitidos com pareceres favoráveis a aprovação dos projetos.

A redução no número de Relatórios de Análise de 2013 para 2014 baseia-se diretamente na padronização realizada com o estabelecimento de critérios, assim como a consequente melhoria na qualidade dos projetos apresentados pelas Concessionárias, o que reduziu a quantidade de reanálises do mesmo projeto.

### Total de Projetos Protocolados em 2014



### Resumo dos Relatórios Analisados



### Análise e Aprovação dos Planejamentos Anuais

O Planejamento Anual tem por objetivo a definição de um programa de obras e serviços a serem executados e acompanhados pelas equipes de fiscalização e de gestão dos Contratos de Concessão.

Cabe esclarecer que é por meio do Planejamento Anual que a Concessionária apresenta sua programação, distribuída mensalmente, para execução das obras previstas no Programa de Exploração da Rodovia em determinado ano da Concessão.

Foram analisadas as propostas de Planejamento Anual apresentadas por 19 Concessionárias para o ano de 2014. Após os esclarecimentos fornecidos por elas, e após as correções realizadas, as referidas propostas foram aceitas pela ANTT.

### Decretos Expropriatórios

As propostas de Declaração de Utilidade Pública são apresentadas pelas Concessionárias e geram processos administrativos, que tramitam não somente no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, mas também no Ministério dos Transportes e na Casa Civil da Presidência da República, antes da expedição dos Decretos Presidenciais.

Desde a abertura dos processos até a publicação dos Decretos Presidenciais, as propostas passam por análises pela área técnica e jurídica da ANTT, sendo que o encaminhamento das propostas ao Ministério dos Transportes pressupõe a aprovação pela Diretoria Colegiada da Agência, por meio da publicação de Deliberações.

As análises técnicas geraram, durante o ano de 2014, 119 Pareceres Técnicos, tendo sido encaminhadas ao Ministério dos Transportes 78 propostas de Declaração de Utilidade Pública, referentes a áreas cuja desapropriação se faz necessária para a execução de obras nas Rodovias Federais Concedidas, de modo que é possível notar um aumento considerável em relação ao ano de 2013, vez que, no referido ano, foram elaborados 48 Pareceres Técnicos e enviadas ao Ministério dos Transportes 47 propostas.

Durante o período, 116 Decretos Presidenciais foram publicados a partir de propostas encaminhadas, sendo algumas delas ainda referentes ao ano anterior, podendo-se, portanto, notar crescimento de 90% em comparação com os 61 Decretos publicados em 2013.

## **FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

O Acompanhamento Econômico-Financeiro visa à análise do desempenho econômico-financeiro das Concessionárias de Rodovias Federais, retratando a situação atual, sua evolução e tendências, trazendo transparência e previsibilidade ao Poder Concedente e aos usuários, além de prover maior conhecimento dos setores regulados pela ANTT, refletindo na verificação da capacidade das concessionárias de rodovias federais em manter a adequada prestação do serviço público confiado ao parceiro privado. Tal procedimento busca dar subsídio e padronização no levantamento e consolidação de informações para a análise em diversos temas em curso na ANTT, como a apreciação de pleitos de constituição de garantia em captação de recursos, financiamentos ou emissão de títulos e valores imobiliários pelas companhias que administram as Rodovias Federais, além da mensuração da estrutura de capital e da base de remuneração das concessionárias de rodovias no processo de revisão de suas tarifas de referência.

Mais que isso, é acompanhado o planejamento econômico-financeiro apresentado pelas Empresas, avaliando a atratividade do setor, o nível de alavancagem, estrutura de capital e rentabilidades experimentados pelas Companhias que investem no Setor. Paralelamente à fiscalização das cláusulas de natureza econômico-financeira, acompanhamos o desempenho econômico e financeiro das companhias que compõem o Setor Regulado, verificando mensalmente o cronograma e o planejamento econômico da concessão, dotado dos investimentos previstos e realizados, das receitas de pedágio auferidas, custos realmente incorridos, nível de alavancagem e retorno financeiro dos investimentos realizados. Em suma, acompanhamos a saúde financeira das empresas concessionárias, resguardando a continuidade e a prestação adequada do serviço público, prezando ainda pela atratividade, eficiência e sustentabilidade do Setor Produtivo tutelado pela Agência.

Vale frisar que as duas principais fontes de recursos financeiros de um empreendimento são procedentes: (i) do aporte de Capital dos acionistas, e (ii) de recursos de terceiros oriundos de instituições financeiras. Ambos os casos são objeto de fiscalização e autorização por parte da SUINF e, portanto, faz-se necessária a devida manifestação favorável pela área técnica responsável na Superintendência.

### Fiscalização Financeira Ordinária

A Fiscalização Financeira visa, fundamentalmente, à verificação do cumprimento, por parte das detentoras de outorgas, das condições avençadas nos editais de licitação, contratos de outorga e demais normas legais aplicáveis, no que tange às cláusulas econômico-financeiras. Extraordinariamente, a Fiscalização Financeira poderá ter como finalidade a apuração de acontecimentos supervenientes ou fatos relevantes provenientes de demandas específicas internas ou externas à Agência.

O procedimento segue o estabelecido na Portaria nº 312/2009 do Diretor-Geral da ANTT, bem como no Manual de Fiscalização e no Plano Anual de Fiscalização Financeira. Realizada anualmente, tem por base os documentos e informações encaminhados pelas concessionárias à ANTT e visa atestar a conformidade das empresas reguladas em relação às condições avençadas nos editais de licitação, contratos de outorga e demais normas e regulamentos aplicáveis, no que tange aos aspectos econômico-financeiros.

Como resultado, é possível: antecipar contingências regulatórias; agregar transparência e previsibilidade; identificar possíveis infrações contratuais e a consequente apuração das irregularidades e propondo, assim, melhorias; atestar a regularidade das outorgas, a partir das verificações realizadas pela fiscalização.

O Atestado de Regularidade Contratual dos Aspectos Econômico-Financeiros é emitido, tomando por referência o Manual de Fiscalização Financeira do Setor, no qual consta a metodologia utilizada para análise das obrigações, assim como os itens de verificação que integram a base pela qual se constata a situação de regularidade de cada concessionária.

Consta desse Atestado, para cada concessionária, a condição de REGULAR ou REGULAR COM RESSALVAS, sendo emitido como REGULAR somente quando a fiscalizada for considerada adimplente em todos os itens de verificação aplicáveis. A situação REGULAR COM RESSALVAS refere-se apenas aos casos em que não for possível a análise do item de verificação por força de questões formais, alheias à ação deliberada da fiscalizada, tais como a suspensão administrativa ou judicial de exigibilidade do item, ou a impossibilidade comprovada de obtenção de documentos obrigatórios. Caso a fiscalizada seja considerada como IRREGULAR em qualquer item de verificação, não será emitido o Atestado.



No ano de 2014, o procedimento abrangeu um total de 21 concessionárias de rodovias federais concedidas. Além disso, acompanhamos o processo de implementação do cadastro e registro, por parte das Concessionárias vencedoras dos certames licitatórios da 3ª Etapa de Concessões Rodoviária, junto às autoridades fiscais, municipais, estaduais e federais.

#### Inspecções Econômico-Financeiras

Trata-se de inspeção utilizada para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer necessidades processuais ou apurar fatos que exijam uma vistoria mais detida e objetiva. Como resultado dessa regularização fiscalizatória ordinária, foram identificados alguns procedimentos que exigiam vistoria mais detalhada. Foram realizadas três inspecções econômico-financeiras em concessionárias de rodovias no exercício de 2014.

Durante essas inspecções, é possível aprofundar as informações necessárias à atestação da regularidade contratual das outorgas.

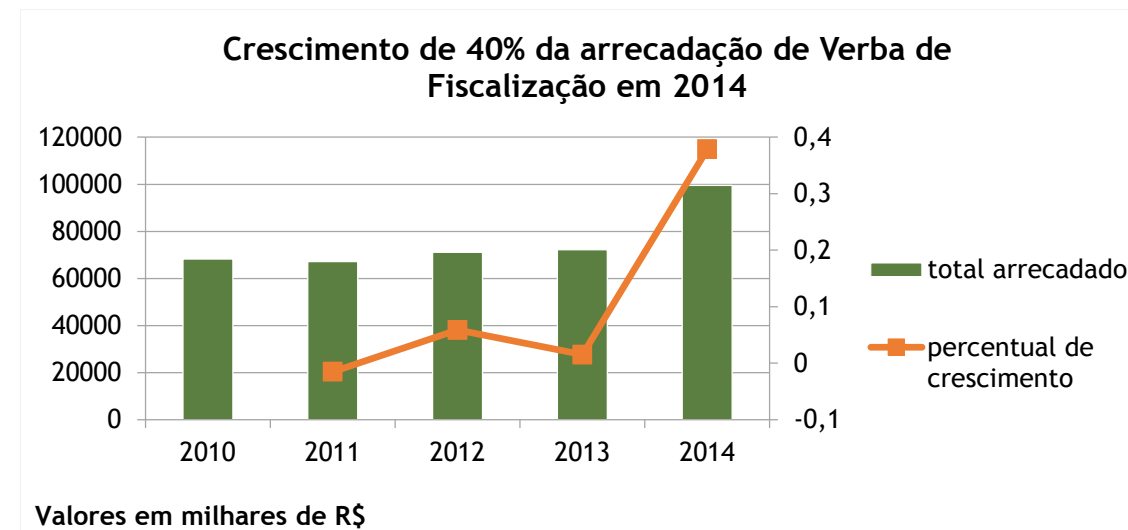
#### Verbas de Fiscalização

São receitas públicas de recolhimento compulsório pelas Concessionárias de Rodovias Federais, nos termos avençados nos Contratos de Concessão do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal.

Foi recolhido, referente às Verbas de Fiscalização Rodoviárias, o montante superior a R\$ 100 milhões de reais em 2014 frente a uma arrecadação de pouco mais de 70 milhões em 2013. Esses valores foram cobrados e atualizados monetariamente por índice definido em cada contrato de concessão.

Quant.	CONCESS	2013	2014
1	NOVA DUTRA	8.553.114,08	1.327.801,44
2	PONTE	3.507.731,32	3.387.694,68
3	CONCER	4.488.853,65	4.787.131,01
4	CONCEPA	3.488.371,60	3.655.930,38
5	CRT	2.903.388,20	3.087.188,42
6	ECOSUL	1.857.491,48	1.817.624,23
7	FLUMINENSE	3.592.081,39	3.796.001,08
8	RODOVIA DO AÇO	1.920.665,81	2.032.778,64
9	PLANALTO SUL	2.465.021,81	2.607.141,10
10	LITORAL SUL	8.627.639,99	9.120.246,30
11	FERNÃO DIAS	10.571.935,19	11.181.453,09
12	TRANSBRASILIANA	2.400.723,02	2.539.144,33
13	REGIS	11.251.719,33	11.899.855,12
14	VIABAHIA	4.514.283,06	4.777.511,33
15	ECO-101	2.080.978,07	4.452.922,56
16	MGO	-	3.627.907,88
17	CONCEBRA	-	7.140.266,33
18	ROTA do OESTE	-	4.347.032,77
19	MSVIAS	-	5.689.699,17
20	BR040	-	8.067.545,40
21	Galvão BR153	-	876.551,74
	<b>TOTAL</b>	<b>72.223.998,00</b>	<b>100.219.427,00</b>

O gráfico abaixo mostra o crescimento da arrecadação da verba de fiscalização:



Nota-se que houve um forte crescimento da arrecadação da verba de fiscalização. Isso ocorreu devido à entrada de novas concessionárias de rodovias federais.

#### Investimentos Realizados em 2014

As concessionárias comprometem-se, por força contratual, a investir anualmente montantes de recursos nas rodovias federais outorgadas. Para fins de inteligibilidade e atendimento de normas contábeis, separaram-se os investimentos em dois grandes grupos: imobilizado e intangível. O primeiro diz respeito a bens imóveis e também móveis, tais quais equipamentos, máquinas, instalações, mobiliário, veículos e outros que formam e alteram o patrimônio das concessionárias. O segundo agrega as intervenções na infraestrutura física das rodovias concedidas, visando sua recuperação, melhora e ampliação, e os serviços de manutenção e operação.

Dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão e de acordo com a deliberação CVM nº 691/12, a infraestrutura rodoviária não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

É preciso salientar que os investimentos incorridos pelas empresas são remunerados, exclusiva ou conjuntamente, por meio da cobrança de pedágio durante toda vigência das concessões, levando em consideração as diversas curvas de tráfego previstas para os períodos em questão, ou por meio de direito sobre ativos financeiros transferidos diretamente pelo poder concedente.

Na tabela abaixo é possível visualizar o investimento das Concessionárias no período compreendido entre 2007 e 2014. O investimento é concentrado (52%) nas rodovias da 2ª Etapa - Fases I e II. Este resultado é esperado na medida em que as concessionárias tendem a dispendir mais recursos nos anos iniciais dos trabalhos, em que recuperação e melhorias de vulto nas rodovias são exigidas.

Destaca-se o ano de 2014 em relação aos recursos investidos. Nesse ano, as concessionárias dispenderam mais de R\$ 5 bilhões de reais em investimentos nas rodovias.

Desde 2007, o conjunto das rodovias federais concedidas recebeu aportes equivalentes a R\$ 15,1 bilhões de reais, calculados pelo custo histórico.

CONCESSÕES DE RODOVIAS											
- Investimentos nos últimos 7 anos -											
	Valores em R\$ 1.000										
Rodovia	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	%
1ª Etapa	197.206	282.957	270.983	365.749	475.497	442.156	471.006	581.390	-	3.086.943	20,4%
CONCEPA	25.186	39.038	32.761	36.393	44.395	63.537	37.462	103.089	-	381.861	2,5%
CONCER	18.358	45.106	22.564	40.415	58.108	66.209	148.115	146.700	-	545.575	3,6%
ECOSUL	21.955	15.366	25.702	19.100	33.094	32.205	41.047	47.213	-	235.682	1,6%
NOVADUTRA	98.298	157.396	161.731	220.348	283.468	227.451	183.028	251.587	-	1.583.307	10,4%
PONTE	18.920	12.677	8.179	15.251	12.437	7.887	15.566	3.223	-	94.140	0,6%
CRT	14.489	13.374	20.046	34.242	43.995	44.867	45.788	29.579	-	246.380	1,6%
2ª Etapa - Fase I (1)	-	994.242	658.454	630.479	985.162	1.304.101	1.415.711	1.889.613	-	7.877.762	52,0%
RÉGIS BITTENCOURT	-	245.154	144.151	160.290	287.585	278.917	263.902	446.284	-	1.826.283	12,1%
LITORAL SUL	-	134.469	128.417	103.978	169.405	235.230	278.831	420.539	-	1.470.869	9,7%
PLANALTO SUL	-	99.944	62.047	67.498	117.297	146.024	127.869	204.611	-	825.290	5,4%
FERNÃO DIAS	-	219.100	164.256	179.903	177.580	294.629	273.859	253.109	-	1.562.436	10,3%
FLUMINENSE	-	117.595	87.013	56.115	100.023	200.325	273.937	376.444	-	1.211.452	8,0%
TRANSBRASILIANA	-	113.879	15.264	16.321	53.499	62.806	108.897	81.547	-	452.213	3,0%
RODOVIA DO AÇO	-	64.101	57.306	46.374	79.773	86.170	88.416	107.078	-	529.218	3,5%
2ª Etapa Fase II(2)	-	-	2.861	228.159	738.328	61.030	394.986	568.678	-	1.994.042	13,2%
VIABAHIA	-	-	2.861	228.159	738.328	61.030	394.986	568.678	-	1.994.042	13,2%
3ª Etapa Fase II	-	-	-	-	-	-	42.575	2.150.314	-	2.192.889	14,5%
ECO101	-	-	-	-	-	-	42.575	236.413	-	278.988	1,8%
MGO	-	-	-	-	-	-	-	183.807	-	183.807	1,2%
CONCEBRA	-	-	-	-	-	-	-	548.681	-	548.681	3,6%
CRO	-	-	-	-	-	-	-	570.124	-	570.124	3,8%
MSVIAS	-	-	-	-	-	-	-	218.180	-	218.180	1,4%
BR040	-	-	-	-	-	-	-	260.840	-	260.840	1,7%
Galvão BR153	-	-	-	-	-	-	-	132.270	-	132.270	0,9%
Total	197.206	1.277.199	932.298	1.224.387	2.198.987	1.807.287	2.324.278	5.189.995	-	15.151.636	100,0%

FONTE: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS NOTAS EXPLICATIVAS.

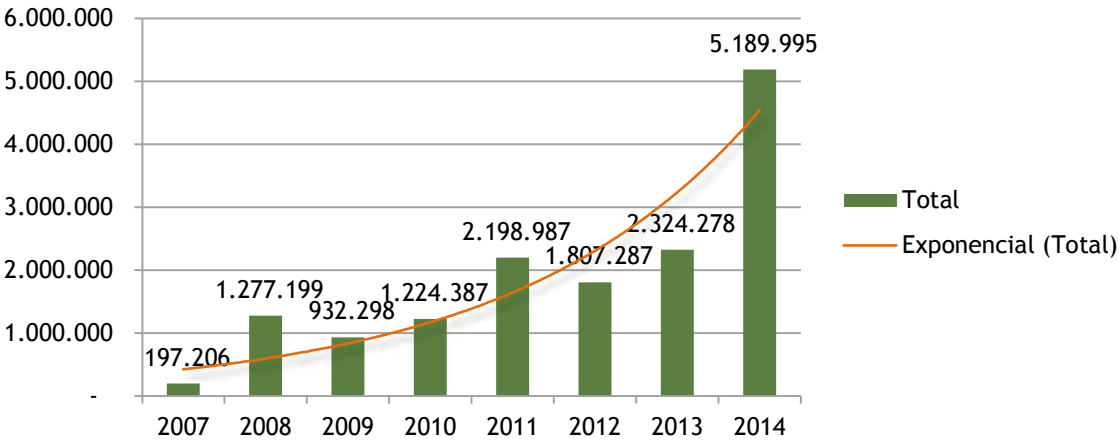
(1) Inícios das concessões em 2008.

(2) Início da concessão em 2009.

Ao se cotejar, por meio da tabela acima, o desembolso em investimentos nos anos de 2014 e 2013, é possível notar que os investimentos aumentaram na ordem R\$ 2,9 bilhões de reais. Esse salto é explicado, em grande medida, pelo desempenho de investimento da VIABAHIA e pelo início de desembolsos das concessionárias da 3ª Etapa Fase II, especialmente CONCEBRA e CRO.

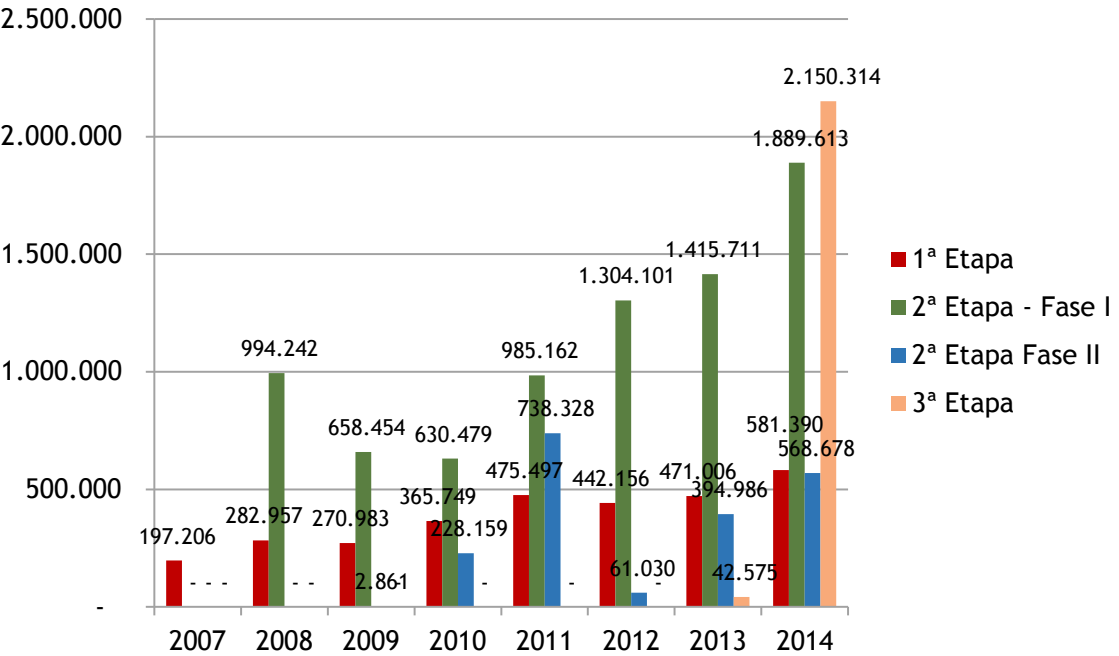
O gráfico abaixo ilustra (em bilhões) os investimentos realizados pelas concessionárias de rodovias federais concedidas para o período de 2007 a 2014.

Total de Investimentos em Bilhões



Por sua vez, o gráfico abaixo mostra a série histórica dos investimentos realizados por etapa:

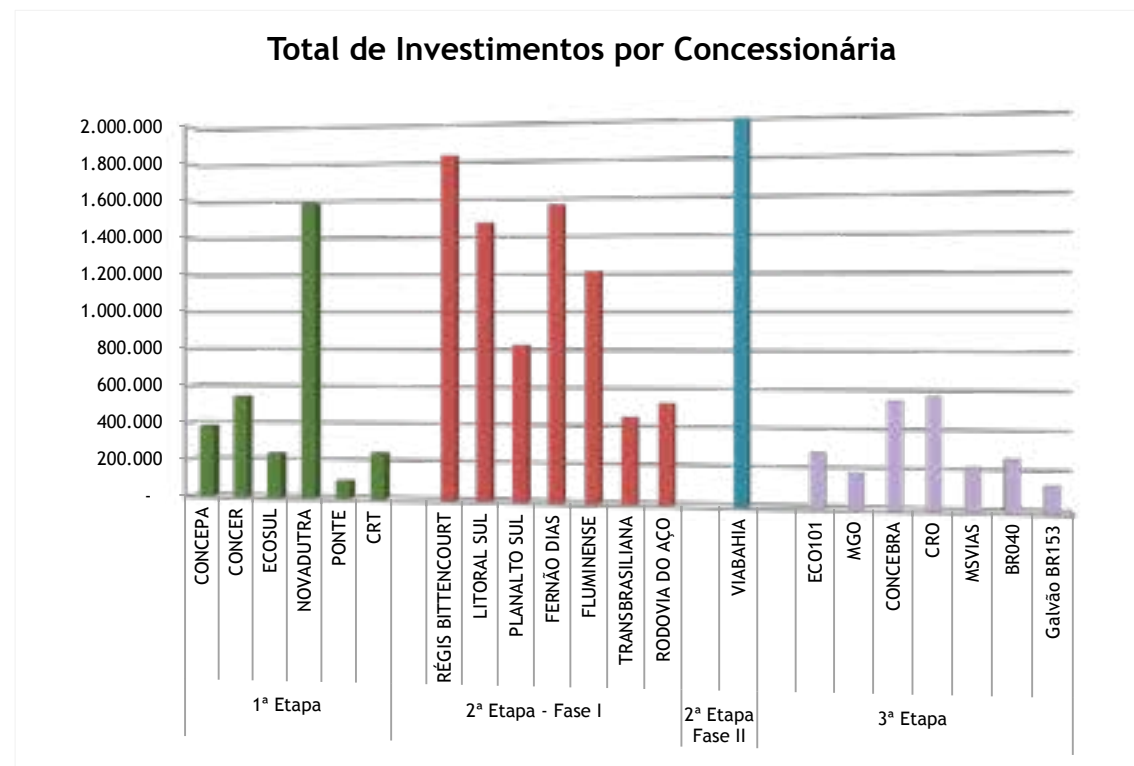
Série Histórica dos Investimentos por Etapa



Pela análise dos gráficos acima, observa-se que houve um aumento expressivo dos investimentos realizados nas rodovias federais concedidas no ano de 2014.

O gráfico a seguir mostra o total de investimentos por concessionária, das três etapas do programa de exploração da rodovia.





Da primeira etapa, o destaque é para os investimentos feitos pela CONCER e pela DUTRA. Da segunda etapa, ressaltamos os investimentos da Regis Bittencourt, Litoral Sul, Fluminense e, principalmente, VIABAHIA. Por fim, os destaques da terceira etapa são os investimentos realizados pelas concessionárias: CONCEBRA e CRO.

#### Padronização de Relatórios Financeiros e Definição do Manual de Contabilidade

Instrumento regulatório instituído a partir das necessidades observadas nos procedimentos de fiscalização e de acompanhamento do desempenho econômico que permitam o controle das atividades objeto das referidas concessões, contribuindo para o aprimoramento do processo de análise de dados econômico-financeiros das outorgas e sua posterior consolidação em números do setor rodoviário. O Manual é fundamental no ímpeto de agregar comparabilidade às empresas que compõem o mercado regulado, tornando-as comparáveis entre si e entre mercados análogos no Brasil e internacionalmente.

Da constante evolução do processo de fiscalização, bem como da legislação afeta ao tema, decorreu-se a necessidade de proceder à adequação do Manual de Contabilidade Setorial em vigor, à época. O processo, iniciado em 2010, foi concluído com a edição da Resolução ANTT nº 3.847, de 20 de junho de 2012, que aprovou a revisão do Manual de Contabilidade Setorial para as Concessionárias de Rodovias Federais. Em 2014, o referido manual foi revisto e atualizado em 2014 pela equipe da coordenação econômico-financeira.

O novo Manual considerou as alterações contábeis promovidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e a adoção dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, adequando-se às métricas e parâmetros internacionais para reconhecimento e mensuração dos fatos econômicos que impactam a Companhia, bem como as demais necessidades regulatórias identificadas.

#### Receitas Extraordinárias e Custos Associados

As Receitas Extraordinárias são montantes auferidos em decorrência de exploração de atividades acessórias ou alternativas ao objeto central do Contrato de Concessão. Tais atividades são previamente autorizadas e seu faturamento é acompanhado e fiscalizado pela ANTT. Esses valores possibilitam a modicidade tarifária e, por essa razão, é importante o acompanhamento dessas atividades, receitas e custos.

Com frequência mínima anual, a Concessionária apresenta os montantes auferidos em decorrência da exploração de atividades extraordinárias, seus custos e tributos incidentes e, a partir de testes de verificação, a equipe de fiscalização apura se, de fato, os montantes pleiteados pela Concessionária estão aderentes à realidade negocial experimentada pela Companhia.



# ***CONCESSÕES FERROVIÁRIAS***





A prestação do serviço ferroviário federal está concedido à iniciativa privada como decorrência de processo que aconteceu na década de 90, o Plano Nacional de Desestatização-PND, em que o Governo Federal transferiu às Concessionárias a manutenção da via permanente, o controle de tráfego, o serviço de transporte, e os bens da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA.

A malha que era administrada pela Rede Ferroviária Federal foi segregada em malhas regionais, conforme tabela abaixo:

MALHAS REGIONAIS	EXTENSÃO (km)
Oeste	1.621
Centro-Leste	7.080
Sudeste	1.674
Tereza Cristina*	164
Sul	6.586
Nordeste	4.238
Paulista *	4.236
TOTAL	25.599

\*Denominação utilizada à época pela Rede Ferroviária Federal S/A

No mesmo período, o governo federal outorgou a então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) o direito de exploração da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) e da Estrada de Ferro Carajás (EFC).

O Governo Federal também realizou outras concessões para a construção e conservação de ferrovias. Esses contratos se realizaram antes do processo de desestatização e compreendem a Ferrovia Norte-Sul, Ferroeste (Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A) e Ferronorte (Ferrovias Norte Brasil S.A.). Em 2008, foi aprovada a alteração do estatuto social da Ferronorte S.A para América Latina Logística Malha Norte S.A.

A partir de 2001, com a criação da ANTT, os contratos de concessão de ferrovias federais passam a ser geridos por esta agência.

Em 2008 a ANTT concedeu à VALEC a construção, exploração e desenvolvimento do serviço da Ferrovia de Integração Oeste-Leste de Ilhéus (BA) a Alvorada (TO).

Mapa da Malha Concedida



MALHA CONCEDIDA

Ferrovia	Sigla	Concessionária	Data de início da Concessão	Prazo da Concessão	Extensão/Km
América Latina Logística Malha Norte	ALLMN	ALL - América Latina Logística Malha Norte S/A	19/05/1989	90 anos	735,26
América Latina Logística Malha Oeste	ALLMO	América Latina Logística Malha Oeste	01/07/1996	30 anos	1.953,44
América Latina Logística Malha Paulista	ALLMP	AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S/A	01/01/1999	30 anos	2.043,95
América Latina Logística Malha Sul	ALLMS	ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA SUL S/A	01/03/1997	30 anos	7.223,37
Estrada de Ferro Parana�� Oeste	EFPO	ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S/A	23/05/1989	30 anos	248,09
Estrada de Ferro Carajás	EFC	VALE S.A.	01/07/1997	30 anos	996,66
Estrada de Ferro Vitória Minas	EFVM		01/07/1997	30 anos	887,68
Ferrovia CentroAtl��ntica	FCA	FERROVIA CENTROATL��NTICA S.A	01/09/1996	30 anos	7.222,43
Ferrovia Norte-Sul - Tramo Norte	FNSTN	VALEC - Engenharia, Constru��es e Ferrovias S/A	01/10/1999	30 anos	744,5
Ferrovia Tereza Cristina	FTC	Ferrovia Tereza Cristina S/A	01/02/1997	30 anos	163,44
MRS Logística	MRS	MRS LOGÍSTICA S/A	01/12/1996	30 anos	1.608,86
Ferrovia Transnordestina Logística (*)	FTL	Ferrovia Transnordestina Logística S/A	01/01/1998	30 anos	3.682,03
Ferrovia Norte-Sul - Tramo Sul	FNSTS	VALEC - Engenharia, Constru��es e Ferrovias S/A	10/05/1989	30 anos	853,57
TOTAL					28.363,28

(\*) a FTL    uma cisão da Transnordestina Logística S.A - TLSA.  
Fonte: Declara  o de Rede ANTT 2015.

Em 2011, foi publicada a Resolu  o n   3.695, que aprovou e disciplinou as opera  es de direito de passagem e tráfego mútuo, com o objetivo de incentivar a utiliza  o da malha ferroviária concedida, o que foi considerado o marco positivo do setor.

Em agosto de 2012, o Governo Federal lançou o Programa de Investimentos em Logística - PIL, com o objetivo de ampliar a escala dos investimentos públicos e privados em infraestrutura rodoviária, ferroviária, hidroviária, portuária e aeroportuária e investimentos de R\$ 99,6 bilhões em constru  o e/ou melhoramentos de 11 mil km de linhas férreas.

O Programa estabelece diretrizes para restabelecer o planejamento integrado dos transportes de forma a implantar uma infraestrutura de transporte moderna e eficiente, capaz de prover maior competitividade



ao país, bem como fomentar o desenvolvimento econômico e social e busca, essencialmente, expandir a capacidade de transporte da malha ferroviária federal, resgatar a ferrovia como alternativa logística e reduzir o custo dos fretes.

Em 2014, foi publicada a Resolução nº 4.348, que aprova o Regulamento do Operador Ferroviário Independente (OFI) para a prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas, o qual integra um conjunto de medidas decorrentes do marco regulatório para o novo modelo de ferrovias, conhecido como modelo horizontal ou “*open access*”, no qual atuam um gestor de infraestrutura do trecho ferroviário, responsável por serviços como o de manutenção da via, e os operadores ferroviários independentes que prestam serviços de transporte aos clientes interessados. Com o novo regulamento, espera-se que haja um incentivo à concorrência no modo de transporte ferroviário, com consequente diminuição dos preços dos fretes.

## EXPANSÃO DA MALHA

A consolidação de uma malha ferroviária capaz de promover a interoperabilidade com outros modais de transportes é condição necessária para a promoção de maiores fluxos de cargas e passageiros. Avanços neste setor podem conferir ao País ganhos econômicos com maior eficiência energética e menores custos operacionais, quando comparado ao modal rodoviário.

Em 2014, no âmbito das concessões ferroviárias componentes do PIL, foram executados estudos, bem como publicados Editais de Chamamento Público a partir de Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI's) para a realização de estudos para os seguintes trechos ferroviários: Açailândia/MA - Barcarena/PA; Anápolis/GO - Corinto (MG); Belo Horizonte (MG) - Guanambi (BA); Estrela D'Oeste (SP) - Dourados (MS); Sapezal (MT) - Porto Velho (RO); e Sinop (MT) - Miritituba (PA). A previsão é de que esses estudos sejam concluídos no primeiro semestre de 2015.

Destaca-se a inclusão, no escopo do PIL - Ferrovias, de projeto piloto para a implantação de sistemas de controle e operação ferroviária, tendo sido selecionado o trecho da Ferrovia Norte-Sul situado entre Porto Nacional (TO) - Estrela D'Oeste (SP). Cabe ressaltar que o segmento Porto Nacional (TO) - Anápolis (GO) foi concluído e o segmento Estrela D'Oeste (SP) - Anápolis (GO) encontra-se ainda em fase de construção.

### Ferrovia Norte-Sul

- Trecho Palmas/TO - Anápolis/GO (855,0 km) - trecho concluído e em fase de operação assistida. Há previsão de conclusão de obras complementares e início de operação comercial em 2015.

### Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul

- Trecho Ouro Verde/GO - Estrela d'Oeste/SP (681,00 km) - o empreendimento já possui 77% realizados, sendo que somente em 2014 foram executados 24% de infraestrutura, 71% de superestrutura e 16% de obras de arte especiais em 2014, com previsão de conclusão em 2015.

### Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL)

- Trecho Ilhéus/BA - Caetité/BA (537,0 km) - o empreendimento já possui 61% realizados, sendo que somente em 2014 foram executados 20% de infraestrutura, 57% de superestrutura e 20% de obras de arte especiais em 2014, com previsão de conclusão em 2015.

- Trecho Caetité/BA - Barreiras/BA (485,0 km) - executados 9% de infraestrutura em 2014. A baixa execução se deu em virtude do período de suspensão dos contratos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para que fossem feitas sondagens de verificação do solo.

### Ferrovia Nova Transnordestina

- Trecho Missão Velha/CE - Salgueiro/PE (96,0 km) - via permanente concluída em 2013, com execução de obras complementares em 2014.
- Trecho Salgueiro/PE - Trindade/PE (163,0 km) - obra com 99% realizados, onde foram executados 1% de obras de arte especiais e 29% de superestrutura em 2014, com previsão de conclusão em 2015.
- Trecho Trindade/PE - Eliseu Martins/PI (423,0 km) - executados 4% de infraestrutura, 3% de obras de arte especiais e 9% de superestrutura em 2014, com previsão de execução de 214,0 km em 2015.
- Trecho Salgueiro/PE - Suape/PE (544,0 km) - obras em execução em cinco lotes, com previsão de execução de 126,0 km em 2015.
- Trecho Pecém/CE - Missão Velha/CE (526,0 km) - obra retomada nos lotes 1 a 3, com previsão de conclusão de 251,0 km em 2015.

## DIREITO DE PASSAGEM

Quanto à promoção da competitividade no setor ferroviário, a ANTT desenvolveu ações para estimular a utilização de toda a malha por parte das concessionárias e criar condições para uma maior participação do modo ferroviário na Matriz de Transporte. Editou a Resolução 3.695/2011, que aprovou o Regulamento das Operações de Direito de Passagem e Tráfego Mútuo do Subsistema Ferroviário Nacional. Por meio desse ato, o conceito de direito de passagem foi ajustado e se tornou mais abrangente, o que possibilitou o exercício do direito a cada concessionária de receber ou entregar carga em qualquer ponto da malha ferroviária federal.

De forma complementar, para prover eficácia ao instrumento proposto, a Agência, além de disciplinar o uso da capacidade ociosa (disponível), estabeleceu os critérios para a definição da tarifa de direito de passagem e tráfego mútuo, a realização de investimentos de expansão e a exigência de que as concessionárias apresentem anualmente a Declaração de Rede - DR.

Em atendimento ao disposto no Art. 5º do Regulamento das Operações de Direito de Passagem e Tráfego Mútuo do Subsistema Ferroviário Nacional, aprovado pela Resolução ANTT nº 3.695, de 14 de julho de 2011, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT apresentou anualmente a Declaração de Rede para os Exercícios 2013, 2014 e 2015, correspondente às Concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de cargas. Trata-se de documento que tem como objetivo consolidar as informações técnico-operacionais de toda a malha ferroviária brasileira concedida, com vistas a subsidiar o processo de planejamento das operações sob a forma de interoperabilidade ferroviária.

Percebem-se pequenos aumentos no percentual da produção de transporte em Tráfego Mútuo/Direito de Passagem na malha entre os anos de 2011 e 2013 e a manutenção do patamar de 2013 para o ano de 2014, conforme dados do Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário de Carga - SAFF, mostrados na tabela seguinte. É possível concluir que as concessionárias estão ampliando suas operações em outras malhas em regime de maior competição.

Ano	Percentual da Produção de Transporte em TM/DP*
2011	7,07 %
2012	8,06 %
2013	8,53 %
2014	8,52%

\*TM/DP = tráfego mútuo por direito de passagem

Os dados acerca da Declaração de Rede estão disponibilizados no endereço eletrônico:

[http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/25863/Declaracao\\_de\\_Rede.html](http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/25863/Declaracao_de_Rede.html)

## OBRAS DE ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE

Por meio das concessões de trechos ferroviários, pretende-se modernizar e garantir uma logística eficiente, com integração da malha ferroviária, reduzindo custos e ampliando a capacidade de transporte.

Atualmente, estão sendo realizadas as seguintes obras nos trechos concedidos:

### Malha Paulista

- Trecho Boa Vista-Nova/SP - Evangelista de Souza/SP (193,0 km) - via permanente da duplicação concluída, executados 80,0 km de duplicação em 2014.

### Estrada de Ferro Carajás

- Duplicação da Linha Tronco (892,0 km) - duplicados 69,0 km em 2014, com previsão de conclusão da obra em 2015.
- Construção do Ramal Sudeste do Pará (100,0 km) - construídos 30,0 km em 2014, com previsão de execução de 40,0 km em 2015.

## FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

Foram realizadas inspeções nas obras de implantação dos projetos de infraestrutura de transporte ferroviário de cargas autorizados pela ANTT na malha operacional, bem como nas obras de ampliação da malha concedida. Trata-se, essencialmente, do acompanhamento físico dos projetos sob o ponto de vista regulatório, em que se avaliam aspectos relacionados ao escopo, prazo e qualidade dos empreendimentos. As inspeções são priorizadas em função do valor do investimento, extensão dos segmentos em obra ou concluídos, interesse público do projeto, histórico de vistorias anteriores e análise de relatórios de monitoramento encaminhados pelas concessionárias.

As principais obras em andamento acompanhadas pela ANTT são: TLSA - Ferrovia Nova Transnordestina, que ligará o interior do Piauí aos Portos de Suape em Pernambuco e de Pecém no Ceará; FIOL - Ferrovia de integração Oeste Leste, que interligará o oeste baiano ao Porto de Ilhéus na Bahia; FNS - Ferrovia Norte Sul, interligando Palmas no Tocantins a Estrela d'Oeste em São Paulo; EFC- Estrada de Ferro Carajás - Duplicação da linha existente e construção do Ramal Sudoeste do Pará; e ALL-MP - América Latina

Logística - Malha Paulista - Duplicação Campinas a Santos.

Também são realizadas inspeções eventuais em obras autorizadas pela ANTT de acordo com a necessidade identificada. As principais funções desempenhadas durante a inspeção de obras são:

- Verificar se as obras em andamento estão claramente vinculadas aos projetos autorizados pela Agência por meio das resoluções expedidas para o empreendimento, bem como avaliar a adequação da execução das obras aos projetos autorizados pela ANTT;
- Observar as frentes de trabalho, as atividades em curso e o grau de mobilização das equipes e equipamentos nos trechos inspecionados;
- Obter informações relevantes sobre o controle de qualidade das obras concluídas e em curso;
- Avaliar, de forma expedita e visual, a real implantação dos mecanismos de controle de qualidade necessários, o avanço físico, a aderência ao cronograma esperado, entre outros aspectos; e
- Verificar a exequibilidade do cronograma físico estabelecido, obtendo da Concessionária as justificativas para o seu descumprimento, quando for o caso.

Em 2014, foram realizadas 94 inspeções em obras de implantação de projetos de infraestrutura ferroviária aprovados pela ANTT.

## FISCALIZAÇÕES DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO E ARRENDAMENTO

Tendo por objetivo a estruturação da fiscalização ferroviária no âmbito da ANTT, foi aprovado o Plano Anual de Fiscalização Ferroviária (PAF), com a finalidade de orientar as ações a serem executadas no acompanhamento da prestação dos serviços de transporte de cargas outorgados, assegurando o cumprimento dos contratos.

Nas fiscalizações, considera-se o definido na Lei de Concessões nº 8.987/95, no Regulamento dos Transportes Ferroviários - RTF aprovado pelo Decreto nº 1.832/96, nos Contratos de Concessão e Arrendamento e nas Normas Complementares (Título II da Resolução nº 044/ANTT).

Durante as inspeções técnicas e operacionais, caso sejam identificadas deficiências na prestação de serviço público de transporte ferroviário, as concessionárias prestadoras de serviço público são notificadas para que adotem as providências necessárias. Dependendo da gravidade da deficiência, pode ser determinada restrição de velocidade ou outras restrições operacionais, ou até mesmo interdição do trecho ou suspensão do tráfego, quando detectado risco à segurança das operações.

### Fiscalização dos Ativos Ferroviários

Com o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) celebrado entre a ANTT e o DNIT em 20/07/2009, para a Gestão dos Ativos Ferroviários, fez-se necessário o estabelecimento de rotinas para padronizar o tratamento a ser dado às questões relacionadas à fiscalização e ao controle dos bens ferroviários arrendados, com a participação do DNIT, proprietário dos bens nos termos da Lei nº 11.483/07.

As rotinas de procedimentos foram elaboradas com base em reuniões realizadas no 2º semestre do ano de 2013, das quais participaram esta Agência, o DNIT e a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF. As rotinas em questão tratam da:

- Solicitação, autorização e controle para desvinculação e devolução de bens arrendados não necessários à prestação adequada dos serviços de transporte ferroviário, com os respectivos cálculos pelo DNIT, referentes ao ressarcimento de valores relativos à perda ou destruição, com posterior cobrança pela ANTT;
- Solicitação, autorização e controle para incorporação de bens não arrendados (Reserva Técnica), com possibilidade de participação de outros órgãos, tais como SPU e IPHAN;
- Solicitação, autorização e controle para atualização dos bens arrendados (transformação, reforma, remodelação, modernização);
- Solicitação, autorização e controle de transferências de bens móveis entre concessionárias; e
- Solicitação, autorização e controle para substituição de bens, critérios de substituição, ressarcimento dos valores relativos a perdas/destruição ou definição de prazos de sua recuperação.

Sobre a fiscalização das malhas ferroviárias, durante o exercício de 2014, foram realizadas 111 inspeções, sendo 96 inspeções programadas e 15 eventuais.

#### Inspeções Programadas

A inspeção programada tem por finalidade a verificação “*in loco*” do uso, manutenção e reposição dos ativos arrendados da malha concessionada.

Conforme exposto acima, no exercício de 2014, foram realizadas 96 inspeções programadas nas malhas concedidas, conforme o quadro a seguir:

#### INSPEÇÕES PROGRAMADAS REALIZADAS - 2014

Concessionária Inspeccionada	Trecho
TLSA	Pátio: Oficina Demostenes Rockert Pátio: Oficina Central Fort
FCA	Pátio: Campo Formoso, Itiuba Oficina: Alagoinhas (L), Alagoinhas (V) VP: Juazeiro a São Francisco VP: Senhor Bonfim a Campo Formoso
TLSA	Pátio: Itarare, Teresina Pátio: Crateus, Sobral Oficina: Teresina (L), Crateús (V) Oficina: Sobral (V), Teresina (V) VP: Cauaia a Altos VP: Altos a Teresina VP: Teresina a Itarare
FNS	Pátio: Porto Franco VP: Açailândia a Araguaína
FNS	Pátio: Palmeirante VP: Araguaína a Porto Nacional
TLSA	Trem do Forró VP: Campina Grande a Galante
TLSA	Pátio: Mucuripe, Pecem Oficina: Mucuripe (L), Mucuripe (V) VP: Parangaba a Mucuripe VP: Primavera a Pecem
FCA	Pátio: Esplanada VP: São Francisco a Propriá
TLSA	Pátio: Aracapé VP: Aracapé a Arrojado VP: Arrojado a Murity
TLSA	Pátio: São Luís - Tirirical, Itaqui Oficina: São Luís (L), São Luís (V) VP: São Luís - Tirirical a Teresina VP: km 13 a Itaqui
TLSA	VP: Jorge Lins a Souza VP: Souza a Arrojado

TLSA	VP: Jorge Lins a Propriá VP: Lourenço de Albuquerque a Jaraguá
TLSA	VP: Macau a Natal VP: Natal a Paula Cavalcanti VP: Jorge Lins a Caruaru
EFC	CCO Pátio: Açailândia, Marabá Pátio: Paraupabas, Santa Inês Pátio: Rosário Oficina: Ponta da Madeira (L), Ponta da Madeira (V) VP: Carajás a Ponta da Madeira
TLSA	VP: Itabaiana a Paula Cavalcanti VP: Santa Rita a Cabedelo
TLSA	Segmento 1: Boa Viagem - Edgard Werneck Segmento 2: Cabo - Porto de Suape Segmento 3: Entroncamento 1 - Porto do Recife Oficinas: Cinco Pontas (Recife/PE)
CRAT	Trem das Cachoeiras VP: Rio Acima a Rio Acima
VALE	Trem Mariana VP: Ouro Preto à Miguel Burnier
FCA	VP: Calafate a General Carneiro VP: Ferrugem a Calafate VP: Ferrugem a Eldorado
ABPF	Trem turístico: Trem da Serra (Passa Quatro/MG a Cel. Fulgêncio/MG).
ABPF	Trem turístico: Trem das Águas (São Lourenço/MG a Soledade de Minas/MG).
EFVM	CCO VP: Eng. Costa Lacerda a Pedreira Rio das Velhas VP: EADI a Itabira VP: Piraqueçu a Aracruz VP: Desembargador Drumond a Fábrica Muro VP: Tubarão a Entroncamento Tubarão
FCA	Pátio: Ibia, Uberaba Ativos
FCA	VP: Garças de Minas a Calafate
FCA	VP: Barra Mansa a Itirapuan VP: Eng. Bhering a Garças de Minas
FCA	Pátio: General Carneiro, Corinto Pátio: Pirapora, Calsete Ativos
FCA	VP: General Carneiro a Monte Azul VP: Corinto a Pirapora VP: Prudente de Moraes a Calsete
FCA	VP: Mapele a Monte Azul VP: Mapele a São Francisco
FCA	VP: Roncador Novo a Estação Pool VP: Leopoldo Bulhões a Anápolis VP: Roncador Novo a Araguari VP: Araguari a Uberaba
FCA	VP: Divinópolis a Eng. Bhering VP: Eng. Bhering a Três Corações
MRS	CCO MRS
MRS	Ferrovia do Aço VP: Saudade a Otavio Dapieve
MRS	Barra do Pirai - Miguel Burnier (Linha do Centro)
MRS	VP: Dr. Joaquim Murtinho a Ferrugem VP: Dr. Joaquim Murtinho a Ouro Branco VP: Dr. Joaquim Murtinho a Barreiro
FERROESTE	VP: Guarapuava a Cascavel
ALLMS	VP: Triângulo a Cruz Alta
ALLMS	VP: Roca Sales a Lages
ALLMS	VP: Ourinhos a Londrina VP: Londrina a Apucarana VP: Apucarana a Maringa VP: Maringa a Cianorte
ALLMS	VP: Bagé a Rio Grande VP: Quarta Seção a Rio Grande VP: Porto de Pelotas a Porto de Pelotas
ALLMS	VP: São Francisco do Sul a Mafra
ALLMS	VP: Eng. Bley a Rio Negro VP: Curitiba a Rio Branco do Sul VP: Posto km 103,490 a Pinhais VP: Eng. Theodor Stresser a Curitiba
ALLMS	VP: Cruz Alta a Passo Fundo



ALLMS	VP: General Luz a Rio Pardo VP: Triângulo a Santa Maria VP: Cachoeira do Sul a Porto de Cachoeira do Sul
ALLMS	VP: Harmonia a Joaquim Murtinho VP: Joaquim Murtinho a Uvaranas
ALLMS	VP: Cruz Alta a Santo Ângelo VP: Santo Ângelo a Santa Rosa
FTC	FTC
ALLMS	VP: Guarapuava a Eng. Gutierrez VP: Eng. Gutierrez a Desvio Ribas
ALLMS	VP: Santiago a Santo Ângelo
ALLMS	VP: Dilermando de Aguiar a Santiago VP: Entroncamento a Santana Livramento
ALLMS	VP: Apucarana a Uvaranas
ALLMS	VP: Roca Sales a Passo Fundo
ALLMS/ALL	Porto Alegre a Roca Sales e Ramal de Corvo a Estrela
MRS	Ativos VP: Rio Grande da Serra a Jundiaí
ALLMS	ACP - Ourinhos
MRS	VP: Santos a Piaçaguera VP: Piaçaguera a Conceiçãozinha VP: Pereque a Areais VP: Areais a Final Ramal das Fábricas
ALLMP	ACP - Jales VP: Votuporanga a Santa Fé do Sul
ALLMP	ACP - Campinas
ALLMO	Ativos VP: Bauru a Três Lagoas
FCA	VP: Aguai a Bauxita
ALLMP	VP: Boa Vista Velha a Km 254 VP: Km 254 a Canguera VP: Canguera a Evangelista de Souza VP: Paratinga a Pereque
ALLMN	VP: Alto Araguaia a Itiquira VP: Itiquira a Rondonópolis
FCA	Pátio: Paulínia VP: Boa Vista Nova a Casa Branca VP: Coronel Corrêa a Uberaba
ALLMO	Ativos VP: Três Lagoas a Indubrasil
ALLMP	Pátio: Araraquara VP: Araraquara a Pradópolis VP: Pradópolis a Colômbia
ALLMP	VP: Boa Vista Velha a Itirapina VP: Itapira a Araraquara
ALLMP	Pátio: Replan VP: Boa Vista Nova a Cnaga VP: Paulínia a Replan VP: Recanto a Piracicaba
ALLMO	VP: Indubrasil a Corumbá VP: Corumbá a Ladário
ALLMP	VP: Rio Preto Paulista a Marco Inicial Trem: Pimenta Bueno a Votuporanga Trem: Ecatu a Rio Preto Paulista
ALLMO	VP: Bauru a Três Lagoas
EFVM	CCO VP: Eng. Costa Lacerda a Pedreira Rio das Velhas VP: EADI a Itabira VP: Piraqueçu a Aracruz VP: Desembargador Drumond a Fábrica Muro VP: Tubarão a Entroncamento Tubarão

ALLMN	VP: Marco Inicial a Alto Araguaia
ALLMP	VP: Araraquara a Rio Preto Paulista
ALLMP	ACP - Campinas
ALLMO	VP: Mairinque a Bauru
ALLMO	Pátio: Três Lagoas VP: Três Lagoas a Indubrasil
ALLMP	VP: Samarita a Cajati VP: Paratinga a Samarita
ALLMO	VP: Indubrasil a Corumbá VP: Corumbá a Ladário
MRS	VP: Japeri a Arará
ALLMP	VP: Jundiaí a Boa Vista Velha VP: Itirapina a Panorama
MRS	VP: Suzano a Rio Grande da Serra
MRS	VP: Rio Grande da Serra a Paranapiacaba
MRS	VP: Manoel Feio a Barra do Pirai VP: Guaíba a Brisamar VP: Brisamar a Siderúrgica do Atlântico
ALLMS	Pátio: Ourinhos, Presidente Prudente Trem da Moita Bonita- Parag VP: Rubião Júnior a Presidente Epitácio
FCA	ICP Juiz de Fora (PU Além Par Oficina: Recreio(L) VP: Três Rios a Recreio VP: Recreio a Barão de Camargo VP: Recreio a Campos dos Goytacazes Trem: Ribeiro Junqueira a Recreio Trem: Recreio a Abaiba
ALLMP	ACP - Jales VP: Votuporanga a Santa Fé do Sul
MRS	Pátio: Piaçaguera, Santos Ponte do Canal de Bertioga Oficina: Raiz da Serra (L)
ALLMP	VP: Jundiaí a Boa Vista Velha VP: Itirapina a Panorama
FCA	Pátio: Morro Grande VP: Visconde de Itaboraí a Vitória/Porto Velho
MRS	CCO Juiz de Fora
FCA	CCO: Belo Horizonte
ALL	VP: Pereque a Evangelista de Souza VP: Evangelista de Souza a Canguera VP: Canguera a Boa Vista Nova VP: Boa Vista Nova a Boa Vista Velha VP: Boa Vista Velha a Itirapina VP: Itirapina a Araraquara
ALLMS/ALL	CCO CCO de Curitiba VP: Iperó a Pinhalzinho VP: Pinhalzinho a Uvaranas VP: Itaboa a Apiaí
ABPF	Campinas - Jaguariúna

Fonte: SUFER/GECOF

Inspecões Eventuais

A Inspecão Eventual é realizada em decorrência de questionamentos, esclarecimentos ou denúncias feitas por algum órgão da Administração Pública, concessionária ou usuários, tendo em vista a obtenção de informações para as possíveis decisões acerca das demandas.

Em 2014, foram realizadas 15 (quinze) inspecões eventuais, conforme quadro abaixo:

## INSPEÇÕES EVENTUAIS REALIZADAS - 2014

Concessionária Inspeccionada	Trecho
TLSA	Trem do Forró e Trem do Matuto Cabo Pátios: Cinco Pontas, Edgar Werneck
MRS	Pátio: Barra Mansa VP: km 1: 3,787 a km 2: 3,787
EFVM	Pátio: Picarrao
FCA	Pátio: Lavras
FCA	Pátio: Anápolis
FCA	Pátio: Cachoeira
FCA	Oficina: Bhering (L)
MRS	Pátio: Juiz de Fora Passarelas de JF
FCA	Pátio: Parque Industrial ATIVOS
FCA	Pátio: Carmo do Cajuru VP: km 1: 761,275 a km 2: 763,765
ALLMS	VP: Morretes - Antonina
ALLMP	Operação Assistida - PU SJRP VP: São José Rio Preto a São José Rio Preto
ALLMP	VP: Boa Vista Velha a Sumaré VP: Nova Odessa a Itirapina
ALLMP	ACP - Jales VP: Votuporanga a Santa Fé do Sul
ALLMP	VP: Boa Vista Velha a Itirapina VP: Itirapina a Araraquara

Fonte: SUFER/GECOF

## Processos Administrativos para Apuração de Irregularidades e Aplicação de Penalidades em 2014

- a. Notificações de Infração / Autos de Infração emitidos.

Unidade Organizacional	Quantidade
COFER's	132

Fonte: SUFER/GECOF e COFERs

- b. Foram emitidas 128 decisões de Primeira Instância Administrativa.
- c. Foi realizado o levantamento de subsídios para decisões de segunda instância (exaradas pelo Superintendente da área) em 92 processos de aplicação de penalidades às concessionárias ferroviárias.
- d. Foram emitidas na Gerência de Controle e Fiscalização de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - GECOF o total de 163 Notificações de Aplicação de Penalidade (NAP), em 2014.

## FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E REGULAÇÃO ECONÔMICA

## Fiscalização Financeira Ordinária

A Fiscalização Ordinária é aquela realizada permanentemente seguindo os preceitos do Manual de Fiscalização Financeira, aprovado por meio da Portaria SUFER nº 14/2014.

É a partir da fiscalização ordinária que se “atesta a conformidade das empresas reguladas em relação às

condições avençadas nos editais de licitação, contratos de outorga e demais normas legais aplicáveis”. Esta fiscalização é realizada anualmente e tem por base os documentos e informações encaminhados pelas concessionárias ferroviárias.

São abertos processos administrativos por cada concessionária e designado um servidor responsável pela condução da fiscalização ao longo de todo o ano. Este servidor, a partir das informações prestadas pela concessionária em sistemas da ANTT ou a partir de solicitações diretas, avalia individualmente os itens de fiscalização, conforme Manual de Fiscalização Financeira.

Como resultado, é possível identificar prováveis infrações, apurar irregularidades e propor melhorias, bem como atestar a regularidade ou não das outorgas. No ano de 2014 foram abertos treze processos administrativos de fiscalização ordinária, abarcando todas as concessionárias ferroviárias.

A partir da fiscalização de todos os itens constantes no Manual de Fiscalização Financeira, são emitidos, nas datas de 31 de maio e 30 de novembro, os Atestados de Regularidade para as concessionárias em situação regular ou regular com ressalva. O quadro ao lado apresenta a emissão ou não dos atestados no ano de 2014, por concessionária:

Concessionária	31/05/2014	30/11/2014
ALLMO	SIM	SIM
ALLMN	SIM	SIM
ALLMP	SIM	SIM
ALLMS	SIM	SIM
EFC	SIM	SIM
EFVM	SIM	SIM
FCA	NÃO	SIM
FNS	SIM	SIM
MRS	SIM	SIM
FTC	SIM	SIM
TLSA/FTL	SIM	SIM
FERROESTE	SIM	SIM
FIOL/VALEC	NÃO	NÃO

## Inspeções

Trata-se de diligências utilizadas para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar fatos que exijam uma vistoria mais detalhada.

Ao longo do ano de 2014, foram realizadas Inspeções em todas as concessionárias ferroviárias, com o intuito principal de verificar e corrigir falhas nos dados contábeis e financeiros encaminhados pelas concessionárias ao Sistema de Informação para Regulação Econômica e Fiscalização Financeira - SIREF, conforme Manual de Contabilidade, reforçando perante os administrados a necessidade de zelar por estes dados:

Concessionária	Inspeções
ALLMO	5/05 a 8/05/2014
ALLMN	5/05 a 8/05/2014
ALLMP	5/05 a 8/05/2014
ALLMS	5/05 a 8/05/2014
EFC	26/03 a 28/03/2014
EFVM	26/03 a 28/03/2014
FCA	24/03 a 28/03/2014
FNS	24/03 a 28/03/2014
MRS	10/03 a 14/03/2014
FTC	7/04 a 10/04/2014
TLSA/FTL	19/05 a 22/05/2014
FERROESTE	7/05 a 9/05/2014
FIOL/VALEC	21/07/2014

#### Fiscalização Extraordinária

Visando o cumprimento da determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), a Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas (SUFER) determinou a realização de fiscalização extraordinária na Ferrovia Centro Atlântica (FCA).

O objetivo foi apurar a exigibilidade do recolhimento de parcelas de participação do poder público sobre receitas alternativas porventura decorrentes da atividade de exploração do Terminal Intermodal localizado na cidade de Pirapora-MG.

#### Tarifas de Frete Ferroviário

São diversos os procedimentos conduzidos em relação às tabelas tarifárias, tais como: reajustes, revisões, arbitragens, estudos e fiscalização.

Ao longo de 2014, foram conduzidos os processos de reajuste, conforme demonstra a tabela abaixo.

Os reajustes das concessionárias do grupo América Latina Logística (ALL), da Ferrovia Centro Atlântica (FCA) e da MRS Logística foram negados em virtude de estarem, à época, irregulares quanto a cláusulas contratuais e regulamentares da ANTT.

Concessionária	Processo	Resolução	Data DOU
ALLMO	50500.139274/2014-39	-	
ALLMP	50500.139275/2014-83	-	
ALLMS	50500.139273/2014-94	-	
EFC	50500.136602/2014-28	4.436	08/10/2014
EFVM	50500.013601/2014-86	4.435	08/10/2014
FCA	50510.016236/2014-90	-	
FNS	50500.005963/2014-41	4.446	15/10/2014
MRS	50500.253180/2014-71	-	
FTC	50500.178472/2014-37	4.516	24/12/2014

Foram conduzidos e/ou finalizados três processos administrativos de arbitragem de tarifa, seja entre usuários e concessionárias, ou entre duas concessionárias distintas.

Como parte importante da fiscalização dos contratos, as tarifas efetivamente cobradas pelas concessionárias são fiscalizadas, visando o respeito ao teto tarifário, conforme preconizam os Contratos de Concessão e o Regulamento do Transporte Ferroviário.

A quantidade de notificações de infração emitidas em 2014, bem como as respectivas defesas analisadas, está exposta abaixo, por empresa:

Concessionária	Autos de Infração
FCA	25
MRS	15
Total	40

#### SIREF

Em 2014, foi dado início ao primeiro ciclo de avaliação das informações encaminhadas pelas concessionárias à ANTT, por intermédio do Sistema de Informação para Regulação Econômica e Fiscalização Financeira - SIREF, com o objetivo de identificar as necessidades de correções no sistema e/ou de orientação às concessionárias quanto à forma de envio das informações.

Testes preliminares revelaram incoerências entre as informações prestadas por concessionárias nos Balancetes, Relatórios de Centro de Custos e Relatório de Composição do Ativo Fixo, o que motivou a inclusão de itens relacionados a estas ocorrências no ciclo de inspeções de 2014.

Como resultado, algumas concessionárias tiveram que efetuar correções e proceder à retransmissão de informações prestadas por intermédio do SIREF, a exemplo das ferrovias EFC, EFVM, FCA, FTC e ALLs.

O estudo serviu também para perceber a oportunidade de melhorias na parametrização do sistema SIREF, fazendo com que este execute novas rotinas de validação dos documentos encaminhados pelas concessionárias.

#### Outras Atividades de Fiscalização Financeira e Regulação Econômica

Outras atividades são desenvolvidas, seja recorrentemente ou extraordinariamente, tais como acompanhamento das receitas oriundas dos contratos de concessão (valores recolhidos a título de parcelas de arrendamento e concessão), participação no desenvolvimento do Sistema de Custos Operacionais Ferroviários - SICOF II (em pareceria com o Laboratório de Transportes e Logística - Labtrans, da Universidade Federal de Santa Catarina), análise de operações financeiras das concessionárias e análises de alterações societárias.

Também em 2014 iniciou-se o processo de negociação de alteração da metodologia de apuração do preço de transferência, que enseja mudanças ou substituição do Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Compromisso firmado entre a Vale S.A. e a ANTT. As negociações permanecem, com o fito de construir aditivo ao Termo de Compromisso que atenda os objetivos das partes.



# ***TRANSPORTE DE CARGAS - TRC***



A partir de 2014 foi alterado o indicador até então utilizado para o acompanhamento das ações de fiscalização com a finalidade de evitar possíveis distorções na mensuração das fiscalizações de Combinações Veiculares de Cargas (CVC's), que são compostas por mais de um veículo.

Nesse sentido, passou a ser utilizado o indicador “Viagens Fiscalizadas” em substituição ao indicador “Veículos Fiscalizados”.

A seguir, os dados das fiscalizações de Transporte Rodoviário de Cargas (TRC) são apresentados de forma segmentada por Serviço e Coordenação de Fiscalização (COFIS).

#### Resumo das Fiscalizações do TRC

Transporte Rodoviário de Cargas - Viagens fiscalizadas				
COFIS	CONSOLIDADO			
	Meta	Executado	Autos Lavrados	% Executado
URBA	1.000	872	339	87,20
URCE	4.600	6.553	883	142,46
URCN	4.052	7.175	956	177,07
URMA	6.100	10.156	3.021	166,49
URMG	1.450.951	2.671.412	25.266	184,11
URPE	1.000	2	-	0,20
URRJ	4.044.731	5.322.381	84.623	131,59
URRS	2.673.629	3.926.880	53.264	146,87
URSP	4.084.022	5.691.612	48.272	139,36
<b>Total</b>	<b>12.270.085</b>	<b>17.637.043</b>	<b>216.624</b>	<b>143,74</b>

Fonte: Unidades Regionais

Como se pode observar, foram realizadas 17.637.043 fiscalizações no serviço de Transporte Rodoviário de Cargas, no ano de 2014. O resultado obtido representa execução de 143,74% da meta para o período de 12.270.085. A partir dessas ações de fiscalização foram lavrados 216.624 autos de infração.

Destaque-se a realização da Operação Safra 2014, nos meses de fevereiro, março e abril em apoio à Secretaria Especial de Portos (SEP), com o objetivo de contribuir para a chegada programada de veículos de transporte rodoviário de cargas, com ênfase no escoamento da produção de grãos para o Porto de Santos. Definiram-se 5 pontos de fiscalização (Frutal/MG, Itiquira/MT, Alto Araguaia/MT, Paranaíba/MS e Igarapava/SP), nos quais foram realizadas 14.550 fiscalizações e lavrados 1.165 autos de infração. É importante ressaltar que a intensificação das fiscalizações da ANTT contribuiu para o aumento do percentual de veículos agendados para descarga no Porto de Santos, que era de 50% no início da operação e cresceu para 95% após 45 dias de operações.

#### Excesso de Peso (EP)

A fiscalização do excesso de peso representa ferramenta potencial para preservação das condições estruturais das rodovias federais concedidas, além de contribuir fortemente para o acréscimo da segurança de trânsito.

Transporte Rodoviário de Cargas - Viagens fiscalizadas				
COFIS	EP			
	Meta	Executado	Autos Lavrados	% Executado
URBA	-	-	-	0,00
URCE	-	-	-	0,00
URCN	-	-	-	0,00
URMA	-	-	-	0,00
URMG	1.445.311	2.661.734	21.741	184,16
URPE	-	-	-	0,00
URRJ	4.025.381	5.299.429	74.912	131,65
URRS	2.634.999	3.888.770	49.113	147,58
URSP	4.066.246	5.655.351	40.868	139,08
<b>Total</b>	<b>12.171.937</b>	<b>17.505.284</b>	<b>186.634</b>	<b>143,82</b>

Fonte: Unidades Regionais

Para definição das metas e mensuração das fiscalizações em 2014 foram consideradas apenas as balanças seletivas, de forma diferente de 2013 quando eram consideradas as balanças seletivas e de precisão, fato que explica o aumento mais conservador de 3,00% das metas de um ano para outro.

A dificuldade de definição das metas para a pesagem veicular reside na existência de variáveis não controladas pela Agência que impactam o tráfego de caminhões e ônibus que passam pelas balanças, bem como as limitações de informações sobre as paralizações dos Postos de Pesagem de Veículos (PPV's) para manutenção, além de outras restrições operacionais que possam vir a ocorrer.

#### Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Cargas - RNTRC

Ao final de 2014, encontravam-se regularmente inscritos no RNTRC 1.017.627 transportadores, sendo que desse número, 848.772 são relativos a profissionais autônomos, 168.450 empresas e 405 cooperativas, com uma frota total de 2.239.158 veículos.

A saber, para exercer a atividade econômica de Transporte Rodoviário de Cargas, faz-se necessária a prévia inscrição do interessado no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga - RNTRC.

#### Pagamento Eletrônico de Frete - PEF

O Pagamento Eletrônico de Frete (PEF) visa formalizar o relacionamento entre os contratantes do serviço de transporte e os transportadores rodoviários de cargas, tendo como foco os transportadores autônomos, as empresas de transporte rodoviário com até três veículos e as cooperativas cadastradas no RNTRC. Em 2014, 21 empresas estavam habilitadas como administradoras de meios de Pagamento Eletrônico de Frete. Quanto às operações de transporte, 6.402.659 foram cadastradas entre janeiro e dezembro de 2014.

#### Vale Pedágio

Com relação ao fornecimento do Vale-Pedágio obrigatório, ao final de 2014, cinco empresas estão habilitadas a fornecer os modelos, que devem ser aceitos em todas as praças de pedágio.



Transporte Rodoviário de Cargas (TRC) - Viagens fiscalizadas						
COFIS	RNTRC + PEF + VP					
	Meta	Executado	Autos Lavrados RNTRC	Autos Lavrados PEF	Autos Lavrados VP	% Executado
URBA	1.000	872	228	111	-	87,20
URCE	4.600	6.547	660	213	-	142,33
URCN	3.500	5.824	778	99	14	166,40
URMA	6.100	10.014	2.305	500	-	164,16
URMG	5.640	9.619	2.315	544	505	170,55
URPE	1.000	2	-	-	-	0,20
URRJ	17.850	20.799	7.177	235	1.167	116,52
URRS	23.000	21.129	1.838	387	193	91,87
URSP	16.336	32.281	4.066	789	950	197,61
<b>Total</b>	<b>79.026</b>	<b>107.087</b>	<b>19.367</b>	<b>2.878</b>	<b>2.829</b>	<b>135,51</b>

Fonte: Unidades Regionais

A Operação Safra, que não havia sido prevista no Plano Anual de Fiscalização (PAF), visto que a demanda para participação da ANTT só ocorreu após sua aprovação, teve forte influência para superação das metas, especialmente das Unidades Regionais envolvidas na operação.

#### Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC)

Transporte Rodoviário de Cargas - Viagens fiscalizadas				
COFIS	TRIC			
	Meta	Executado	Autos Lavrados	% Executado
URBA	-	-	-	0,00
URCE	-	-	-	0,00
URCN	552	1.307	36	236,78
URMA	-	-	-	0,00
URMG	-	8	5	0,00
URPE	-	-	-	0,00
URRJ	-	-	-	0,00
URRS	14.880	15.859	1.395	106,58
URSP	1.440	3.024	198	210,00
<b>Total</b>	<b>16.872</b>	<b>20.198</b>	<b>1.634</b>	<b>119,71</b>

Fonte: Unidades Regionais

A modalidade de Transporte Rodoviário Internacional de Cargas - TRIC é operada com base no Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre (ATIT) de que trata o Decreto nº 99.704, de 20 de novembro de 1990, em que foram definidas as normas para execução do serviço.

Em 2014, foram concedidas a empresas brasileiras 177 habilitações e 194 renovações e, a empresas

estrangeiras, 123 habilitações e 50 renovações. Ao final, eram 617 empresas brasileiras autorizadas a transportar para território estrangeiro e 1.281 empresas estrangeiras autorizadas a transportar para o Brasil, totalizando 47.543 veículos brasileiros e 49.227 veículos estrangeiros.

Para o TRIC foram estabelecidas metas apenas para as Unidades Regionais com estados que possuem fronteira com outros países. O resultado das fiscalizações demonstra que as metas foram alcançadas conforme esperado.

#### Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos (TRPP)

Em 2014, foram fiscalizados 4.474 veículos quando da prestação do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos - TRPP. A fiscalização compete à ANTT, sem prejuízo das autoridades com circunscrição sobre a via por onde transitar o transportador, e pode ocorrer em todo o território nacional.

Transporte Rodoviário de Cargas - Viagens fiscalizadas				
COFIS	TRPP			
	Meta	Executado	Autos Lavrados	% Executado
URBA	-	-	-	0,00
URCE	-	6	10	0,00
URCN	-	44	29	0,00
URMA	-	142	216	0,00
URMG	-	51	156	0,00
URPE	-	-	-	0,00
URRJ	1.500	2.153	1.132	143,53
URRS	750	1.122	338	149,60
URSP	-	956	1.401	0,00
<b>Total</b>	<b>2.250</b>	<b>4.474</b>	<b>3.282</b>	<b>198,84</b>

Fonte: Unidades Regionais

Ao ser elaborado ao final de 2013, o PAF considerou o cenário existente à época, que apontava para uma quantidade limitada de fiscais capacitados para executar esta modalidade de fiscalização, a qual demandava conhecimentos bem específicos. Dessa maneira, dado que os fiscais capacitados estavam concentrados em duas Unidades Regionais (UR's), foram estabelecidas metas somente para a Unidade Regional do Rio de Janeiro (URRJ) e Unidade Regional do Rio Grande do Sul (URRS).

Ocorre que ao longo de 2014 foram capacitadas outras turmas para a fiscalização do TRPP, cujo treinamento foi composto por uma parte teórica (com utilização de ferramentas de ensino à distância) e uma parte prática. Assim, a partir de 2015, todas as UR's estarão aptas a atuar nesse segmento de fiscalização.

Em relação à meta de fiscalização prevista para a URRJ em 2014, contata-se que ela foi executada sem dificuldades. Observou-se, inclusive, que a execução superou a meta, o que pode ser explicado pelo aumento do número de servidores capacitados, assim como pela realização da parte prática de um curso de capacitação em Itatiaia/RJ.

Quanto à URRS, também se observa que o previsto para o ano de 2014 foi executado sem dificuldades. À semelhança da URRJ, foram realizadas atividades durante todo o ano, ocorrendo inclusive um acréscimo no número de fiscalizações no segundo semestre em função, principalmente, da intensificação da fiscalização do TRIC e TRIIP nos Postos de Fiscalização de Fronteira de Foz do Iguaçu/PR e Uruguai/RS.



# ***TRANSPORTE DE PASSAGEIROS***





CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Os serviços de transporte de passageiros são classificados conforme esquema a seguir:



TRANSPORTE REGULAR RODOVIÁRIO INTERESTADUAL DE PASSAGEIROS

As informações apresentadas referem-se à demanda do transporte interestadual de passageiros por meio rodoviário, seja ele semiurbano ou de longa distância.

Modificação e alteração Operacional de Serviços Regulares

Os prestadores de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros sob regime regular podem solicitar modificações dos serviços por eles prestados ao ente regulador, consubstanciado em duas modalidades: modificação do serviço strictu sensu e alteração operacional do serviço.

As modificações dependem de aprovação prévia e expressa da ANTT, baseada em aspectos técnicos e mercadológicos.

Já as alterações operacionais dos serviços são livres ao prestador, desde que haja comunicação à ANTT com antecedência mínima de 15 dias da efetiva alteração e atendam as normas.

Em 2014 foram analisadas 810 (oitocentos e dez) modificações de serviços, conforme tabela a seguir:

Modificações/Alterações Operacionais Serviços - Por Tipo														
Tipo	Ação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Alterações	Quadro de Horários	13	15	40	8	15	16	13	19	9	2	7	30	187
	Serviço Diferenciado	5	-	-	-	-	-	3	-	-	2	4	5	9
	Alteração de ponto de apoio e parada	22	21	16	27	10	24	11	15	11	5	10	7	179
Modificações	Alteração de itinerário	-	3	1	1	-	1	-	1	-	-	-	5	12
	Implantação de Linha	-	-	2	1	2	-	-	1	-	-	-	21	27
	Implantação de Seção	23	1	2	8	-	-	-	-	-	1	-	-	35
	Paralisação de Serviço	1	2	3	3	6	5	3	9	3	3	-	3	1
	Redução de Frequência Mínima	10	6	7	5	13	29	24	33	31	15	5	14	192
	Supressão de Linha / Seção	4	-	3	3	1	6	2	-	-	-	-	-	19
	Terminal Adicional	-	-	-	-	-	-	4	2	-	2	1	-	9
	Operação simultânea	2	1	10	18	12	17	9	4	2	5	-	10	90
Subtotal por Mês		80	49	84	74	59	98	69	84	56	35	27	95	810

Fonte: SUPAS, GERPA, Sistema de Gerenciamento de Permissões - SGP, 2014

Utilização de Ônibus de Terceiros - Resoluções nºs. 870/2005 e 1417/2006

Trata-se de utilização de ônibus de outras empresas nos serviços regulares, sejam de permissionárias, autorizatárias especiais, fretamento e turismo, que estejam regularizados junto a ANTT nas hipóteses constantes do art. 2º da Resolução nº 1.417/2006, devendo o requerimento ser instruído com a documentação exigida no art. 3º da citada legislação.

O quantitativo de pleitos analisados consta na tabela ao lado:

Utilização de Ônibus de Terceiros

Mês	Deferimento	Indeferimento
Janeiro	9	1
Fevereiro	41	1
Março	25	2
Abril	19	2
Maio	22	3
Junho	23	-
Julho	12	3
Agosto	7	2
Setembro	15	2
Outubro	14	-
Novembro	46	1
Dezembro	77	1

Fonte: SUPAS, GERPA, 2014.

**Tarifa Promocional - Resolução nº 1928/2007**

Consiste na possibilidade de reduzir valor da tarifa pelas empresas permissionárias/autorizatórias em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos usuários.

Foram requeridos e cadastrados 33.419 (trinta e três mil, quatrocentos e dezenove) pedidos sobre tarifa promocional, como demonstra tabela a seguir.

**Solicitação/Cancelamento de Tarifa Promocional - Via SGP**

AÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Tarifa Promocional (via SGP)	1.611	1.542	985	1.342	1.634	2.937	3.684	8.263	3.847	2.504	1.237	3.833	33.419

Fonte: SUPAS, GERPA, SGP-FROTA, 2014.

**Transferência de Serviços - Resoluções nº. 1445/2006 e nº. 3076/2009**

A Resolução ANTT nº 3.076/09 estabelece os critérios e procedimentos para a transferência de serviços operados por empresas que possuem autorização sob regime especial.

Ao longo de 2014 foi autorizada a transferência de 9 (nove) serviços.

**Cadastramento do Serviço de Transporte Regular****1. Ativação de Frota - Resolução nº. 839/2005:**

Trata-se de procedimento de cadastramento, em que as empresas prestadoras de serviços são responsáveis pelo cadastramento de seus ônibus, no SGP, via internet, e, posteriormente, encaminham cópias do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos - CRLV, assim como do seguro de responsabilidade civil, para ativação da empresa. As empresas somente podem operar seus veículos após a “ativação” no sistema.

Na tabela a seguir são apresentados os quantitativos de ônibus ativos e pendentes de ativação nos serviços regulares.

**Frota de Ônibus Ativos e Pendentes de Ativação**

MÊS	SITUAÇÃO	NÚMERO DE VEÍCULOS
Jan	Ativo	17.214
	Pendente de Ativação	1.715
Fev	Ativo	16.963
	Pendente de Ativação	1.985
Mar	Ativo	16.889
	Pendente de Ativação	2.018
Abr	Ativo	17.056
	Pendente de Ativação	1.836

Mai	Ativo	17.047
	Pendente de Ativação	1.913
Jun	Ativo	17.005
	Pendente de Ativação	1.887
Jul	Ativo	17.157
	Pendente de Ativação	1.946
Ago	Ativo	17.237
	Pendente de Ativação	1.911
Set	Ativo	17.688
	Pendente de Ativação	1.720
Out	Ativo	17.449
	Pendente de Ativação	1.972
Nov	Ativo	17.466
	Pendente de Ativação	1.954
Dez	Ativo	17.406
	Pendente de Ativação	1.999

Fonte: SUPAS, GERPA, SGP-FROTA, 2014

**2. Cadastro de Motoristas - Resolução nº. 1971/2007:**

Conforme disciplina a Lei nº 9.503/07 (Código de Trânsito Brasileiro), é obrigatório o cadastramento dos motoristas de empresa e o encaminhamento da certidão criminal federal e estadual de cada um.

Nas tabelas a seguir são apresentados dados relativos à quantidade de motoristas ativos, demitidos e pendentes de ativação no período.

**Motoristas Ativos, Demitidos e Pendentes de Ativação.**

Mês	Ativo	Demitido	Pendente Ativação
Jan	29.301	39.951	5.353
Fev	29.485	40.588	5.401
Mar	29.757	41.222	5.523
Abr	30.047	41.856	5.588
Mai	30.443	42.687	5.713
Jun	30.994	43.624	5.855
Jul	31.559	44.114	5.965
Ago	32.080	44.606	6.146
Set	32.633	45.113	6.371
Out	32.748	45.260	6.483
Nov	33.760	45.891	6.631
Dez	34.928	46.289	6.798

Fonte: SUPAS, GERPA, Sistema de Motoristas - SISMOT, 2014.



Conforme disposições da Resolução ANTT nº 1.971/2007, as permissionárias e autorizatárias somente poderão usar serviços de condutores devidamente cadastrados e na condição de “ativo”.

3. Empresas e Serviços Regulares por Tipo de Serviço:

Na tabela a seguir são apresentadas as empresas autorizatárias especiais de serviços regulares de transporte rodoviário de passageiros por tipo.

Empresas e Serviços Regulares por Tipo de Serviço - 2014												
Discriminação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Empresas Permissionárias e Autorizatárias Especiais¹	267	266	265	269	265	266	265	266	266	266	265	265
Serviços Regulares Ativos²	2.769	2.761	2.768	2.821	2.791	2.773	2.776	2.770	2.776	2.748	2.761	2.762
Básicos³	1.825	1.819	1.822	1.873	1.854	1.840	1.838	1.833	1.838	1.822	1.814	1.800
Complementares⁴	501	497	497	497	496	494	492	491	491	487	488	488
Diferenciados⁵	443	445	449	451	441	439	446	446	447	439	459	474

Fonte: SUPAS, GERPA, Sistema de Gerenciamento de Permissões - SGP, 2014.

1 Inclui empresas permissionárias, autorizatárias especiais e por autorização judicial. Entenda-se por Autorizatárias aquelas que operam sob regime de fretamento e Autorizatárias Especiais para a prestação dos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual de passageiros, com extensão superior a 75 km, conforme as Resoluções 2868 e 2869 e suas alterações.

2 Inclui serviços autorizados por decisão judicial.

3 Serviços inicialmente outorgados, 36 permissionárias e as demais autorizatárias especiais ou por autorização judicial.

4 Serviços complementares são aqueles modificados e autorizados durante a vigência do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 92.353/86, ou legislação anterior, que estejam vinculados a serviços básicos.

5 Serviços diferenciados são aqueles vinculados a uma linha base ou complementar, cuja oferta é prerrogativa do transportador e explorado com equipamentos de características especiais para atendimento de demandas específicas.

Reajuste das Tarifas do Transporte Rodoviário de Passageiros - Resoluções nº. 1627/2006 e 2130/2007

Atualmente, tanto os serviços de longa distância quanto do semiurbano são reajustados por meio de fórmulas paramétricas que consideram os custos operacionais dos dois serviços. As fórmulas contêm índices de preço estabelecidos pela Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

No ano de 2014, para o serviço de longa distância, o reajuste foi de 4,792% aplicado a partir de 1º de julho de 2014, conforme Resolução ANTT nº 4.351/2014. Para o serviço semiurbano não ocorreu reajuste em 2014.

Outras Atividades Relacionadas ao Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros

1. Indenização às Empresas do Transporte Rodoviário Interestadual Semiurbano de Passageiros:

A Indenização Financeira a Empresas de Transporte Semiurbano de Passageiros entre o Distrito Federal e Municípios do seu Entorno foi criada por meio da Medida Provisória Nº 654, de 12/08/14, que abriu crédito extraordinário no montante de R\$ 17.427.746,00, objetivando o ressarcimento às operadoras dos serviços de transporte rodoviário coletivo regular interestadual de passageiros, de característica urbana, que ligam o Distrito Federal aos municípios pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno localizados no Estado de Goiás.

O intuito do ressarcimento foi cobrir a diferença a menor entre o valor monetário da tarifa de remuneração da prestação do serviço e a tarifa cobrada do usuário, referente ao déficit apurado no período de 1º de agosto de 2013 e a 31 de julho de 2014.

A Agência publicou a Resolução nº 4.444 de 06 de outubro de 2014, Para estabelecer os procedimentos

para pagamento da indenização às empresas que prestaram serviços de transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros entre o Distrito Federal e seu entorno.

Os cálculos das indenizações devidas conforme a Resolução ANTT nº 4.444/14, referentes às perdas pelo não reajuste do período de 1º/08/13 a 31/07/14, são apresentados a seguir por empresa beneficiada.

Indenizações realizadas em 2014 (Resolução ANTT Nº 4.444/2014 - Referente ao período de 1º/08/2013 a 31/07/2014)		
Empresa	Processo	Valor Indenização
Taguatur - Taguatinga Transporte e Turismo Ltda	50500.148438/2014-19	4.266.146,13
Viação Anapolina Ltda	50500.148094/2014-48	3.720.137,37
Vialuz - Viação Luziânia Ltda	50500.148087/2014-46	1.021.370,13
Auto Viação Goianésia Ltda	50500.179045/2014-57	935.426,70
Kandango Transporte e Turismo Ltda (Catedral Turismo)	50500.160705/2014-26	521.515,37
Utb União Transporte Brasília Ltda	50500.186948-2014-94	1.063.682,85
Santa Izabel - Transportes e Turismo Ltda	50500.185016/2014-24	23.827,82
Mais X Turismo	50500.196933/2014-26	69.002,67
Rápido Planaltina	50500.196829/2014-40	70.655,06
Empresa Santo Antônio Transporte e Turismo Ltda	50500.196826/2014-14	577.790,70
Total		12.269.554,80

Fonte: SUPAS

Coleta de Dados Operacionais - Resolução nº. 3524/10

De acordo com a Resolução ANTT nº 3524/10 as empresas devem enviar à ANTT os Dados de Desempenho Operacional e dos Balancetes Analíticos Mensais. A ANTT disponibiliza, via web, o sistema SISDAP para que as empresas acessem e informem os dados solicitados. Dentre as informações prestadas constam aquelas referentes ao atendimento do deficiente físico e do idoso.

Na tabela a seguir consta o número de empresas operadoras que enviaram os dados nos prazos previstos na legislação.

Ações em 2014	Número de Empresas que Prestaram Informações
Coleta de Dados Operacionais 1º trimestre	163
Coleta de Dados Operacionais 2º trimestre	162
Coleta de Dados Operacionais 3º trimestre	170
Coleta de Dados Operacionais 4º trimestre	164

Fonte: SUPAS, GERPA, Dados SISDAP, 2014.

Para as empresas que não apresentam os dados no prazo estipulado, é solicitada à fiscalização que realize a autuação das empresas inadimplentes.

TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS

Temporada Turística

Os serviços de temporada turística internacional visam suprir um aumento de demanda em certas épocas do ano (alta temporada). São divididos em duas categorias: permanente e não permanente. Atualmente, a temporada turística permanente está acordada entre Brasil e a Argentina e entre o Brasil e o Uruguai já a temporada turística não permanente entre Brasil e a Argentina.

O serviço de temporada turística permanente é aquele criado e acordado entre os países para atender à demanda em seção de uma linha internacional já existente. Este serviço, no Brasil, é realizado necessariamente pela empresa que opera a linha originária. Atualmente há 8 (oito) serviços de temporada turística permanente acordados com a Argentina e 2 (dois) com o Uruguai. Vale registrar que não há obrigatoriedade na prestação destes serviços visto que são operados de acordo com a demanda.

A seguir, o quadro com descrição dos procedimentos relativos ao transporte internacional, bem como o quantitativo realizado.

Tabela Resumo dos Procedimentos Relativos ao Transporte Internacional

AÇÕES	TOTAL
Expedição/Renovação de Licenças Originárias	43
Expedição/Renovação de Licenças Complementares	5
Habilitação de frota de veículos que exploram serviços regulares internacionais	18
Modificação de serviços	13
Temporada permanente	5
Temporada turística não permanente	2
Atividades Diversas	451
TOTAL	537

Fonte: SUPAS, GERPA 2014.

TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS

Transporte Regular Ferroviário de Passageiros

Atualmente, existem três trechos na malha federal concedida, onde são prestados os serviços de transporte de passageiros de caráter regular: a Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM, entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais; a Estrada de Ferro Carajás - EFC, que percorre os Estados do Pará e Maranhão, ambos os serviços estão sob a responsabilidade da concessionária VALE S.A; e o trecho Curitiba/Morretes/Paranaguá, no Estado do Paraná, sob a responsabilidade da concessionária Serra Verde Express Ltda.

Serviços de Transporte Ferroviário de Passageiros

TRECHO	UF	EXTENSÃO (KM)	CONCESSIONÁRIA	OUTORGA
Parauapebas/São Luís - Estrada de Ferro Carajás - EFC	PA/MA	892	Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	Decreto de 27/06/1997
Vitória/Belo Horizonte - Estrada de Ferro Vitória-Minas - EFVM	ES/MG	664	Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	Decreto de 27/06/1997
Curitiba/ Morretes/ Paranaguá	PR	110	Serra Verde Express Ltda.	Resolução 1.884/2007

Fonte: ANTT, Passageiros, Ferroviário, Trens Regionais  
Fonte: Dados informados pelas empresas

Trens Regulares (Passageiros Transportados) - 2014

EMPRESA	TRECHO	TOTAL ANO
VALE	Parauapebas/São Luís - EFC	301.871
	Vitória/Belo Horizonte - EFVM	958.160
Serra Verde Express Ltda.	Curitiba - Morretes - Paranaguá	143.130
TOTAL		1.817.448

Fonte: Dados informados pelas empresas

Convênio de Delegação da Estrada de Ferro do Corcovado para o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio

Desde 1984, e por meio de sucessivos contratos, a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros na Estrada de Ferro do Corcovado esteve arrendada pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU à empresa Esfeco Administração Ltda., com término do arrendamento original ocorrido em novembro de 2013.

Ressalta-se que, em 10/1/2013, a SPU entregou a área da União na Unidade de Conservação de Uso Sustentável Parque Nacional da Tijuca ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, representado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Assim, esse instituto passou a ter o domínio da área onde está situada a Estrada de Ferro do Corcovado.

Tendo em vista o término do contrato da Esfeco Administração Ltda., o ICMBio, em julho de 2013, solicitou orientações sobre os requisitos técnicos necessários, bem como a autorização da ANTT, para realizar a transferência da operação ferroviária a terceiros.

Procedidas as análises técnicas e jurídicas, em 30 de abril de 2014, nos termos da Resolução ANTT nº 4.326, publicada no D.O.U em 6 de maio de 2014, foi autorizada a celebração de Convênio entre a Agência e o ICMBio para delegação da prestação de serviço de transporte ferroviário de passageiros na Estrada de Ferro do Corcovado.

O Convênio de Delegação nº 01/2014, estipulando os direitos e obrigações das duas instituições, foi assinado em 2 de maio de 2014 e seu extrato publicado, no D.O.U, no dia 8 do mesmo mês.

Autorização para Operação de Trens Turísticos e Comemorativos - Resolução nº. 359 de 2003

Trata-se de autorização para o transporte ferroviário não regular e eventual de passageiros, com finalidade turística ou comemorativa, em que a empresa interessada solicita a operação do serviço, mediante apresentação de requerimento acompanhado da documentação especificada na Resolução nº. 359/2003.

Foram emitidas em 2014, 4 Portarias autorizando a operação de trens comemorativos, e 1 Resolução autorizando a operação de trem turístico, conforme tabela abaixo.

AUTORIZAÇÃO PARA TREM COMEMORATIVO / TURÍSTICO - 2014								
Nº	PROCESSO	TRECHO	UF	EXTENSÃO	REQUERENTE	CONCESSIONÁRIA /DETENTORA DA VIA	PORTARIA / RESOLUÇÃO	
							N.º	DATA
1	50515.010193/2014-99 <u>Trem Comemorativo</u>	São José do Rio Preto - Engenheiro Schmitt	SP	10,5 km	Prefeitura de São José do Rio Preto	ALLMP - América Latina Logística Malha Paulista	178	20/03/14
2	50500.039125/2014-71 <u>Trem Comemorativo</u>	Pátio da Oficina de Edgard Werneck - Estação Cabo	PE	33 km	CBTU/STU-REC/METROREC	Transnordestina Logística S.A. - FTL	230	29/05/14
3	50500.041251/2014-95 <u>Trem Comemorativo</u>	Campina Grande - Galante	PB	25 km	CBTU/STU-JOP	Transnordestina Logística S.A. - FTL	317	11/06/14
4	50500.130535/2014-55 <u>Trem Turístico</u>	Ouro Preto e Mariana	MG	18 km	VALE S.A.	DNIT	4.433	30/09/14
5	50500.225865/2014-28 <u>Trem Comemorativo</u>	Livramento - Palomas	RS	21 km	Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - Regional Santa Catarina - ABPF/SC	América Latina Logística Malha Sul S.A.	686	16/12/14

TRANSPORTE RODOVIÁRIO FRETADO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS

O transporte fretado de passageiros compreende serviços prestados por empresas credenciadas, em circuito fechado, sem implicar o estabelecimento de serviços regulares e sem venda de bilhete de passagens. Também é obrigatória a relação de passageiros transportados e a emissão de nota fiscal, por viagem, com a devida autorização prévia da ANTT.

A prestação dos serviços sob regime de fretamento atende o segmento interestadual e internacional, sendo denominado no Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre (ATIT) de transporte ocasional. Esses serviços são regulados pela Resolução ANTT nº 1.166, de 05/10/2005.

Para os serviços internacionais, também são observados os Tratados, as Convenções e os Acordos Internacionais, dos quais seja signatário o Brasil, bem como as demais legislações pertinentes.

Cabe à ANTT habilitar a prestação do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento sob as formas eventual e contínuo, bem como a prestação do serviço regular.

O fretamento eventual são os serviços prestados em caráter ocasional. Já o serviço de fretamento contínuo é caracterizado por meio de contrato firmado, para viagens por período determinado, em circuito fechado (ida e volta), com itinerário, quantidade de viagens, frequência e horários pré-estabelecidos e relação fechada de passageiros.

O Fretamento contínuo é destinado exclusivamente às seguintes situações: empresas, associações, instituições de ensino ou agremiações estudantis, legalmente constituídas, para o transporte de seus

empregados, alunos, professores ou associados; e entidades do poder público, quando não transporta pessoas em veículos próprios.

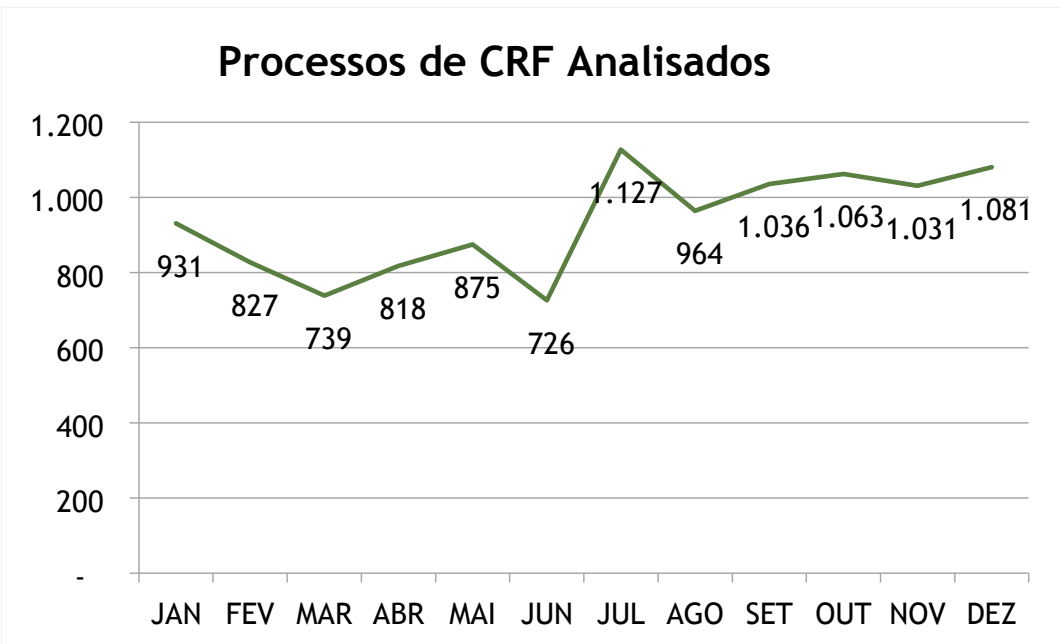
Autorizações para Prestação de Serviço Fretado

De acordo com a Resolução ANTT nº 1.166/2005 a autorização para a prestação dos serviços sob o regime de fretamento é concedida por Resolução da Diretoria da ANTT e emissão do Certificado de Registro para Fretamento - CRF.

É realizada toda a análise da documentação necessária à emissão da autorização para a prestação dos serviços rodoviários internacionais e interestaduais de passageiros sob o regime de fretamento das empresas nacionais que o requeiram e atendam aos requisitos exigidos.

Em 2014, foram analisados 11.218 processos, sendo 1.597 relativos a novas emissões de CRF.

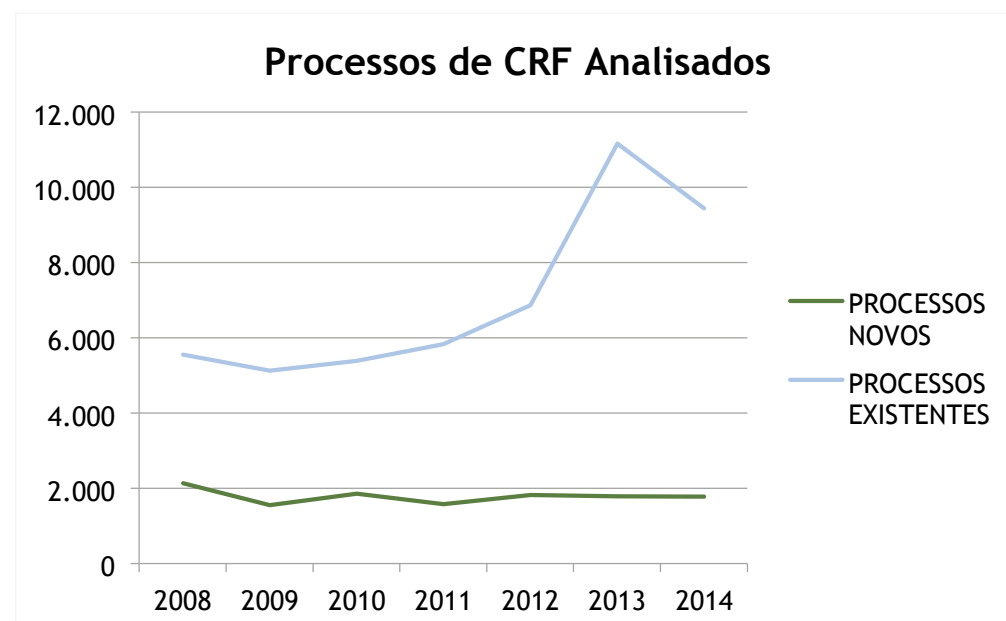
Foi identificado um pico no mês de julho na quantidade de solicitações, mantendo-se no restante do ano uma média de mil processos, conforme observado no gráfico abaixo:



Fonte: SUPAS, GEFAE, 2014.

A quantidade de processos analisados anualmente tem crescido consideravelmente, principalmente em razão das atualizações necessárias nos processos já existentes e do envio documentação incorreta gerando uma grande quantidade de pendências que necessitam de uma reanálise. Também é observado que há uma clara sazonalidade bienal na quantidade de processos novos, em função do prazo de validade do CRF.





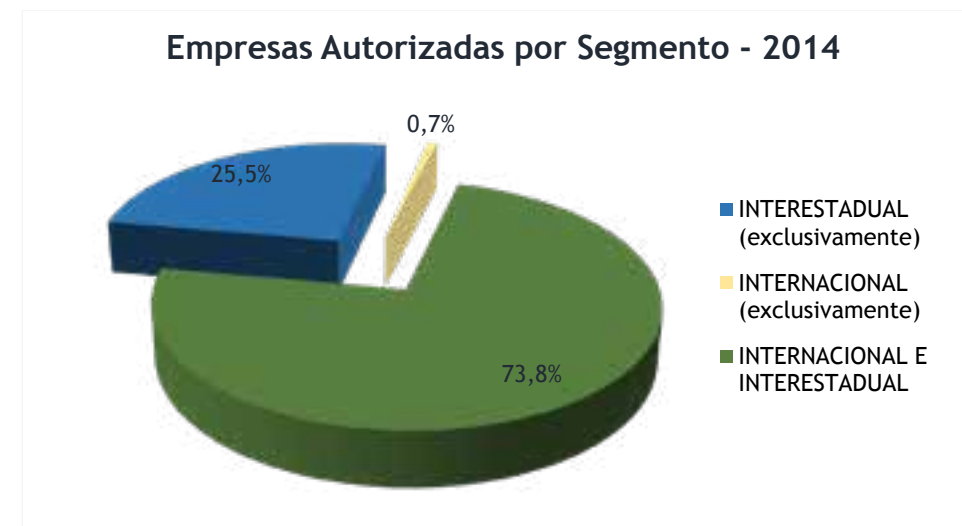
Fonte: SUPAS, GEFAE, 2014.

Foram emitidos 1.597 Certificados de Registro para Fretamento - CRF definitivos, com validade de 2 (dois) anos, para empresas que tiveram suas solicitações de cadastramento ou recadastramento aprovadas para prestação de serviços de transporte fretado de passageiros, por meio das Resoluções abaixo identificadas:

RESOLUÇÕES QUE AUTORIZARAM A EMISSÃO DE CRF (2014)		
4.272 de 05/02/2014	13/02/2014	174
4.302 de 03/04/2014	04/04/2014	109
4.357 de 15/07/2014	17/07/2014	437
4.370 de 14/08/2014	21/08/2014	127
4.404 de 02/09/2014	08/09/2014	142
4.449 de 21/10/2014	23/10/2014	137
4.492 de 19/11/2014	24/11/2014	233
4.525 de 19/12/2014	24/12/2014	238

Fonte: SUPAS, GEFAE, 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, havia 3.719 empresas autorizadas (detentoras de CRF) a prestar serviços fretados de passageiros, por segmento de serviço, conforme gráfico a seguir:

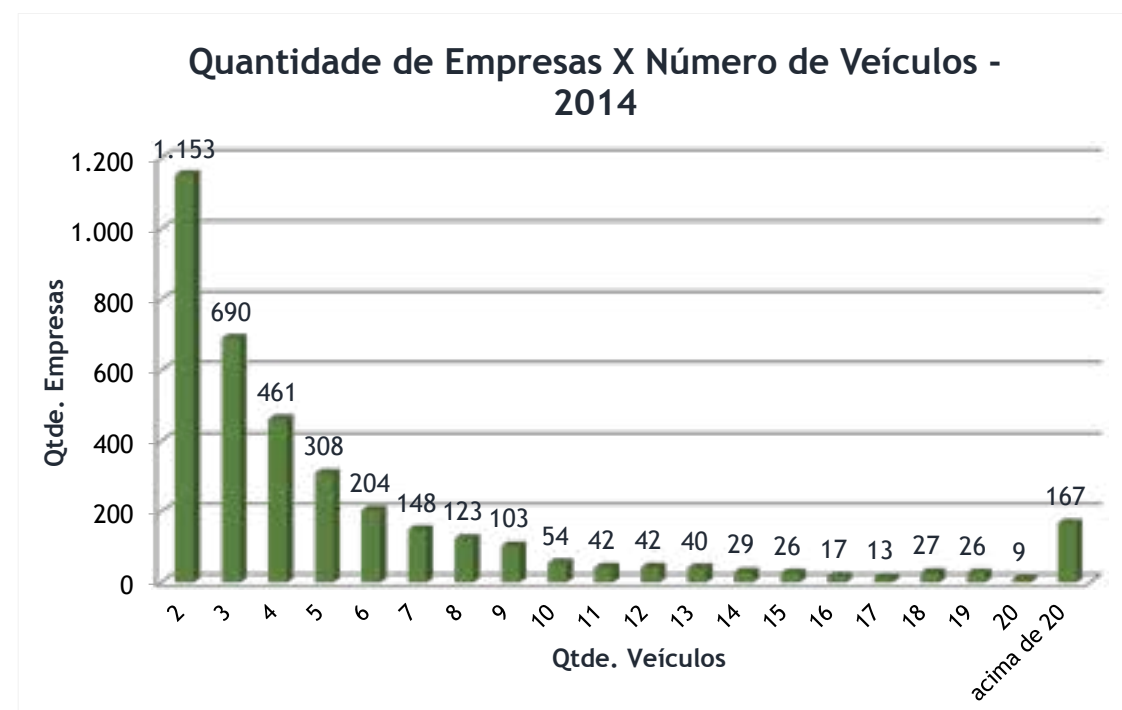


Fonte: SUPAS, GEFAE, 2014.

#### Frota do Serviço Fretado

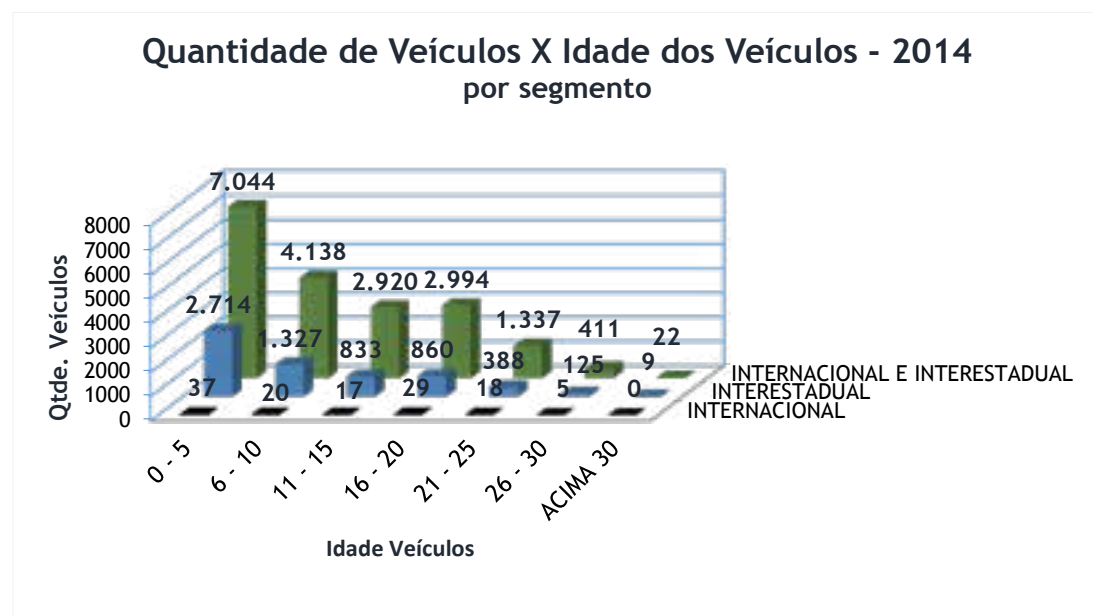
A Resolução ANTT nº 1.166/2005 exige das empresas prestadoras de serviços o cadastro de sua frota. É analisada a documentação encaminhada para o cadastro dos veículos de forma a garantir o atendimento aos requisitos exigidos, principalmente no tocante a segurança verificada pelo Laudo de Inspeção Técnica Veicular.

A frota cadastrada em 31/12/2014 correspondia a 25.205 veículos, sendo que a maioria das empresas possui apenas dois veículos. Considerando que a frota é um indicador do porte, pode-se inferir que o setor é majoritariamente representado por empresas de pequeno porte, mais de 70% das empresas (2.639) possuem até 5 (cinco) veículos e juntas elas controlam mais de 30% da frota cadastrada (7.787 veículos).

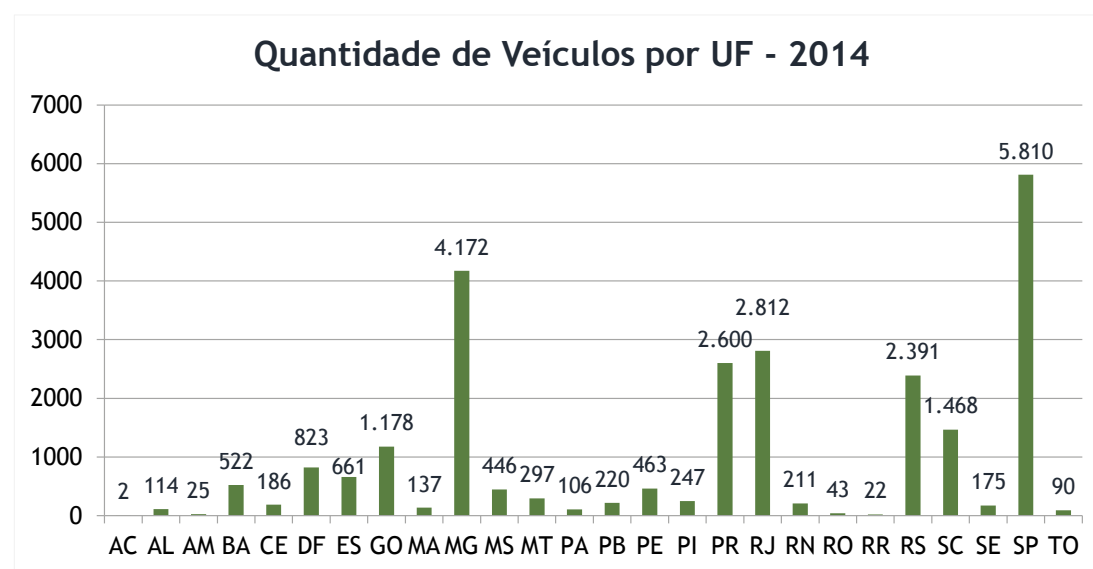


Fonte: SUPAS, GEFAE, 2014.

O perfil da frota cadastrada é representado com cerca de 38% da frota (9.795 veículos) com veículos com idade de até 5 (cinco) anos. A distribuição espacial dos veículos é concentrada nos Estados de São Paulo e Minas Gerais (39% da frota total). Os gráficos a seguir permitem uma melhor visualização do cenário:



Fonte: SUPAS, GEFAE, 2014.



Fonte: SUPAS, GEFAE, 2014.

#### Dados Operacionais de Transporte Fretado

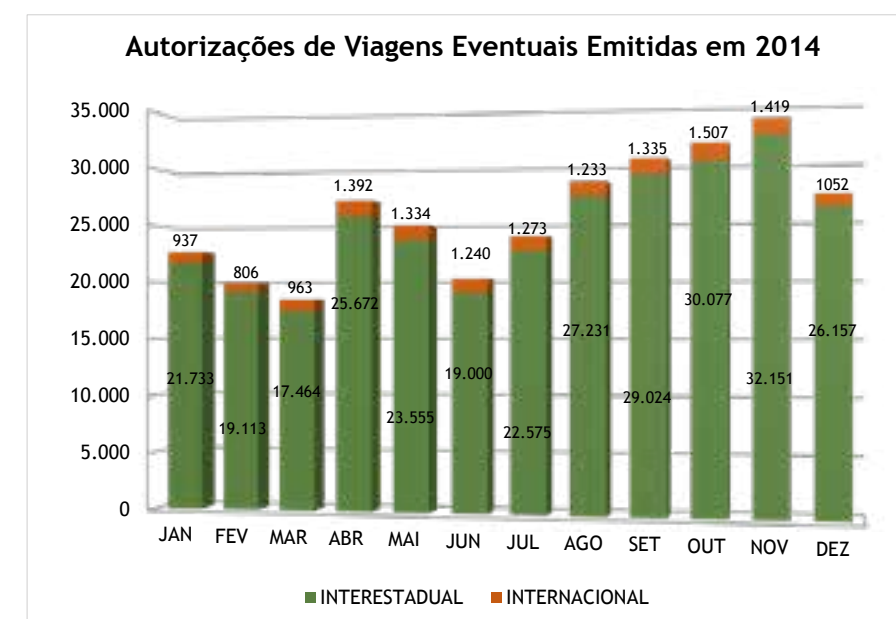
##### 1. Transporte Fretado Eventual:

O controle do Transporte Fretado Eventual de Passageiros é realizado por meio do Sistema de Controle de Autorização de Viagem do Fretamento Eventual - SISAUT, sistema informatizado de emissão e armazenamento de informações deste serviço.

A ANTT disponibiliza, em sua página na Internet, o SISAUT, sistema on-line, para que as empresas aces-

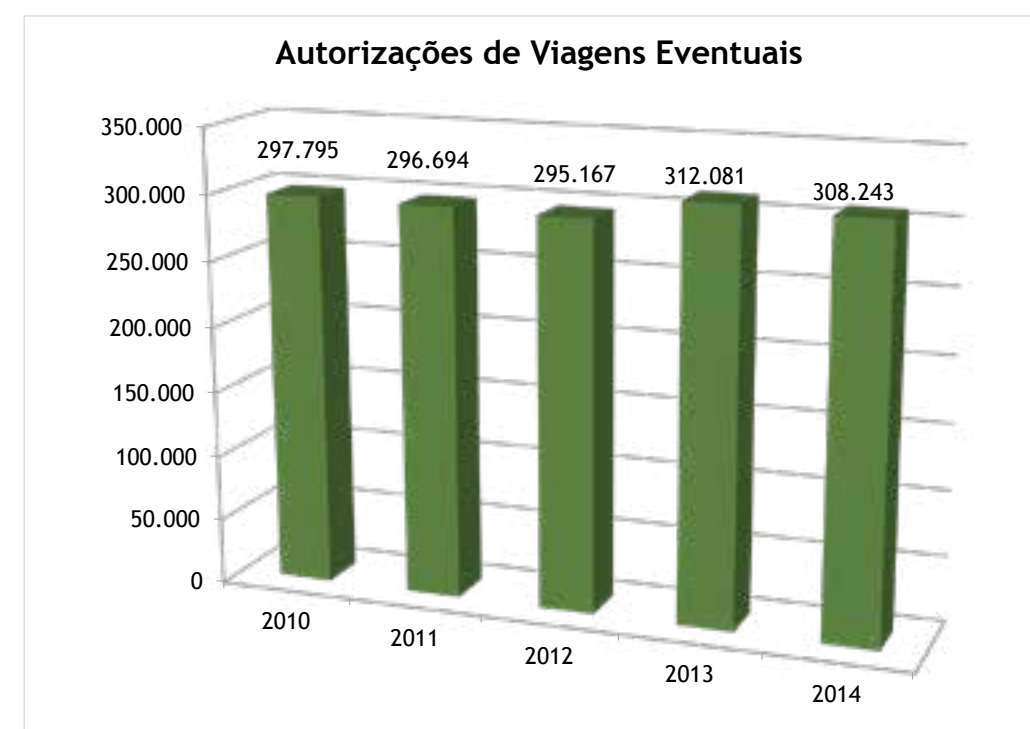
sem e emitam suas respectivas autorizações, conforme parâmetros exigidos na Resolução ANTT nº 1.166/2005, que regulamenta estes serviços.

O Transporte Eventual Turístico é consideravelmente predominante e a emissão das Autorizações de Viagens para esse serviço é realizada pelas próprias empresas de forma automática no Sistema de Autorizações (SISAUT). No ano de 2014 foram emitidas 308.243 autorizações de viagens, distribuídas ao longo do ano e por modalidade de serviço conforme o gráfico abaixo:



Fonte: SUPAS, GEFAE, 2014.

Nos últimos cinco anos o quantitativo de autorizações de Viagens apresentou pouca variação.



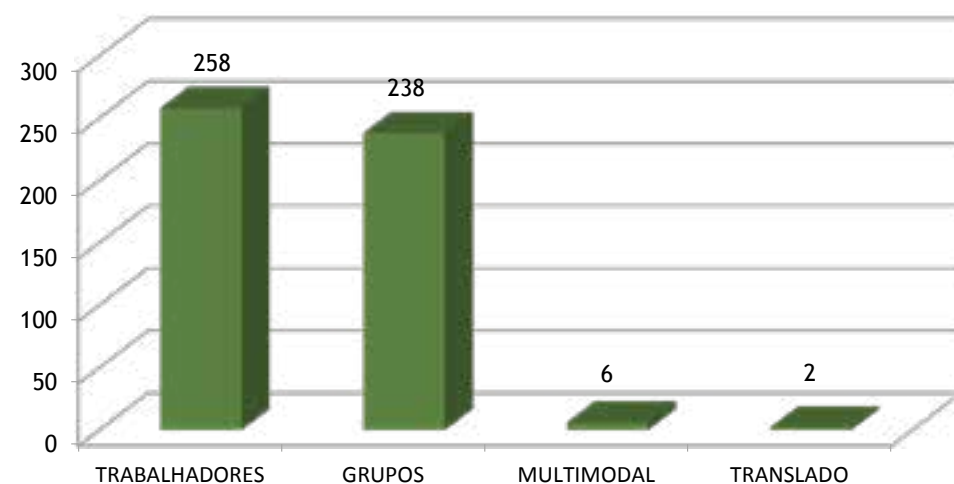
Fonte: SUPAS, GEFAE, 2014.

O Transporte Fretado Eventual de Passageiros é classificado em diferentes formas de atendimento:

- **Turístico:** é o serviço prestado por agências de viagem com frota própria ou através da contratação de transportadoras turísticas, para a realização de viagens com finalidade turística, sendo atendidos todos os requisitos para a prática da atividade;
- **Multimodal:** é a forma de atendimento turístico, dependente de autorização especial, que tem etapa(s) do itinerário realizada(s) em diferentes meios de transporte;
- **Grupos:** é o formato turístico, dependente de autorização especial, operado com viagens alternadas de grupos, desde que essas viagens mantenham uma relação de mesma origem e mesmo destino;
- **Translado:** é a forma de atendimento turística, dependente de autorização simples, que cumpre o percurso realizado entre as estações terminais de embarque e desembarque de passageiros, meios de hospedagem e locais onde se realizem congressos, convenções, feiras, exposições de negócios e respectivas programações sociais;
- **Trabalhadores:** é o formato de viagem não turística, dependente de autorização especial, realizado para o transporte eventual de trabalhadores.

As demais formas necessitam de análise prévia da situação para liberação da Autorização de Viagem. Em 2014, essa forma de prestação de serviço fretado contabilizou 504 autorizações especiais.

**Quantidade de Autorizações Especiais Emitidas em 2014**



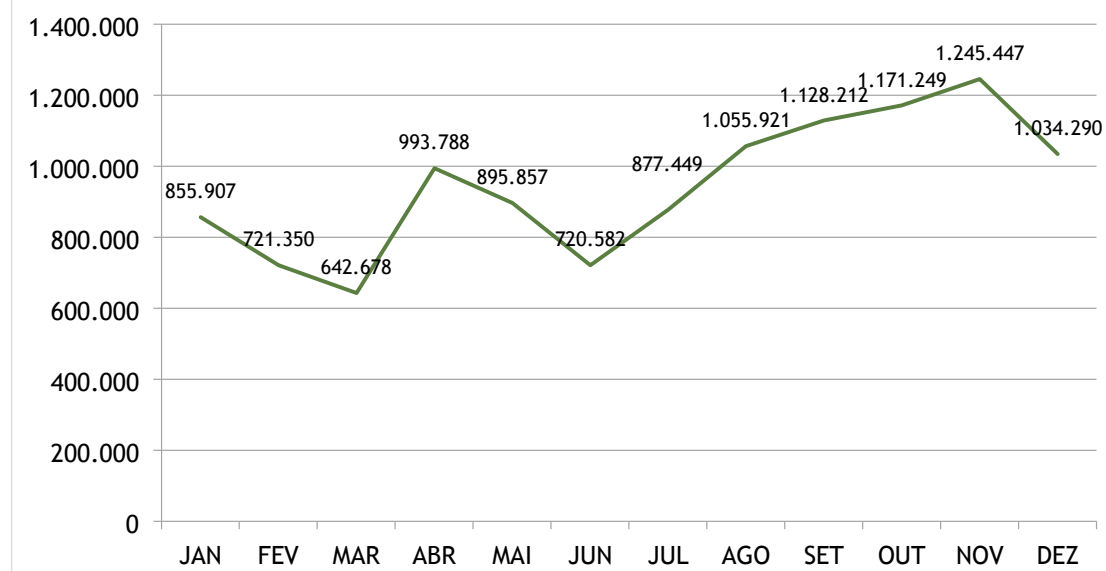
Fonte: SUPAS, GEFAE, 2014.

## 2. Transporte Eventual Interestadual:

O Transporte Eventual Interestadual representa mais de 95% desses serviços, no total são transportados cerca de 11,3 milhões de passageiros/ano, conforme informações declaradas pelas operadoras.

Diferentemente do Transporte Regular não há uma nítida sazonalidade anual, mas um incremento gradual no decorrer do ano.

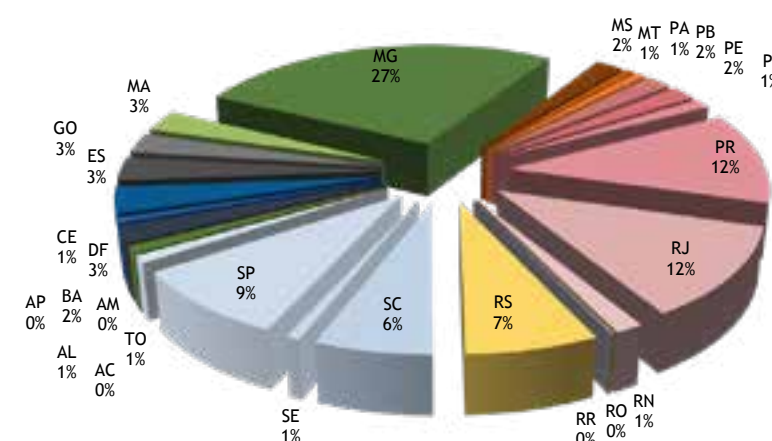
**Passageiros Transportados - 2014**



Fonte: SUPAS, GEFAE, 2014.

A região Sudeste caracteriza-se como o maior polo dispersor de passageiros, cerca de 50% das origens foram realizadas nesta região. Importante destacar que como o serviço fretado tem, obrigatoriamente, que ser realizado em circuito fechado - a viagem deverá iniciar e terminar na mesma localidade, podendo em seu roteiro haver localidades intermediárias.

**Passageiros Transportados por UF de Origem (%) 2014**



Fonte: SUPAS, GEFAE, 2014.

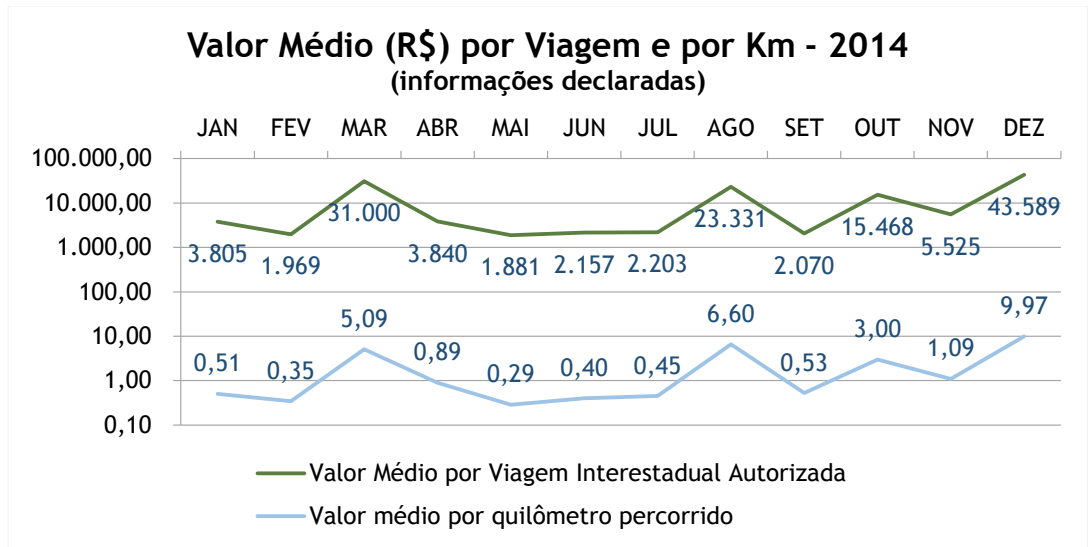


O Estado que mais utiliza o transporte fretado eventual de passageiros, onde se inicia a viagem, é Minas Gerais (27%), seguido do Paraná e do Rio de Janeiro.

Em 2014, identificou-se 42.022 ligações no transporte fretado eventual ou turístico, sendo as com maior volume de passageiros transportados as listadas a seguir, as quais representam em torno de 10% do volume total de passageiros.

Origem	Destino	Passageiros
São Paulo (SP)	Rio De Janeiro (RJ)	238.765
Rio De Janeiro (RJ)	Aparecida (SP)	159.534
São Paulo (SP)	Belo Horizonte (MG)	137.471
São Paulo (SP)	Curitiba (PR)	105.937
São Paulo (SP)	Foz Do Iguaçu (PR)	78.329
Belo Horizonte (MG)	Aparecida (SP)	64.553
Juiz De Fora (MG)	Rio De Janeiro (RJ)	63.366
Curitiba (PR)	Aparecida (SP)	60.398
Recife (PE)	João Pessoa (PB)	49.850
Uberlândia (MG)	São Paulo (SP)	47.412
São Paulo (SP)	Volta Redonda (RJ)	47.084
São Paulo (SP)	Brasília (DF)	44.101
Caldas Novas (GO)	Brasília (DF)	42.735

Com base nas informações declaradas, podem-se obter algumas informações sobre o custo para os usuários desse tipo de serviço, conforme ilustrado no gráfico abaixo.



Fonte: SUPAS, GEFAE, 2014.

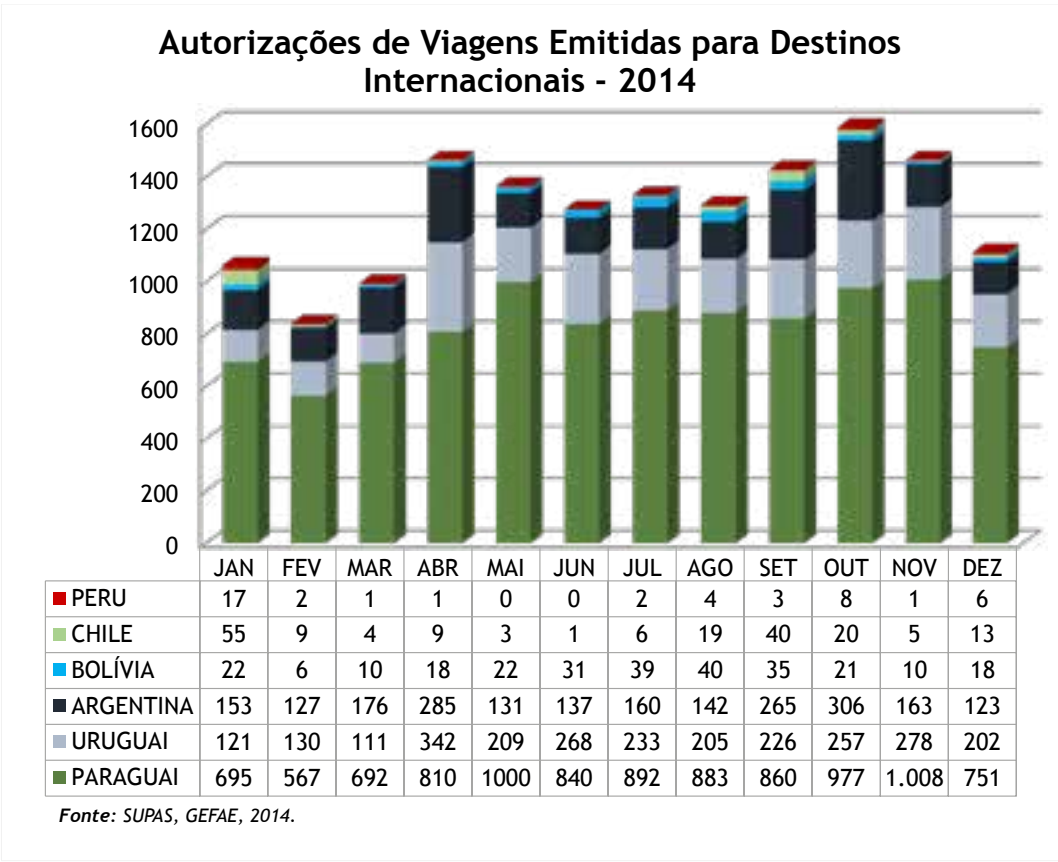
3. Transporte Eventual Internacional:

O Transporte Eventual Internacional fretado de passageiros para os países da América do Sul representa menos de 5% do quantitativo de viagens do transporte fretado de passageiros.

As informações apresentadas a seguir referem-se exclusivamente às empresas brasileiras habilitadas usuárias do sistema de controle de viagem sob o regime fretado da ANTT (SISAUT).

Por força do Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre - ATIT, informações de viagens com origem em outros países não precisam ser informadas, consequentemente não se dispõe de informações sobre essas viagens. Entretanto, em 2012, iniciaram-se tratativas com os demais países do MERCOSUL para o desenvolvimento de ferramenta computacional que permita a troca de informação dos serviços internacionais entre os países membros, de forma a possibilitar um melhor conhecimento desse mercado.

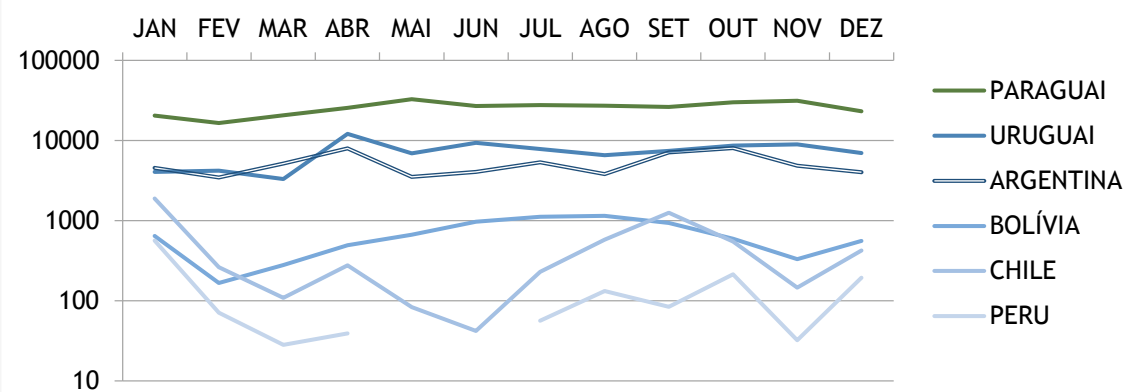
Abaixo, encontram-se os dados de Autorização de Viagem em 2014 para o transporte internacional fretado de passageiros aos países da América do Sul.



Em 2014, o Paraguai se manteve como o principal destino do transporte internacional fretado de passageiros, com uma participação em torno de 65% do total de viagens internacionais anuais. Em seguida constam o Uruguai e a Argentina, com participação em torno de 31% cada destino.

O número de passageiros em viagens internacionais sob o regime de fretamento teve um montante de 472.901 passageiros em 2014, sendo os meses de abril e outubro os que possuíram a maior movimentação e os meses de fevereiro e março os de menor.

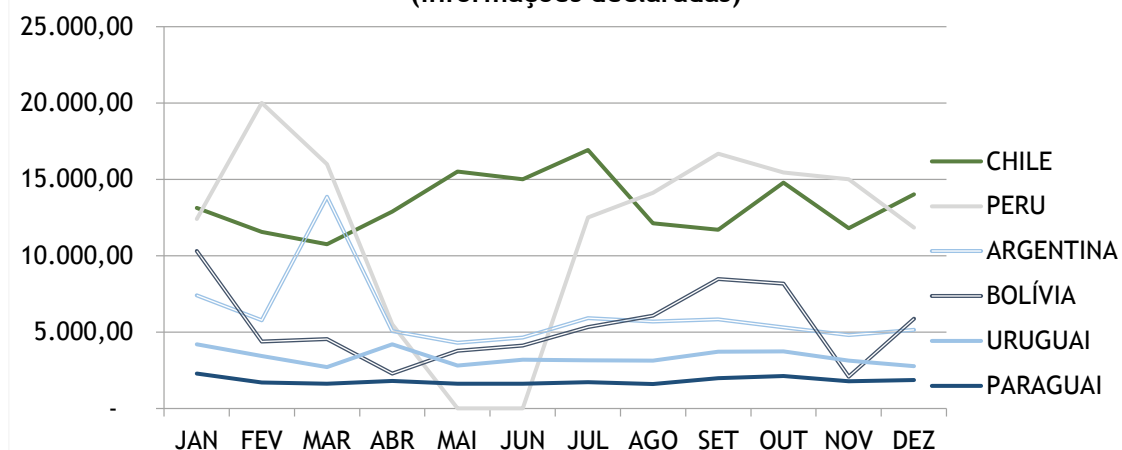
### Passageiros Transportados com Destino Internacional - 2014



Fonte: SUPAS, GEFAE, 2014.

O faturamento informado do segmento de transporte fretado internacional monta em torno de R\$ 44 milhões/ano (somente das operadoras brasileiras) em 2014. O valor médio de cada viagem é bastante diferenciado nos países com menor demanda ou maior distância, como nos casos do Peru e do Chile. Nos demais países o preço por viagem fica praticamente constante no decorrer do ano.

### Valor Médio por Viagem - 2014 (informações declaradas)



Fonte: SUPAS, GEFAE, 2014.

#### 4. Transporte Fretado Contínuo:

O Transporte Fretado Contínuo é o serviço prestado por empresas detentoras do Certificado de Registro para Fretamento - CRF, habilitadas para a prestação de serviços de fretamento contínuo, mediante autorização prévia da ANTT para operação dos serviços, com apresentação de contrato firmado entre a transportadora e seu cliente para viagens por período determinado, em circuito fechado, com itinerário, quantidade de viagens, frequência e horários pré-estabelecidos, além de relação fechada de passageiros, destinado exclusivamente a:

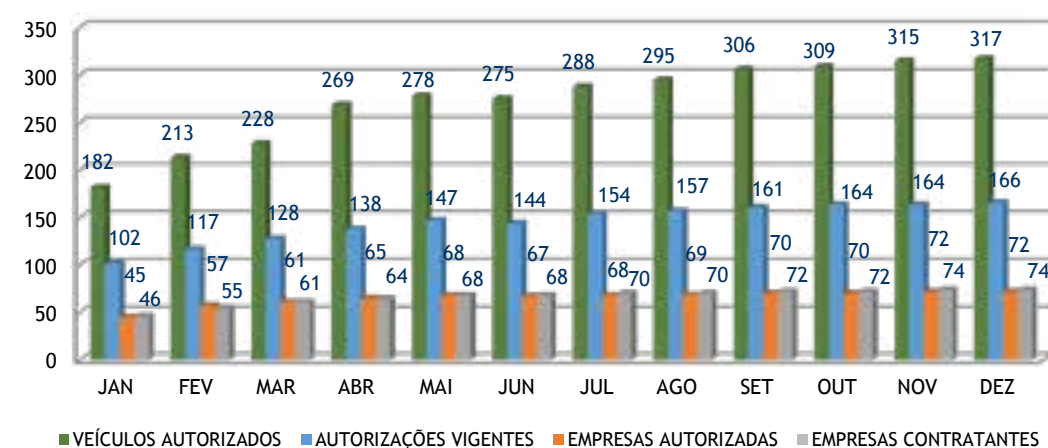
I - empresas, associações, instituições de ensino ou agremiações estudantis, legalmente constituídas, para o transporte de seus empregados, alunos, professores ou associados; e

II - entidades do poder público, quando não utilizam veículos próprios.

Em 31 de dezembro de 2014, haviam 166 autorizações vigentes para 72 empresas detentoras de CRF, envolvendo uma frota de 317 veículos para a prestação do serviço de fretamento contínuo.

Como cada empresa presta serviço para uma ou mais empresas, o quantitativo de prestadoras de serviço e empresas contratantes não são idênticos.

### Dados do Fretamento Contínuo



### FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A análise do desempenho econômico e financeiro tem a finalidade de avaliar as empresas, retratando a situação atual, evolução e tendências; de verificar a capacidade das operadoras em manter a prestação do serviço adequado; e de subsidiar a regulação do transporte terrestre de passageiros.

Já a fiscalização visa, fundamentalmente, a verificação do cumprimento, por parte das empresas, das condições avençadas nos editais de licitação, nos contratos de outorga e nas demais normas legais aplicáveis, no que tange às cláusulas econômico-financeiras.

Ainda, com a finalidade de subsidiar os projetos de outorgas, bem como as revisões tarifárias previstas, é necessária a realização de levantamentos sobre as características operacionais que geram os custos da prestação dos serviços e a consequente formação da tarifa. Além disso, também se torna imprescindível a definição da justa remuneração para o operador e, nesse caso, devem ser empregadas técnicas adequadas para o seu estabelecimento.

No ano de 2014 foram realizadas 20 (vinte) fiscalizações ordinárias e instaladas 02 (duas) extraordinárias, onde se verificou, dentre outros pontos, o encaminhamento das demonstrações financeiras e das certidões tributárias em consonância com o Plano Anual de Fiscalização Financeira aprovado no início do ano (Portaria nº. 15 de 13 de Janeiro de 2014).

Foram abertos 131 (cento e trinta e um) processos administrativos simplificados para apuração de irregu-

laridades e dado andamento em 135 (cento e trinta e cinco) processos do exercício de 2013.

No decorrer do ano de 2014 foram aplicadas 07 (sete) advertências e 127 (cento e vinte e sete) multas. Em decorrência do não pagamento das multas, 99 (noventa e nove) processos foram inscritos no CADIN, com posterior encaminhamento à Dívida Ativa. Um processo encontra-se em reavaliação e outros 27 (vinte e sete) processos geraram um total de recolhimentos no montante de R\$ 58.068,92 (cinquenta e oito mil e sessenta e oito reais e noventa e dois centavos).

Foram realizadas 20 (vinte) análises de empresas que pleitearam a transferência de linhas, tendo sido 04 (quatro) indeferidas por não atingirem índices econômico-financeiros mínimos.

Foram realizados estudos e aberta audiência pública para revisão tarifária do transporte interestadual e internacional de passageiros, inclusive do serviço semiurbano.

## OUTORGA

### Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros Operados Por Ônibus do Tipo Rodoviário e serviços internacionais

No que diz respeito aos serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros, operados por ônibus do tipo rodoviário e serviços internacionais, destaca-se a publicação no DOU, em 20 de junho de 2014 da Lei nº 12.996, que altera a Lei nº 10.233/2001, passando o art. 13 desta lei a vigorar nos seguintes termos:

[...]

Art. 3º A Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 13. ....

[...]

IV - permissão, quando se tratar de:

a) prestação regular de serviços de transporte terrestre coletivo interestadual semiurbano de passageiros desvinculados da exploração da infraestrutura;

b) prestação regular de serviços de transporte ferroviário de passageiros desvinculados da exploração de infraestrutura;

V - autorização, quando se tratar de:

e) prestação regular de serviços de transporte terrestre coletivo interestadual e internacional de passageiros desvinculados da exploração da infraestrutura.

....." (NR)

[...]. (sem grifos no original).

Diante do novo marco legal do regime de delegação dos serviços de transporte terrestre coletivo interestadual e internacional de passageiros para autorização, o procedimento licitatório relativo ao Edital de Licitação nº 1/2013, não encontrou mais amparo nas normas em vigor, tendo, por consequência, a necessidade de sua revogação por perda superveniente de interesse público. Assim, a Diretoria da ANTT, por meio da Resolução 4.355, publicada no DOU de 10 de julho de 2014, revogou a licitação regida

pelo citado Edital.

Tendo em vista o novo marco legal, a ANTT, ao longo do segundo semestre de 2014 realizou estudos e discussões sobre a regulamentação da autorização para os serviços regulares de transporte terrestre coletivo interestadual e internacional de passageiros. Ressalta-se que para subsidiar os estudos foi realizada visita técnica ao Chile, com o objetivo de colher subsídios junto ao Governo acerca da implantação do regime de autorização chileno e do funcionamento atual do transporte rodoviário no país. Concluídos os estudos, a minuta de Resolução contendo as regras para a autorização desses serviços será submetida à Audiência Pública para colher contribuições da sociedade sobre o assunto.

Ainda em decorrência da alteração do regime de delegação, fez-se necessária a realização de pesquisa em todo o acervo normativo da ANTT, para que fossem identificadas as resoluções impactadas pela alteração no modelo de delegação promovido pela Lei 12.996/2014. Tais Resoluções serão objeto de análise e avaliação, de forma a adequar os regulamentos da ANTT ao novo marco legal.

### Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual Semiurbano de Passageiros

#### 1. Serviços de Transporte Rodoviário Semiurbano de Passageiros que atendem o Distrito Federal e seu Entorno

##### • *Plano de Outorga e Projetos Básicos.*

Previamente submetido à Audiência Pública nº 129 e aprovado pelo Ministério dos Transportes, o Plano de Outorga foi encaminhado em 2013 para análise do TCU, que o aprovou em primeiro estágio em 26 de fevereiro de 2014, por meio do Acórdão nº 436/2014 - Plenário TCU, publicado no DOU de 07 de março de 2014. Em seguida, o Plano de Outorga foi enviado ao Ministério dos Transportes para aprovação final, por meio do Ofício nº 221/2014, em 20 de março de 2014. A aprovação por esse Ministério foi consubstanciada no Despacho do Ministro em 21 de março de 2014, publicado no Diário Oficial da União nº 105, de 24 de março de 2014. Os documentos relativos ao Plano de Outorga constituem o processo nº 50500.120817/2011-00.

O Acórdão nº 436/2014 - Plenário TCU determinou ainda que a ANTT, paralelamente ao prosseguimento da licitação, formulasse um plano de ação para a realização da integração dos serviços de transporte urbano do Distrito Federal e dos municípios do Entorno com o Transporte Rodoviário Interestadual Semiurbano de Passageiros, e que apresentasse a especificação do sistema automatizado de coleta de informações concebido para viabilizar a regulação e a fiscalização da permissão dos serviços de transporte em tela.

Em respeito a esses encaminhamentos, o plano de ação foi enviado ao referido Tribunal, em 03 de setembro de 2014, por meio do Ofício nº 764/2014. Por sua vez, a especificação do sistema automatizado de coleta de informações foi encaminhada ao TCU, em 01 de dezembro de 2014, por meio do Ofício nº 1.073/2014.

##### • *Edital de Licitação*

Em 2013, as minutas do Edital de Licitação e do Contrato de Permissão referentes aos serviços semiurbanos que atendem a região do Distrito Federal e seu entorno foram submetidas à Audiência Pública nº 143. Foram recebidas 35 (trinta e cinco) manifestações, tendo sido algumas enviadas em duplicidade.



As manifestações abordaram, por diversas vezes, mais de um aspecto, resultando em 109 (cento e nove) contribuições distintas.

Concluídas as minutas do Edital de Licitação e do Contrato de Permissão, que contêm, respectivamente, as referências legais e jurídicas que estabelecerão as regras do processo para outorga dos serviços e as obrigações e os direitos relacionados aos serviços, que vigorarão durante todo o prazo da permissão. Foi publicada, no DOU de 03 de abril de 2014, a Resolução CND nº 2, de 02 de abril de 2014, que aprovou as condições para o referido processo de outorga.

Em 04 de abril de 2014, foi publicado no DOU o Aviso de Licitação referente ao Edital de Licitação nº 2/2014 que trata da Permissão dos Serviços Regulares de Transporte Rodoviário Coletivo Interestadual de Passageiros, sem caráter de exclusividade, operados com ônibus do tipo urbano, que atendem a região do Distrito Federal e dos municípios de seu Entorno.

Em 09 de abril de 2014, em atenção ao disposto na Instrução Normativa TCU nº 27, de 02 de dezembro de 1998, o Edital de Licitação nº 2/2014 foi encaminhado ao Tribunal de Contas da União, por meio do Ofício nº 311/2014, para análise e manifestação daquele órgão.

- **Comissão de Outorga para conduzir os trabalhos referentes ao Edital de Licitação nº 2/2014**

Em 04 de abril de 2014 foi publicada no DOU a Portaria nº 120, de 03/04/2014, que designa servidores da ANTT para compor a Comissão de Outorga, visando conduzir os trabalhos necessários à realização do Leilão para a permissão do serviço em referência.

De acordo com o cronograma do Edital de Licitação nº 2/2014, estava previsto para 2014 que o processo licitatório fosse concluído e que a assinatura dos contratos e o início das operações fossem efetuadas.

A documentação das empresas interessadas em participar das licitações dos lotes definidos no Edital foi recebida em 22 de julho de 2014, na sede da ANTT. Houve uma empresa proponente para o Lote 2, duas para o Lote 3 e duas para o Lote 4. Não houve interessadas em participar da licitação do Lote 1. Conforme previsto no Edital, a documentação foi entregue em quatro envelopes: Envelope I - Garantia de Proposta; Envelope II - Documentos de Qualificação; Envelope III - Proposta Econômica e Envelope; e Envelope IV - Plano de Negócios.

As etapas da licitação efetivamente realizadas em 2014 foram: análise dos recursos e impugnações ao Edital, o recebimento e análise das documentações relativas aos Envelopes I a IV, bem como, análise de recursos e impugnações aos recursos concernentes aos envelopes I e II. O leilão foi realizado na BMF&Bo-vespa em 23/10/2014, em São Paulo/SP.

Devido a prorrogações do cronograma de licitação, motivadas por fatos inicialmente imprevisíveis, as seguintes etapas do processo licitatório serão concluídas em 2015: a) o recebimento e análise dos pedidos de recursos e de impugnações em relação à Proposta Econômica e ao Plano de Negócios; b) a publicação da Homologação, pela Diretoria da ANTT, do Resultado da Licitação; c) a análise do atendimento pela Adjudicatária das obrigações prévias à assinatura do Contrato de Permissão e a assinatura do Contrato de Permissão; e d) a assinatura dos contratos e o início das operações.

As alterações realizadas no Edital e no Cronograma, bem como outras informações pertinentes, foram

realizadas por meio de 22 (vinte e dois) Comunicados Relevantes emitidos pela Comissão de Outorga, divulgados em jornais de grande circulação, no Diário Oficial da União (DOU) e no sítio eletrônico da ANTT, devidamente encaminhados ao TCU, conforme estabelece a IN nº 27/1998.

Destaca-se como forma de subsidiar decisão da diretoria da ANTT acerca dos encaminhamentos relativos aos lotes 1 (licitação deserta) e 2 (licitação fracassada), foram feitos estudos técnicos para avaliar as possibilidades de alteração tanto do Plano de Outorga quanto do Edital de Licitação com o objetivo de minimizar os riscos de ocorrência de licitação deserta/fracassada.

## 2. Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual Semiurbano de Passageiros, à exceção da região do Distrito Federal e dos municípios de seu Entorno.

- **Plano de Outorga e Projetos Básicos.**

Em setembro de 2013, foi publicado no Diário Oficial da União, de 12/09/2013, o Despacho do Ministro dos Transportes aprovando o Plano de Outorga apresentado pela ANTT, que visava à permissão para exploração dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual Semiurbano de Passageiros nas regiões entre Estados Brasileiros.

No primeiro semestre de 2014, o Plano de Outorga e seus respectivos anexos, dentre esses os Projetos Básicos dos 10 Lotes, foram aperfeiçoados, contendo adequações em alguns Projetos Básicos na busca pela melhor caracterização das áreas envolvidas nos serviços.

- **Edital de Licitação**

Em relação às minutas do Edital e Contrato, considerando-se as experiências obtidas a partir do processo de outorga relativo ao Distrito Federal e Entorno, foram propostos ajustes em determinadas exigências voltadas à melhor aderência às características do mercado nas demais regiões do Brasil atendidas pelo semiurbano. São exemplos desses ajustes a retirada de exigência de motor traseiro em razão das características físicas das linhas, a retirada do escalonamento da idade da frota mantendo-se a máxima para 10 anos, a retirada de exigência de mão de obra especializada para algumas áreas mantendo-se o profissional com experiência em gerenciamento, a não permissão de consórcios dado o tamanho dos lotes e sua distribuição geográfica espalhada pelo Brasil, dentre outros.

- **Audiência Pública nº 11/2014**

O Aviso da Audiência Pública nº 11/2014 relativa aos Serviços Regulares de Transporte Rodoviário Interestadual Semiurbano de Passageiros que atendem as regiões entre os Estados Brasileiros, operados por ônibus do tipo urbano, com objetivo de obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento do ato regulamentar, a ser expedido pela ANTT sobre o Plano de Outorga e as minutas do Edital de Licitação e de Contrato de Permissão foi publicado no Diário Oficial da União em 8 de outubro de 2014. No Comunicado foi informado o período para recebimento de contribuições (entre os dias 14 de outubro e 12 de dezembro de 2014) e a realização de nove sessões públicas nos municípios abrangidos pelos serviços que possuíam estrutura física adequada à realização das sessões, observando-se sempre sua centralidade em relação aos serviços prestados na região:

- Poços de Caldas (MG), dia 21 de outubro de 2014 - Lotes 9 e 10;
- Teresina (PI), dia 30 de outubro de 2014 - Lote 5;
- Juazeiro (BA), dia 04 de novembro de 2014 - Lote 4;
- Mafra (SC), dia 11 de novembro de 2014 - Lote 3;
- Três Rios (RJ), dia 18 de novembro de 2014 - Lote 6;
- Guaçuí (ES), dia 20 de novembro de 2014 - Lote 7;
- Itumbiara (GO), dia 27 de novembro de 2014 - Lote 8;
- Barra do Garças (MT), dia 02 de dezembro de 2014 - Lote 1;
- Campos Belos (GO), dia 09 de dezembro de 2014 - Lote 2;

Durante o processo de Audiência Pública foram recebidas 59 (cinquenta e nove) contribuições as quais, em razão das especificidades dos temas questionados, foram desdobradas em 266 (duzentos e sessenta e seis) contribuições, assim divididas: 132 (cento e trinta e duas) durante as Sessões Públicas (27 escritas e 105 orais), 86 (oitenta e seis) por e-mail e 48 (quarenta e oito) protocolizadas diretamente na ANTT. Essas contribuições estão sendo analisadas pela equipe técnica no âmbito jurídico, financeiro e operacional. Essas respostas juntas irão gerar o Relatório da Audiência Pública que será disponibilizado ao público contendo essas contribuições, as respostas da área técnica com as devidas justificativas e as eventuais adequações na documentação submetida à Audiência Pública.

## FISCALIZAÇÃO - TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS (TRIIP)

Em relação aos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros foram fiscalizados, em 2014, 321.492 veículos do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP). Do total de fiscalizações do TRIIP, 285.234 referem-se a fiscalizações do Serviço Longas Distâncias (LD), 4.149 são referentes ao Serviço Semiurbano (SU) e 32.109 ao Serviço Internacional (SI). Essas fiscalizações resultaram na lavratura de 39.756 autos de infração.

Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP) – Viagens fiscalizadas				
COFIS	CONSOLIDADO			
	Meta	Executado	Autos Lavrados	% Executado
URBA	12.504	15.752	800	125,98
URCE	13.704	14.661	1.384	106,98
URCN	28.218	33.524	9.365	118,80
URMA	23.752	26.699	3.610	112,41
URMG	41.824	22.170	6.635	53,01
URPE	26.320	14.915	1.239	56,67
URRJ	52.128	72.010	4.546	138,14
URRS	49.214	64.420	5.483	130,90
URSP	55.418	57.341	6.694	103,47
<b>Total</b>	<b>303.082</b>	<b>321.492</b>	<b>39.756</b>	<b>106,07</b>

### Fiscalizações do TRIIP Longa Distância (LD)

No ano de 2014 a meta prevista era de 290.912 fiscalizações, sendo alcançado 98,05% desse valor, com a lavratura de 38.803 autos de infração - relação de 01 auto de infração para cada 07 fiscalizações realizadas.

As metas da URMG consideravam os Postos de Fiscalização e Atendimento (PFA) do Espírito Santo. A Portaria DG nº 541, em 04/11/2013, alterou a vinculação dos Postos de Fiscalização e Atendimento (PFA's) do Espírito Santo (ES) da URMG para a URRJ. Na ocasião, o Plano Anual de Fiscalização (PAF) SUFIS 2014, documento que estabelece as metas, já havia sido aprovado. Por isso, observa-se que o executado pela URMG está muito abaixo do previsto e o da URRJ muito acima do previsto.

Outro fator que afetou o cumprimento das metas da URMG e da URPE foram o fechamento de postos. Em Minas Gerais, o PFA de Pouso Alegre/MG foi fechado e a equipe alocada para outras atividades de fiscalização. Em Pernambuco, o Terminal de Petrolina teve suas operações suspensas a partir de julho, já que o único servidor do posto foi transferido. Também houve transferência de dois servidores lotados em Recife(PE) e Salgueiro (PE) para o terminal de Juazeiro do Norte (CE), vinculada a URCE.

### Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP) – Viagens fiscalizadas

COFIS	LONGA DISTÂNCIA			
	Meta	Executado	Autos Lavrados	% Executado
URBA	12.504	15.752	800	125,98
URCE	13.704	14.661	1.384	106,98
URCN	25.008	29.280	8.812	117,08
URMA	23.752	26.699	3.610	112,41
URMG	41.824	22.170	6.635	53,01
URPE	26.320	14.778	1.239	56,15
URRJ	52.128	72.010	4.546	138,14
URRS	40.254	32.543	5.083	80,84
URSP	55.418	57.341	6.694	103,47
<b>Total</b>	<b>290.912</b>	<b>285.234</b>	<b>38.803</b>	<b>98,05</b>

### Fiscalizações do TRIIP Semiurbano (SU)

No ano de 2014, só foi estabelecida meta do TRIIP SU para a URCN, a qual concentra a maior quantidade de usuários desse serviço. Porém, mesmo sem ter meta estabelecida, na URPE foram realizadas 137 (cento e trinta e sete) fiscalizações no TRIIP SU entre Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

A fiscalização do transporte Semiurbano no entorno do Distrito Federal foi intensificada por cerca de dois meses no primeiro semestre de 2014, devido a situação em que se encontravam esses serviços e as constantes manifestações. Na ocasião, equipes de outras regionais foram convocadas para apoiar a operação na URCN.

### Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP) - Viagens fiscalizadas

COFIS	SEMIURBANO			
	Meta	Executado	Autos Lavrados	% Executado
URBA	-	-	-	0,00
URCE	-	-	-	0,00
URCN	3.210	4.012	513	124,98
URMA	-	-	-	0,00
URMG	-	-	-	0,00
URPE	-	137	-	0,00
URRJ	-	-	-	0,00
URRS	-	-	-	0,00
URSP	-	-	-	0,00
Total	3.210	4.149	513	129,25

#### Fiscalizações do TRIIP Internacional

Em função da característica da Unidade Regional de fazer fronteira com outros países foi estabelecida meta apenas para a URRS.

A URCN, apesar de não ter tido meta realizou 232 (duzentos e trinta e duas) fiscalizações do TRIIP Internacional e fez 40 (quarenta) autuações.

Apesar de considerar a Copa do Mundo na meta do Transporte Internacional, o volume de turistas chegando ao país por transporte rodoviário foi bem superior ao previsto durante a Copa e nos meses que

antecedem e sucedem os meses do evento, refletindo na execução da meta de fiscalização.

### Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP) - Viagens fiscalizadas

COFIS	INTERNACIONAL			
	Meta	Executado	Autos Lavrados	% Executado
URBA	-	-	-	0,00
URCE	-	-	-	0,00
URCN	-	232	40	0,00
URMA	-	-	-	0,00
URMG	-	-	-	0,00
URPE	-	-	-	0,00
URRJ	-	-	-	0,00
URRS	8.960	31.877	400	355,77
URSP	-	-	-	0,00
Total	8.960	32.109	440	358,36

#### Operação Copa do Mundo

A Copa do Mundo realizada no período de 12 de junho a 12 de julho de 2014, tendo como cidades sedes Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, contou com ações específicas da ANTT.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) estabeleceu acordo com países vizinhos para o período da Copa, divulgando no dia 24 de abril de 2014 uma série de medidas a serem observadas por países vizinhos durante a Copa do Mundo no transporte rodoviário internacional de passageiros. As regras foram discutidas durante reunião multilateral realizada em Foz do Iguaçu (PR), na qual participaram delegações da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

Foram discutidos tópicos como fiscalização nas fronteiras, autorização para o transporte ocasional em circuito fechado, viagens extras nos serviços regulares e intercâmbio de informações entre países, além de multas e transporte particular. A delegação brasileira solicitou que informações sobre o transporte fretado fossem repassadas do país originário para o país de destino, para facilitar o trabalho de fiscalização nas fronteiras.

O veículo obrigatório a ser utilizado no transporte fretado deveria ser ônibus, sendo vedado o transporte em veículo tipo van, à exceção dos casos de transporte na tríplex fronteira e do transporte particular. Neste caso, será necessário apresentar autorização do proprietário para uso de terceiros, documentos que comprovem a propriedade do veículo ou contrato de locação.

O acordo também contemplou a possibilidade de flexibilização de viagens extras nos serviços regulares de transporte internacional de passageiros. Sobre o assunto, a ANTT se comprometeu a analisar sugestões de ampliação nas frequências de viagens atualmente existentes.

Após o evento, a ANTT divulgou, em 22 de julho de 2014, o balanço das ações realizadas durante a Copa do Mundo de 2014. Relatórios preliminares apontaram que foram transportados cerca de 3,4 milhões de pessoas em linhas regulares de transporte rodoviário interestadual de passageiros para as 12 cidades-sede durante o Mundial.

Foram solicitadas 2.653 viagens extras para o período, das quais 2.077 envolviam alguma das capitais que receberam os jogos. As mais representativas tiveram como destino Brasília e Rio de Janeiro, que registraram, respectivamente, 596 e 553 solicitações de viagem extra.

O transporte de passageiros na modalidade de fretamento também foi utilizado para deslocamentos internos. Nessa modalidade, foram realizadas 6.869 viagens com destino às cidades-sede, representando 32% do total de viagens interestaduais realizadas no período. Foram transportados, ao todo, 235.664 passageiros. São Paulo foi o principal destino dos fretamentos interestaduais, responsável pelo destino de 3.986 viagens, 58% do total.

A ANTT constatou que um número expressivo de turistas estrangeiros chegou ao país por meio do transporte rodoviário fretado internacional. Foram comunicadas 365 viagens realizadas de países estrangeiros para o Brasil, das quais 244 tiveram como origem a Argentina, número que representa 67% do total de viagens comunicadas.

O principal destino das viagens oriundas da Argentina foi a cidade do Rio de Janeiro (RJ), com 172 viagens. Uma média de 19 mil passageiros utilizou o transporte fretado internacional para deslocamento entre diversos países e o Brasil.

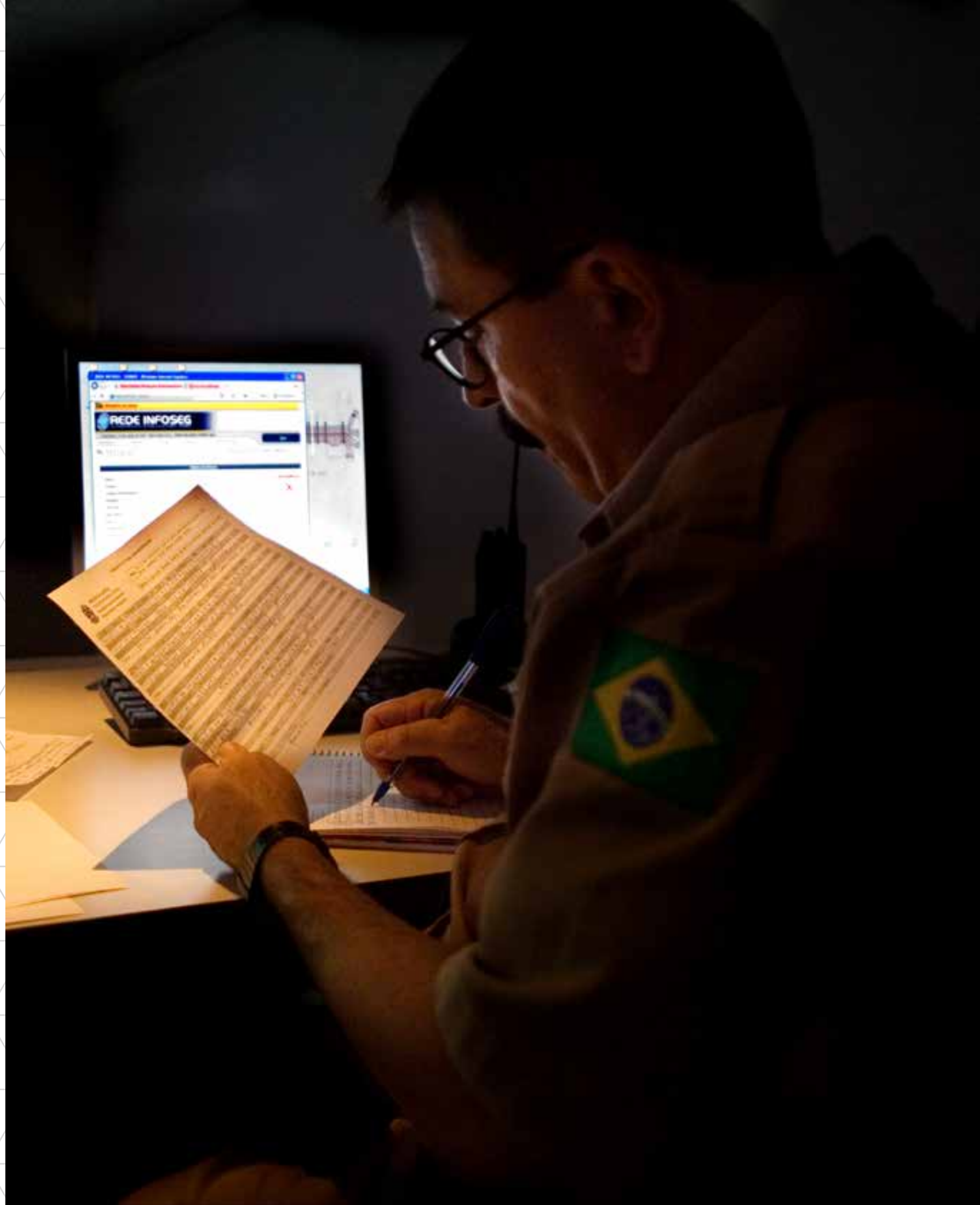
Desta forma, apresentamos a seguir a estatística do transporte fretado regulado pela ANTT durante o evento.



Fretado Interestadual	
Viagens Totais Autorizadas	6.869
Passageiros Transportados	235.664
Destino São Paulo	3.986
Fretado Internacional	
Viagens Totais Autorizadas	365
Passageiros Transportados	19.000
Origem Argentina	244
Argentina - Rio de Janeiro	172

Dentre as ações de fiscalização realizadas durante a Copa do Mundo destaca-se o monitoramento dos serviços de transporte nas rodovias federais concedidas, reforço de efetivo nos Postos de Fiscalização e Atendimento - terminais rodoviários - nas cidades-sedes. Também foi implantado o projeto piloto de Fiscalização em Tempo Real, que consistiu na ação imediata da fiscalização nos terminais rodoviários a partir de reclamações registradas na Ouvidoria. Essa operação totalizou 10.490 fiscalizações e foram lavrados 1.447 autos de infração.

# ***ESTUDOS E PESQUISAS***



### Modelo de Gestão da Informação e do Conhecimento (MGIC) em Transportes Terrestres da ANTT

O estudo “Desenvolvimento do Modelo de Gestão da Informação em Transportes Terrestres - MGIC”, objeto do Termo de Cooperação Técnica 11/2010, foi celebrado com a Universidade Federal Fluminense - UFF em dezembro de 2010. O estudo teve duração de três anos (2010-2013) e seu objetivo foi a construção de um Modelo de Gestão da Informação e do Conhecimento para a ANTT, de forma a contribuir com o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria de atuação da Agência, por meio de proposições relativas a práticas, processos e filosofias direcionadas à ampliação dos benefícios em tecnologia da informação e à racionalização do aproveitamento do capital humano da Agência.

Ressalta-se que o MGIC teve suas atividades finalizadas em 2013, após a conclusão dos levantamentos das informações. Porém, foi necessário firmar um Termo Aditivo de prazo, até junho de 2014, para consolidação dos modelos e finalização da capacitação profissional para os servidores da Agência. Assim, considera-se que, 100% do cronograma de atividades referente ao estudo foram cumpridas até 2014.

### Desenvolvimento e Implantação de Novas Funcionalidades no SICOF e na Ferramenta SISLOG

O estudo “Desenvolvimento e Implantação de Novas Funcionalidades no Sistema de Custos Ferroviários de Carga - SICOF e na ferramenta SISLOG - Sistema Logístico e de Transportes”, objeto do Termo de Cooperação nº 04/2011, foi firmado visando atender aos seguintes objetivos:

- 1) Desenvolver e implantar na ANTT novas funcionalidades à ferramenta computacional SICOF, cujas necessidades foram verificadas durante a execução do estudo (objeto do TCT 09/2009) que gerou a mencionada ferramenta; e
- 2) Desenvolver e implantar na ANTT novas funcionalidades à ferramenta computacional SISLOG, até então não previstas, surgidas durante a fase de execução do estudo objeto do TCT 06/2009.

O Termo de Cooperação teve seu cronograma recentemente ampliado em 8 meses, com a consequente alteração na entrega de alguns produtos. Mesmo assim, considera-se que as atividades se desenvolveram 100% dentro do previsto para o Plano de Trabalho vigente.

No ano de 2014 foi concluída a implementação de novas funcionalidades do SISLOG, além da integração com o SICOF, bem como realizados os treinamentos previstos.

### Estudo e Implantação de Projeto Piloto do Centro de Supervisão (CS)

Termo de Cooperação Nº 03/2011 - “Estudo e Implantação de Projeto Piloto do Centro de Supervisão (CS)” - tem como objeto a realização do estudo e a implantação do projeto piloto do Centro de Supervisão (CS) das concessões ferroviárias e expansão do sistema de informação SAFF. Em 2014 o projeto foi finalizado e realizado em sua integralidade.

### Implantação do Centro de Supervisão Ferroviária - CSF

Objeto do Termo de Cooperação nº 06/2012, o projeto visa o apoio técnico à implantação do Centro de Supervisão Ferroviária - CSF e as novas aplicações no sistema de informações SAFF. Compreende as seguintes ações:

1. Apoio técnico à implantação do Centro de Supervisão Ferroviária;
2. Metodologia e implantação do cálculo de capacidade por trecho;
3. Atualização da malha ferroviária e desenvolvimento de ferramentas gráficas;
4. Novas funções e aprimoramento no subsistema RIF;
5. Expansão de ferrovias para produção da Declaração de Rede;
6. Capacidade, processamento de dados, manutenção e suporte técnico.

Em 2014, o Plano de Trabalho sofreu alterações, com a exclusão da Ação 1 - Apoio técnico à implantação do Centro de Supervisão Ferroviária - CSF, tendo em vista que esta ação foi realizada no âmbito de outro projeto. Assim, das ações previstas no Plano de Trabalho vigente 70% foram realizadas.

### Estudos Sobre Viabilidade Transporte Ferroviário de Passageiros no Trecho Luziânia (GO) - Brasília (DF)

Os Estudos sobre Viabilidade Transporte Ferroviário de Passageiros no Trecho Luziânia (GO) - Brasília (DF) teve seu procedimento licitatório realizado durante os anos de 2012 e 2013. Em novembro de 2013, foi publicado o resultado final, sagrando-se vencedor o Consórcio Trem Passageiros DF-Luziânia, composto pelas empresas VETEC Engenharia LTDA e OFICINA - Engenheiros Consultores Associados LTDA. O contrato foi assinado em 19 de dezembro de 2013, pela Sudeco, e, em 21 de dezembro de 2013 encerrou-se o Acordo de Cooperação que viabilizou a participação da ANTT na análise das propostas apresentadas para definir a empresa responsável pela realização do EVTEA do trecho.

No primeiro semestre de 2014, iniciaram-se as tratativas com o objetivo de firmar novo Acordo de Cooperação Técnica entre a ANTT e a Sudeco para o acompanhamento dos estudos de viabilidade que seria executado pela empresa vencedora. O Acordo foi publicado no DOU em 27 de agosto de 2014 com o objetivo de “estabelecer a estrutura necessária para realizar o acompanhamento técnico dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental - EVTEA”, atribuindo à Agência a responsabilidade de apoiar a Comissão de Acompanhamento da Sudeco na avaliação dos produtos resultantes do EVTEA.

Até dezembro de 2014, foram realizadas as análises referentes aos produtos “Produto 1 - Diagnóstico” e “Produto 2 - Caracterização do Transporte”, de um total de oito produtos contratados.

### Estudos Sobre Viabilidade Transporte Ferroviário de Passageiros e Cargas no Trecho Brasília (DF) - Anápolis (GO) - Goiânia (GO)

Nos anos de 2012 e 2013 foi realizado o processo seletivo para a contratação de serviços de consultoria visando a realização de estudos de viabilidade técnica, econômica e socioambiental - EVTEA para o transporte ferroviário regular de passageiros e de cargas no trecho Brasília/DF - Anápolis/GO - Goiânia/GO. O processo foi concluído em 11 de abril de 2013, com a divulgação da consultoria selecionada, Consórcio EGIS-VEGA/LOGIT/JGP/MMSO, sendo o respectivo contrato assinado em 17 de maio de 2013.

Ao longo do ano de 2014, foram realizados e pagos os estudos referentes a 30% do contrato, devido ao atraso no cronograma do projeto. Em novembro de 2014, foi assinado Termo Aditivo para extensão do prazo por mais seis meses.



### Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental dos Trechos Ferroviários Rondonópolis/Cuiabá e Cuiabá/Santarém

A Agência Nacional de Transportes Terrestres celebrou, em 2013, o Termo de Cooperação 001/2013 “Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental dos Trechos Ferroviários Rondonópolis/Cuiabá e Cuiabá/Santarém - EVETEA”, que tem como objetos o Estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental do trecho ferroviário Rondonópolis-Cuiabá e o Estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental do trecho ferroviário Cuiabá - Santarém.

Em 2014, foi executado aproximadamente 45% do Estudo, que estão se desenvolvendo de acordo com o Plano de Trabalho, já tendo sido entregues e aprovados os relatórios de definição e hierarquização das alternativas de traçado, de diagnóstico ambiental e de estudos de demanda para as alternativas de traçado selecionadas. Os demais relatórios previstos, que tratam dos estudos comerciais, estudos operacionais, determinação dos custos e receitas, análise de viabilidade e análise do modelo institucional para implantação da ferrovia, estão em fase de desenvolvimento. A previsão de conclusão do Estudo é janeiro de 2015, tendo sido concluído 90% até dezembro de 2014. Os produtos correspondentes foram entregues e pagos, e foi assinado Termo Aditivo por 3 meses, a expirar em abril de 2015.

### Estudos de Reversibilidade de Bens e de Definição de Valores de Direito de Passagem nas Atuais Concessões Ferroviárias de Cargas, bem como na Revisão Metodológica das Estimativas de Demanda e das Simulações Operacionais dos Trechos Ferroviários incluídos no PIL.

O Termo de Cooperação 002/2013 tem por objeto o "Apoio à ANTT em estudos de reversibilidade de bens e de definição de valores de direito de passagem nas atuais concessões ferroviárias de cargas, bem como na revisão metodológica das estimativas de demanda e das simulações operacionais dos trechos ferroviários incluídos no PIL". Dos produtos previstos para 2014, 97% foram entregues.

O termo tem definido em seu plano de trabalho:

- Apoio à ANTT nos estudos das regras de reversibilidade de bens vinculados às concessões ferroviárias de cargas;
- Apoio à ANTT nos estudos das taxas de depreciação a serem aplicadas aos bens reversíveis das concessões ferroviárias de cargas;
- Apoio à ANTT para o desenvolvimento de metodologia para cálculo de tarifas de direito de passagem e estudo de caso aplicado ao acesso ao porto de Santos;
- Apoio à ANTT para revisão metodológica das estimativas de demanda para os trechos ferroviários incluídos no PIL;
- Apoio à ANTT para simulações operacionais dos trechos ferroviários incluídos no PIL;
- Apoio à ANTT para a realização da Análise Custo-Benefício (ACB) dos trechos ferroviários incluídos no PIL;
- Disponibilização de equipe especializada.

### Estudos e Pesquisas para Subsidiar o Aprimoramento do Arcabouço Regulatório do Transporte Ferroviário de Passageiros

Em 2013, foi celebrado o Termo de Cooperação 003/2013: "Estudos e Pesquisas para Subsidiar o Aprimoramento do Arcabouço Regulatório do Transporte Ferroviário de Passageiros". São produtos do termo de cooperação:

- Análise da Legislação Aplicável aos Serviços de Transporte Ferroviário de Passageiros;
- Conceituação e Organização Sistêmica dos Serviços de Transporte Ferroviário de Passageiros no Brasil;
- Requisitos para a Autorização da Prestação do Serviço de Transporte Ferroviário de Passageiros;
- Indicadores de Demanda e Atributos de Oferta dos Serviços de Transporte Ferroviário de Passageiros;
- Modelo para o Cálculo do Valor do Seguro de Responsabilidade Civil;
- Metodologia para a Definição do Valor da Tarifa do Transporte Ferroviário de Passageiros;
- Avaliação e Adequação da Legislação Vigente;
- Fiscalização na Prestação do Serviço de Transporte Ferroviário de Passageiros;
- Treinamento e Capacitação.

Ao longo de 2014 foi concluída e paga a primeira fase de levantamento e análise da legislação existente, representando execução de 10%.

### Implantação de ferramenta tecnológica CNSOlg - Centro Nacional de Supervisão Operacional e Informações Gerenciais

As Unidades Organizacionais da ANTT possuem particularidades e necessidades específicas. Para isso, possuem e constroem sistemas de informação próprios que melhor se adequam às suas demandas e ações desenvolvidas, inclusive com bases de dados diferentes de acordo com as características das atividades. Entretanto, a interligação dos dados é importante para a tomada de decisão e, por muitas vezes, torna-se complexa e de difícil obtenção em função das próprias peculiaridades de cada sistema. Adicionalmente, para a efetividade das ações de competência da Agência é necessária a supervisão dos serviços regulados. Assim, a geração de informações e o acompanhamento da situação dos serviços prestados pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas é essencial para garantir aos usuários a adequada prestação dos serviços. Dessa forma, é premente a necessidade de desenvolvimento de soluções tecnológicas para a efetiva supervisão dos serviços e que possibilitem a melhor tomada de decisão. Logo, a implantação de um ferramental tecnológico que permita a disponibilização de informações sobre os setores regulados pela Agência, melhorando a supervisão operacional dos serviços e possibilitando maior eficiência na tomada de decisão e maior efetividade na divulgação de informações técnicas ao público externo tornou-se necessária.

A Implantação do Centro Nacional de Supervisão Operacional - CNSO tem o objetivo de apoiar a fiscalização da exploração da infraestrutura e dos serviços de transporte terrestre, por meio da implantação

de estrutura dotada de recursos tecnológicos, computacionais e de comunicação, voltada à integração on-line de sistemas de dados corporativos das concessionárias e dos órgãos públicos relativos à segurança, ao volume de tráfego, às variações de velocidade média, aos níveis de serviço e de atendimento aos usuários, aos avisos de incidentes, dentre outros.

Para viabilizar a implantação, foi elaborado pela Superintendência de Estudos e Pesquisas - SUEPE o Termo de Referência visando permitir o processo de contratação. No entanto, os recursos alocados na ação eram insuficientes frente à estimativa de gasto, gerando solicitações de crédito suplementar nos exercícios de 2013 e 2014 que não foram autorizados, o que inviabilizou a realização da ação proposta. A licitação foi realizada por meio de Registro de Preços, mas com a não aprovação do crédito não houve adesão em 2014.

#### **Metodologia para fiscalização de bens arrendados e sistema de indicadores para monitoramento e avaliação da qualidade do transporte ferroviário de cargas**

O Termo de Execução Descentralizada Nº 01/2014, publicado em 15/12/2014, visa o desenvolvimento de metodologia para fiscalização de bens arrendados, a elaboração e implementação de sistema de indicadores para monitoramento e avaliação da qualidade do transporte ferroviário de cargas prestado pelas concessionárias verticais, e a definição de regras para a cessão da capacidade de tráfego das concessionárias verticais e horizontais. O Termo foi publicado em dezembro e, desse modo, não houve execução física realizada em 2014.

#### **Aprimoramento do marco regulatório e fiscalizatório do transporte rodoviário internacional de cargas e passageiros**

O Termo de Execução Descentralizada Nº 02/2014, firmado em 15/12/2014, visa o aprimoramento do marco regulatório e fiscalizatório do transporte rodoviário internacional de cargas e passageiros. Considerando o início de sua vigência em dezembro, o desenvolvimento das etapas se dará em 2015.

#### **Solução tecnológica integrada de gestão do transporte rodoviário de cargas - RN3**

O Contrato foi firmado em 29/12/2014 e tem por objetivo a construção de uma solução tecnológica integrada de gestão do transporte rodoviário de cargas visando à integração do sistema de suporte do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas - TRIC ao Sistema do RNTRC. Essa integração permitirá o cadastramento e a gestão de dados em uma única base, evitando divergências entre os dois sistemas e a duplicação de esforços quando da habilitação de uma empresa nacional ao transporte internacional e atualização da frota das empresas nacionais.

#### **Sistemática de Cálculo de Custos Referenciais de Investimentos Ferroviários - SICFER**

O Contrato foi firmado em 31/12/2014, tem como objetos o fornecimento de serviços técnicos especializados para análise, manutenção e inserção de composições de preços do SICFER, a realização de pesquisa de preços de insumos para os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Distrito Federal, Goiás, Tocantins, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Piauí e Pará, a estruturação e cálculo de índices de preços para o setor ferroviário, o apoio técnico à Superinten-

dência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas e o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de custos.

O Estudo visa dar celeridade ao desenvolvimento de referencial de custos de obras ferroviários, dada sua importância para balizar a análise dos projetos de investimentos no setor ferroviário nacional e a fiscalização de obras ferroviárias, sobretudo os provenientes das novas concessões do PIL.

#### **Projeto ANTT 3.0**

O “Projeto ANTT 3.0” teve seu contrato firmado em 31/12/2014, tendo como produto a prestação de serviços de tecnologia da informação para o fornecimento de Solução Integrada de Suporte à Comunicação e Gestão Corporativa. O objetivo do projeto ANTT 3.0 é adaptar a Agência aos novos hábitos digitais da população, criando condições favoráveis a uma transição da organização para esta nova realidade de construção de conhecimento e organização da sociedade. Pretende-se alcançar um novo modelo de gestão e comunicação mais compatível com um país de 200 milhões de habitantes que demandam soluções viáveis e eficientes em busca de minimização das consequências da complexidade demográfica.



# MARCOS REGULATÓRIOS





## ANÁLISE CONCORRENCIAL

Cumprindo as suas atribuições, a ANTT realizou uma série de análises de cunho concorrencial em operações pretendidas pelas empresas reguladas, e que, em grande parte, dependem de sua anuência prévia para a efetiva implementação.

As principais análises envolveram as seguintes operações:

- Transferência de Controle Societário;
- Reestruturação Societária;
- Transferência de Serviços (linhas do Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP));
- Alteração de Acordo de Acionistas; e
- Alteração de Estatuto Social

É realizado, também, um mapeamento e acompanhamento societário das Concessionárias, identificando-se de forma pormenorizada os grupos de controle que atuam no mercado.

## PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS

Em 2014, concluiu-se a Pesquisa de Satisfação dos Usuários, que pode ser compreendida como um importante instrumento de participação social para promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados, pois possibilita à Agência conhecer a opinião e as expectativas do público e aprimorar o planejamento e as ações regulatórias e fiscalizatórias. Por meio dela é possível, por exemplo, identificar situações que merecem estudo mais aprofundado para a criação ou revisão de normas; bem como o aprimoramento das análises de impacto regulatório e dos critérios de priorização de projetos na Agenda Regulatória da ANTT. Ainda, são produzidos dados que fornecem diretrizes para as ações de fiscalização de acordo com a área geográfica, o tipo de problema identificado ou prestador, se serviço avaliado, procedimento que já está sendo adotado pela Agência.

Todos os relatórios com os resultados da Pesquisa de Satisfação 2014 estão disponíveis no site pelo link: [http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/36485/Pesquisa\\_de\\_Satisfacao\\_dos\\_Usuarios\\_2014.html](http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/36485/Pesquisa_de_Satisfacao_dos_Usuarios_2014.html).

A Pesquisa de Satisfação dos Usuários realizada teve como principal objetivo aferir o nível de satisfação dos cidadãos com os diversos serviços regulados. A coleta dos dados foi feita pelo Instituto Análise entre os meses de março e junho, em todo território nacional, com a aplicação de 89 mil questionários, contendo itens relacionados aos seguintes serviços sob competência da Agência: transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros (regular, semiurbano e fretado); ferroviário de passageiros (regular e turístico) e de cargas; exploração de rodovias federais pela iniciativa privada.

Os resultados da pesquisa retratam exclusivamente a percepção e avaliação dos cidadãos entrevistados, sem interpretações ou opiniões da ANTT. Entre os principais aspectos, resumidamente, destacamos:

### Transporte rodoviário de passageiros

É o modo que representa a maior amostra da pesquisa de satisfação, com mais de 74 mil questionários aplicados. Ao todo, 212 empresas foram avaliadas, com entrevistas em 863 linhas. A estratégia de abordagem dos respondentes considerou as especificidades de cada tipo de serviço, a saber: no transporte interestadual e internacional, os respondentes foram abordados pessoalmente, em sua maioria nas plataformas de desembarque das estações rodoviárias, enquanto aguardavam a retirada da sua bagagem. No semiurbano, os dados foram coletados preferencialmente no momento do embarque. No caso dos passageiros do transporte fretado, as entrevistas ocorreram por telefone, após a realização da viagem. De maneira geral, os atributos considerados mais importantes pelos usuários do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros foram conforto, higiene e segurança. No serviço semiurbano, os atributos mais mencionados foram conforto, segurança e pontualidade.

### Rodovias federais concedidas

As entrevistas com os usuários de rodovias federais concedidas foram realizadas pessoalmente com 7.184 condutores de veículos leves e 4.763 condutores de veículos pesados, nas paradas e postos de atendimento, em períodos diurnos e noturnos. Ao todo, foram avaliados 49 trechos de 14 concessionárias. Esses usuários indicaram, como mais importantes, os atributos relacionados à pista, segurança e sinalização.

### Transporte ferroviário de passageiros

As entrevistas foram realizadas pessoalmente nas estações, com 476 usuários do serviço regular e 2.570 usuários do serviço turístico. No serviço regular, foram avaliados os dois trechos em que há prestação desse tipo de transporte (Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória a Minas). O serviço turístico, por sua vez, foi avaliado em quatorze trechos. Os atributos considerados mais relevantes foram os mesmos apontados pelos usuários do transporte rodoviário: conforto, higiene e segurança.

### Transporte Ferroviário de Cargas

Onze malhas ferroviárias foram avaliadas por meio de questionários eletrônicos de autopreenchimento, disponibilizados via internet aos representantes das empresas usuárias dos serviços. O questionário abordou questões relativas aos fatores administrativos, comerciais e operacionais. Os aspectos operacionais dos serviços foram declarados como os mais relevantes pelos respondentes.

### Resultados

Os resultados da Pesquisa foram consolidados e definitivamente disponibilizados à ANTT e também ao público externo em novembro de 2014. Desde, então, a SUREG tem atuado como facilitadora para que as demais áreas da Agência utilizem as informações para aprimorar seus processos regulatórios e fiscalizatórios.

## ANÁLISE DO IMPACTO REGULATÓRIO

A Análise Preliminar de Impacto Regulatório foi instituída na ANTT por meio da Ordem de Serviços nº 001/2011, que sugeria o uso do Formulário de análise Preliminar de Impacto Regulatório - Fapir. A partir de 2014 iniciou-se uma fase de revisão do instrumento no âmbito dos projetos da Agenda Regulatória 2013/2014, que resultou em uma reformulação do mesmo e divisão da Análise de Impacto Regulatório em duas fases: a preliminar e a avançada, que possui diferentes possibilidades metodológicas e de aprofundamento.

Assim, a primeira fase, preliminar, possui um instrumento que direciona as análises no sentido de construir um diagnóstico inicial composto por indexação da análise, mapeamento da situação-problema, identificação de opções regulatórias para atuar sobre o problema, análise das alternativas quanto a possíveis impactos e conclusão, que inclui sugestões para o acompanhamento da implementação da ação regulatória e a avaliação sobre a necessidade de aprofundamento da AIR.

Para alguns casos concretos foi realizada uma análise multicritério, por meio da ferramenta AHP (Analytic Hierarchy Process), que utiliza um processo que envolve critérios previamente estabelecidos e ponderados, metas a serem atingidas e soluções alternativas. Em um primeiro momento, estabelecimento de hierarquias: o problema é dividido em níveis, o que possibilita compreendê-lo e avaliá-lo melhor. Em seguida, ocorre a priorização por meio da percepção da relação entre objetos e situações observadas, comparando pares à luz de certos critérios. Por fim, verifica-se a consistência lógica: avaliação do modelo de priorização construído quanto a sua consistência. Assim, os impactos assumem magnitudes diferentes, conforme os critérios prioritários para a Agência, o que ajuda a tomada de decisões em casos complexos.

Em função das alterações descritas foi iniciado um levantamento de melhorias de oportunidade no Formulário Eletrônico de Análise Preliminar de Impacto Regulatório.

## AGENDA REGULATÓRIA

Agenda Regulatória é um instrumento que indica formalmente as matérias que demandarão uma atuação prioritária da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, ao longo de um determinado período, e busca a efetividade na aplicação das normas, a previsibilidade das ações e o direcionamento de esforços para o cumprimento da missão e dos objetivos institucionais da Agência.

A Agenda Regulatória é um instrumento de gestão que confere maior publicidade, transparência, previsibilidade e eficiência às ações realizadas pela ANTT.

Este documento apresenta as normatizações, implantações de processos ou estudos que terão sua execução priorizada pelas diversas áreas envolvidas na regulação do setor de transportes.

Em 2014, a Revisão Ordinária da Agenda Regulatória por meio da Resolução nº 4.303, de 3 de abril de 2014, instituindo 59 temas prioritários para a ANTT no período considerado. A revisão utilizou a mesma metodologia de priorização da construção do instrumento em 2013: Analytic

Análise Preliminar de Impacto Regulatório é uma etapa de análise mais superficial, que não enseja a aplicação de métodos complexos de análise como análise multicritério e custo-benefício, embora implique a realização de estudos e levantamentos de dados e de evidências para melhor auxiliar o tomador de decisões ou até mesmo contribuir com o planejamento dos estudos mais avançados.

Os princípios do pensamento analítico utilizado no AHP são:

- Estabelecimento de hierarquias: o problema é dividido em níveis, o que possibilita compreendê-lo e avaliá-lo melhor.
- Priorização: por meio da percepção da relação entre objetos e situações observadas, comparando pares à luz de certos critérios.

Consistência lógica: avaliação do modelo de priorização construído quanto a sua consistência.

Hierarchy Process (AHP). Em 29 de agosto de 2014 foi aprovada a Resolução nº 1.390 aprovando a primeira Revisão Extraordinária da Agenda Regulatória.

Após sua aprovação, procedeu-se ao acompanhamento da sua implementação, sob a responsabilidade da Superintendência de Marcos Regulatórios, que desenvolve Relatórios Trimestrais de acompanhamento e os encaminha para a Diretoria Colegiada acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, bem como, dirimir questões que surgem ao longo de sua implementação.

Em 15 agosto de 2014, por meio da Portaria nº 315, foi instituído o Comitê Gestor da Agenda Regulatória 2015/2016, responsável pela elaboração e acompanhamento da Agenda Regulatória. As principais atribuições dos componentes do Comitê referem-se a:

1. Acompanhar as etapas de construção da Agenda Regulatória 2015/2016;
2. Acompanhar a revisão do processo e Manual da Agenda Regulatória, identificando oportunidades de melhoria a serem implementadas; e
3. Acompanhar a publicação da Agenda Regulatória 2015/2016 e da 4ª edição do Manual da Agenda Regulatória.

Em agosto iniciou-se o processo de construção da Agenda Regulatória ANTT para o biênio 2015/2016, que contou com as seguintes etapas: indicação, pelas unidades organizacionais, de temas para compor a próxima Agenda; consulta interna aberta aos servidores da Agência; tomada de subsídios com os temas até então sugeridos; priorização dos temas pelas áreas responsáveis pelos eixos temáticos; e reunião de ajuste fino com a Diretoria e chefes das unidades organizacionais.

Agenda Regulatória do biênio 2013/2014 foi concluída com um percentual de 40,58% de cumprimento do cronograma inicial, com os seguintes projetos finalizados:

PROJETO	EIXO TEMÁTICO	NORMATIZAÇÃO REGULATÓRIA
Terminal Adicional	3	Resolução nº 4.332, de 14/05/2014
Tacógrafo	3	Deliberação nº 424, de 19/12/2014
Indicadores de Desempenho dos Serviços Regulares	3	Deliberação nº 37, de 13/03/2014
Revisão da Regulamentação de Identificação dos Passageiros	3	Resolução nº 4.308, de 10/04/2014
Esquema operacional dos serviços semiurbanos	3	Resolução nº 4.210, de 16/12/2014
Regras de depreciação	5	Resolução nº 4540, de 19/12/2014
Regulamento do Operador Ferroviário Independente (OFI)	6	Resolução nº 4.348, de 5/06/2014
Transporte Multimodal	8	Deliberação nº 162, de 15/07/2014
Estudo dos Corredores Multi e Sincromodais	8	Deliberação nº 302, de 21/10/2014

Fonte: SUREG.

No âmbito da Agenda Regulatória, no decorrer de 2014, foram realizados 34 processos de participação social, sendo cinco Reuniões Participativas, oito Tomadas de Subsídio, três Consultas Públicas e dezoito Audiências Públicas.

Foram conduzidos, ainda, os projetos da Agenda Regulatória relativos ao **Eixo Temático 1 - Temas Gerais**, quais sejam:

- a. Comissões Tripartites;
- b. Receitas Alternativas;
- c. Metodologia para análise de riscos em orçamento de projetos de obras não previstas;
- d. Revisão do Processo Administrativo Sancionador;
- e. Análise dos pedidos de anuência para concessão de garantias em financiamentos;
- f. Revisão da Resolução nº 3.535, de 10 de junho de 2010;
- g. Declaração da regularidade contratual das delegatárias reguladas pela ANTT.

Considerando que são temas transversais e que perpassam as diversas áreas da Agência, o desenvolvimento dos assuntos transcorre de acordo com o Plano de Projeto elaborado pelos respectivos Chefes de Projeto, de forma inclusiva.



# ACORDOS INTERNACIONAIS & PROJETOS ESPECIAIS



### Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD

A Agência vem aprimorando sua estrutura organizacional e os procedimentos necessários à regulação e fiscalização de suas diversas áreas de atuação e tem tido o apoio com a assistência técnica e financeira do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD desde o início de sua criação. Dando continuidade a essa parceria, a ANTT está negociando com o BIRD a assinatura de um novo Contrato de Empréstimo para financiamento do Projeto de Desenvolvimento Institucional e Tecnológico em Transportes (PDITT).

O PDITT caracteriza-se por uma abordagem integrada e multimodal, envolvendo ações das diferentes agências que compõem o setor: Ministério dos Transportes (MT); Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); Empresa de Planejamento e Logística (EPL); Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (VALEC); Secretaria Especial de Portos (SEP) e Secretaria de Aviação Civil (SAC). O objetivo do Projeto é contribuir para melhorar a eficiência, segurança e a sustentabilidade do transporte e da logística no Brasil, a fim de sustentar um crescimento socioeconômico sustentável e inclusivo do país. É uma operação de crédito de US\$ 100 milhões, nos quais 20% (US\$20.000.000,00) serão aplicados pela Agência, num prazo total de cinco anos.

Este novo Projeto de Transportes possibilitará o desenvolvimento de atividades para o fortalecimento institucional e assistência técnica à ANTT nas áreas de regulamentação e fiscalização das concessões de transporte ferroviário de carga e passageiro, concessões de rodovias federais, permissões de serviços de transportes de passageiros interestaduais e internacionais; desenvolvimento do operador de transporte multimodal e acompanhamento do mercado de transporte de cargas e passageiros no Brasil.

### Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

A Agência, juntamente com o Ministério dos Transportes, desde 2011, está em negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para assinatura do Contrato de Empréstimo nº BR-L1288 para financiamento do Programa de Apoio ao Fortalecimento Institucional (Gestão do Transporte Ferroviário), visando apoiar o processo de ampliação da participação do modal ferroviário na matriz de transportes do Brasil.

Em seu escopo inicial, a ANTT seria a executora do Programa, previsto para 5 (cinco) anos, cujo custo teria sido estimado em US\$ 83.500.000,00 (oitenta e três milhões e quinhentos mil dólares) que serão destinados para a análise, execução e monitoramento das atividades de: (a) gestão de projetos ferroviários e sua implementação; (b) parâmetros da gestão socioambiental para a concessão de projetos ferroviários e, em particular, os estudos que permitam obter a licença ambiental do projeto do Trem de Alta Velocidade (TAV); (c) definição de parâmetros técnicos e financeiros com vistas à fase de negociação de projetos em concessão; (d) melhoria do conhecimento de tecnologias ferroviárias; e (e) tarefas de supervisão da operação, regulamentação e controle de sistemas ferroviários.

Com o advento da criação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL e sua participação como sócia na concessão de operação do TAV Rio de Janeiro - Campinas, o Governo Brasileiro entendeu que a referida Empresa deveria ser incluída no Contrato de Empréstimo, juntamente com a ANTT. Nesse senti-

do, a minuta do Contrato de Empréstimo foi objeto de renegociação com o BID, em 2013, para a inclusão da EPL como co-executora.

Tal renegociação ocasionou o atraso na assinatura do Contrato, assim como a redefinição das responsabilidades e a realocação dos recursos necessários para a implementação do Programa, sendo que dos US\$ 83.500.000,00 (oitenta e três milhões e quinhentos mil dólares) do Programa, US\$ 16.820.000,00 (dezesesseis milhões e oitocentos e vinte mil dólares) foram realocados para a Agência e US\$ 66.680.000,00 (sessenta e seis milhões e seiscentos e oitenta mil dólares) para a EPL.

O Contrato de Empréstimo continua em negociação e sua minuta encontra-se em análise pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN e poderá ser assinado ainda no corrente ano.



# GESTÃO ORGANIZACIONAL





GESTÃO DO ORÇAMENTO

O orçamento da Agência Nacional de Transportes Terrestre, para o exercício de 2014, foi aprovado pela Lei de Orçamento Anual - LOA nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, com uma dotação inicial de R\$ 162.768.841,00 para Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 1.259.250,00 para Encargos da Dívida, R\$ 273.034.540,00 destinados a Outras Despesas Correntes e R\$ 246.360.000 a Investimentos, incluindo ali os recursos alocados nas ações de recomposições do equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão sob a égide da Agência. A dotação inicial autorizada pela LOA totalizou o valor de R\$ 683.422.631,00.

Dentre os créditos suplementares aprovados ao longo do exercício, merece destaque crédito extraordinário destinado a arcar com as indenizações financeiras a empresas de transporte semiurbano de passageiros do DF e Entorno aberto por meio da Medida Provisória nº 654/2014, no montante de R\$ 17.427.746,00.

O crédito teve por objetivo o ressarcimento às operadoras dos serviços de transporte rodoviário coletivo regular interestadual de passageiros, de característica urbana, que ligam o Distrito Federal aos municípios pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, localizados no Estado de Goiás, para cobrir a diferença, a menor, entre o valor monetário da tarifa de remuneração da prestação do serviço e a tarifa cobrada do usuário, referente ao déficit apurado no período de 1º de agosto de 2013 e a 31 de julho de 2014.

Faz-se importante mencionar ainda o pedido de crédito suplementar para atender as despesas relativas à Implantação do Centro Nacional de Supervisão Operacional e Informações Gerenciais - CNSOlg que, apesar das tratativas com Ministério dos Transportes e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, não foi objeto de atendimento durante o ano. A não aprovação inviabilizou a contratação e o avanço do Projeto.

Ao final do exercício, o orçamento total da ANTT foi de R\$ 742.115.759,00. Comparando-se com o orçamento de 2013, houve um decréscimo em termos de Outras Despesas Correntes de -14,7%. Essa variação se deu em razão da redução dos valores alocados em Custeio na ação Estudos para Implantação do Trem de Alta Velocidade - TAV, tendo em vista o remanejamento de parte desses recursos para a Ação 8785 - Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, na natureza de despesa Investimento, operação realizada por meio de crédito suplementar.

Os estudos socioambientais relativos ao projeto de implantação do TAV, necessários ao seu licenciamento ambiental, passaram a ser desenvolvidos pela Empresa de Planejamento e Logística - EPL.

Já em relação às despesas classificadas como Investimento, o valor destinado à ANTT para o exercício de 2014 superou em 2.341,03% o de 2013, tendo em vista os recursos do PAC destinados às recomposições do equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão, bem como o remanejamento de recursos entre as ações do PAC, com troca de natureza de despesa de Custeio para Investimento.

GRUPO DE DESPESA	EXECUÇÃO 2013/2014					
	2013		2014		VARIAÇÃO	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (LEI + CRÉDITOS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (LEI + CRÉDITOS)		
	(a)	(b)	(c)	(d)	R\$ (e)=(d)-(b)	% (f)=(d)/(b)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	160.767.036	165.452.948	162.768.841	203.249.223	-2.684.107	22,84%
Ativos	132.337.097	134.551.275	131.881.055	165.383.181	30.831.906	22,91%
Inativos	4.030.000	5.071.708	4.770.062	6.884.860	1.813.152	35,75%
Outros Encargos	24.399.939	25.829.965	26.117.724	30.981.182	5.151.217	19,94%
2 - Juros e Encargos da Dívida	1.167.250	1.167.250	1.259.250	1.259.250	92.000	7,88%
Dívidas	1.167.250	1.167.250	1.259.250	1.259.250	92.000	7,88%
Sentenças	0	0	0		0	0,00%
3 - Outras Despesas Correntes	317.846.964	318.628.964	273.034.540	271.779.078	-45.594.424	-14,70%
Outros Custeios	176.798.000	176.798.000	196.754.000	212.681.746	35.883.746	20,30%
Benefícios aos Servidores	7.148.964	7.930.964	7.980.540	8.765.540	834.576	10,52%
PAC	133.900.000	133.900.000	68.300.000	50.331.792	-83.568.208	-62,41%
4 - Investimentos	10.890.000	10.890.000	246.360.000	265.828.208	235.470.000	2341,03%
Investimentos/PAC	1.890.000	1.890.000	237.360.000	255.328.208	253.438.208	13409,43%
Investimentos/ADM	9.000.000	9.000.000	9.000.000	10.500.000	1.500.000	16,67%
TOTAL	490.671.250	496.139.162	683.422.631	742.115.759	187.283.469	49,58%

Fonte: GEPLA.

Do orçamento final da ANTT no exercício de 2014, que totalizou R\$ 742.115.759,00, foi empenhado o montante de R\$ 701.473.812,79, representando uma execução de 94,52%.

Ao considerarmos os valores executados por Grupo de Despesa, temos um incremento relevante nos recursos de investimento, principalmente aqueles alocados no PAC, oriundos da Ação de Recomposição do Equilíbrio Econômico Financeiro do Contrato de Concessão da BR-040 - Rio de Janeiro/RJ - Juiz de Fora/MG e da Ação Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento, que foi objeto de crédito suplementar em dezembro. Os recursos de investimento das ações discricionárias mantiveram os valores de 2013 com pequena alteração.

Já as despesas com Pessoal e Benefícios são diretamente controladas pela Secretaria de Orçamento Federal, e operacionalizadas através do SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos, ficando a cargo da ANTT a execução, acompanhamento e solicitações de necessidades de créditos adicionais. Sua execução alcançou 98,83% da dotação alocada, e o incremento ao longo do ano foi em decorrência dos ingressos de novos servidores advindos do Concurso Público realizado em 2013.

Na tabela a seguir são apresentados os valores de dotação, limite autorizado, montante empenhado e percentual de execução em relação à dotação e ao limite fixado. Observa-se que a execução total da ANTT, em relação ao limite fixado, foi de 98,52%. Da mesma forma, os recursos de custeio e PAC elevam sua execução para 96,66% e 99,99%, respectivamente.

## EXECUÇÃO TOTAL - 2014

GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (LEI+CRÉDITOS)	LIMITE AUTORIZ.	EMPENHADO	% EXEC. DOTAÇÃO	% EXEC. LIMITE
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(d/b)	(f)=(d/c)
<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>162.768.841</b>	<b>203.249.223</b>	<b>203.249.223</b>	<b>200.872.522</b>	<b>98,83%</b>	<b>98,83%</b>
Ativos	131.881.055	165.383.181	165.383.181	163.998.847	99,16%	99,16%
Inativos	4.770.062	6.884.860	6.884.860	6.830.155	99,21%	99,21%
Outros Encargos	26.117.724	30.981.182	30.981.182	30.043.520	96,97%	96,97%
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>1.259.250</b>	<b>1.259.250</b>	<b>1.259.250</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Dívidas	1.259.250	1.259.250	1.259.250	-	0,00%	0,00%
Sentenças	-	-	-	-	0,00%	0,00%
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	<b>273.034.540</b>	<b>271.779.078</b>	<b>241.707.553</b>	<b>234.813.806</b>	<b>86,40%</b>	<b>97,15%</b>
Outros Custeios	196.754.000	212.681.746	201.148.867	194.424.469	91,42%	96,66%
Benefícios aos Servidores	7.980.540	8.765.540	8.765.540	8.599.772	98,11%	98,11%
PAC	68.300.000	50.331.792	31.793.146	31.789.565	63,16%	99,99%
<b>4 - Investimentos</b>	<b>246.360.000</b>	<b>265.828.208</b>	<b>265.828.208</b>	<b>265.787.484</b>	<b>99,98%</b>	<b>99,98%</b>
Investimentos/PAC	237.360.000	255.328.208	255.328.208	255.319.763	100,00%	100,00%
Investimentos/ADM	9.000.000	10.500.000	10.500.000	10.467.721	99,69%	99,69%
<b>TOTAL</b>	<b>683.422.631</b>	<b>742.115.759</b>	<b>712.044.234</b>	<b>701.473.812,79</b>	<b>94,52%</b>	<b>98,52%</b>

Fonte: Gerência de Planejamento e Orçamento - GEPLA.

Conforme Decreto nº 8.197, de 20/02/14, o limite final para movimentação e empenho atribuído às despesas discricionárias e PAC da Agência totalizou R\$ 481.342,475,00, representando 94,12% da necessidade frente a uma dotação de R\$ 511.414.000,00. Em 2014, o contingenciamento impactou inclusive as despesas do PAC. A seguir é apresentado o demonstrativo da composição do limite liberado pelo Ministério dos Transportes.

## LIMITE - DESPESAS DISCRICIONÁRIAS + PAC

Especificação	Recursos do Tesouro	Recursos Próprios	Total	Dotação	Contingenciamento
Custeio	109.464.956,00	74.256.165,00	183.721.121,00	195.254.000,00	-11.532.879,00
Capital	1.500.000,00	9.000.000,00	10.500.000,00	10.500.000,00	0,00
PAC	280.121.354,00	7.000.000,00	287.121.354,00	305.660.000,00	-18.538.646,00
<b>Total</b>	<b>391.086.310,00</b>	<b>90.256.165,00</b>	<b>481.342.475,00</b>	<b>511.414.000,00</b>	<b>-30.071.525,00</b>

Fonte: GEPLA.

\* Limite Final conforme Ofício nº 15/2015-SPO/SE-MT, de 19.01.2015.

Ressalte-se que nos limites apresentados acima não foi considerada a Ação de Indenização Financeira a Empresas de Transporte Semiurbano de Passageiros entre o Distrito Federal e os Municípios do seu entorno.

Neste exercício, diferentemente de 2013, não foram estabelecidos limites à contratação de bens e serviços e à concessão de diárias e passagens, bem como não houve despesas decorrentes de pagamentos de Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

A ANTT tem pautado sua execução orçamentária em estrita consonância com os limites orçamentários estabelecidos pela Setorial Orçamentária do Ministério dos Transportes, sendo os limites distribuídos em conformidade com a programação de suas necessidades.

## GESTÃO DE FINANÇAS

A receita da ANTT está prevista no art. 77 da Lei 10.233 de 05/06/2001. De forma geral, está classificada da seguinte forma:

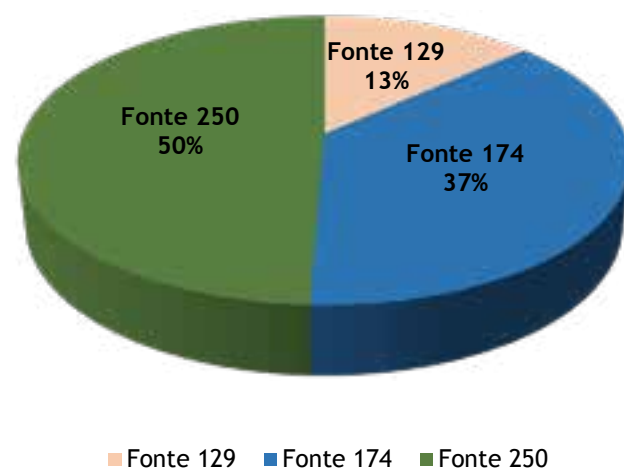
- Fonte 174: referem-se às arrecadações decorrentes das infrações ocorridas na prestação de serviços de transportes rodoviários de passageiros e de cargas. São multas decorrentes do Poder de Polícia;
- Fonte 129: referem-se às arrecadações de outorgas/concessões de ferrovias e outorgas de serviços de transportes de passageiros. A maior receita desta fonte se deve às parcelas trimestrais de concessões das malhas de ferrovias;
- Fonte 250: a maior parte desta fonte se refere às arrecadações decorrentes das concessões de rodovias. São também arrecadadas a taxas/emolumentos de cargas e passageiros para autorização/cadastramento de serviço/frota. As multas decorrentes de descumprimento contratual e/ou de regulação são cobradas no código direcionado à fonte 250.

FONTE	LOA 2014	ARRECADADO/2014	% Realizado
129	29.448.256	32.556.714	110,56%
174	59.978.640	90.994.486	151,71%
250	83.256.165	120.495.868	144,73%
<b>TOTAL</b>	<b>172.683.061</b>	<b>244.047.067</b>	<b>141,33%</b>

Em 2014, a receita realizada foi de **R\$ 244.047.067,00** (duzentos e quarenta e quatro milhões, quarenta e sete mil e sessenta e sete reais), cuja composição das respectivas fontes está apresentada no quadro abaixo.

Verifica-se, portanto, que houve um excesso de arrecadação de 41,33% em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA/2014.

A composição do valor total arrecadado em 2014 por fonte de recursos em termos percentuais está demonstrada no gráfico seguinte.



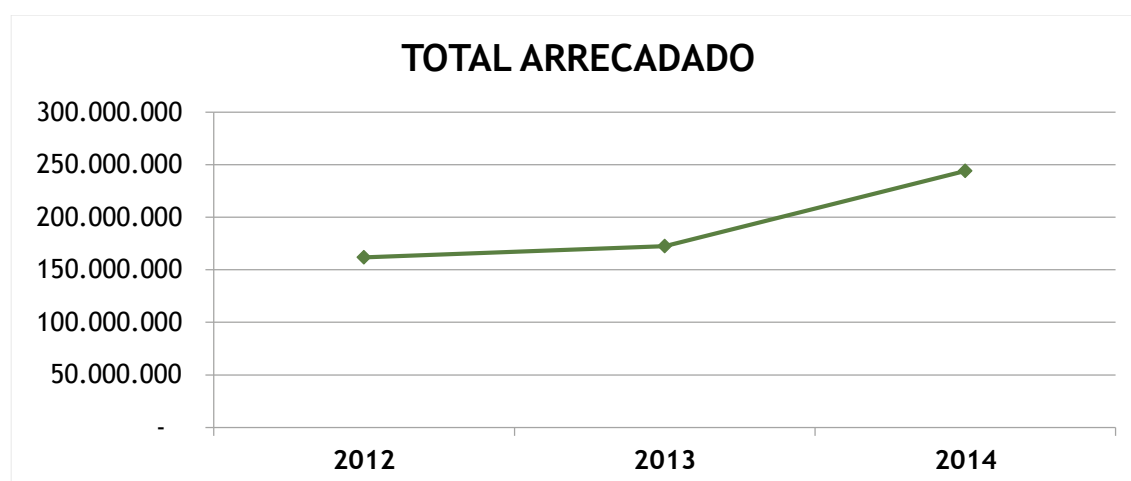
Visando apresentar uma análise comparativa, o quadro abaixo demonstra a receita realizada nos últimos três anos.

#### COMPARATIVO DA RECEITA REALIZADA (2012 A 2014)

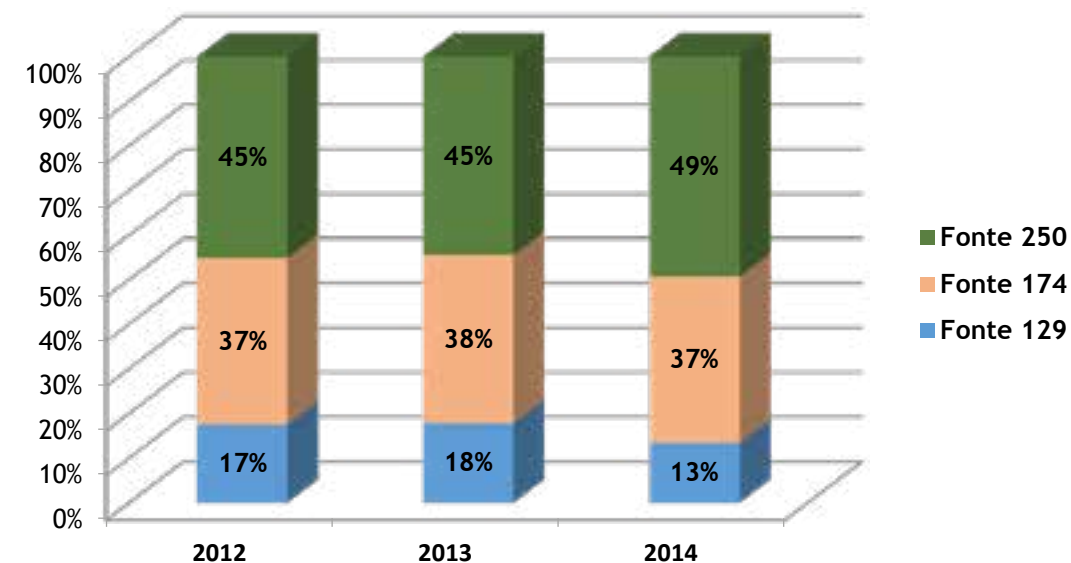
FONTE	2012	2013	2014
129	28.240.684	30.670.645	32.556.714
174	60.455.156	64.974.762	90.994.486
250	73.254.416	76.883.138	120.495.868
TOTAL	161.950.256	172.528.545	244.047.067

Verifica-se que houve um aumento de aproximadamente 41% de arrecadação no ano de 2014 em relação a 2013. O principal fator que pode ser atribuído a este resultado se deve ao pagamento dos débitos parcelados decorrentes dos dois Programas de Recuperação Fiscal do Governo Federal - REFIS lançados em 2014 e regulamentados pela Portaria-AGU nº 247 de 14/07/2014 e pela Lei nº 13.043 de 13/11/2014.

O gráfico seguinte apresenta a evolução da receita da ANTT no período.



Neste próximo gráfico, pode-se visualizar o comportamento das composições das fontes em relação ao total arrecadado em cada ano.



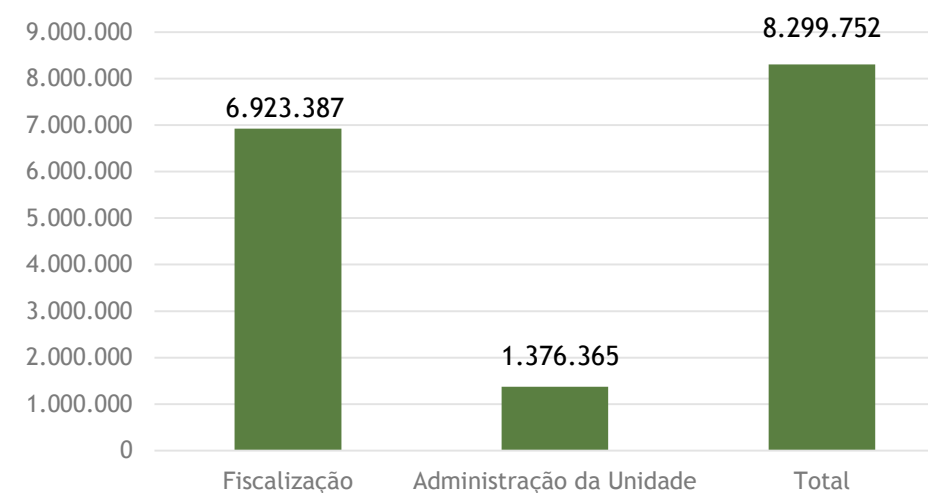
A fonte 250, que é a fonte de recursos próprios, continua sendo a principal origem de receita da Agência. A composição percentual da fonte 174 permaneceu linear em relação ao total arrecadado, porém, há que se considerar que esta apresentou um aumento de arrecadação considerável em 2014. Já a fonte 129, por ter apresentado uma pequena variação de valor neste ano, teve reduzida a sua participação em termos percentuais em relação ao total arrecadado, cuja principal alavancagem pode ser atribuída às fontes 174 e 250 devido ao REFIS conforme já mencionado.

#### Diárias e Passagens

A ANTT utiliza o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, que é obrigatório para a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com o Decreto 5.992/2006.

A Gerência de Finanças e Contabilidade - GEFIN - é a responsável pela gestão e o controle de despesas com diárias e passagens em viagens a serviço no âmbito desta agência.

No exercício de 2014 foi liquidado um valor total de R\$ 8.299.752,00, referentes a diárias e passagens, sendo R\$ 6.923.387,00 em ações de Fiscalização e R\$ 1.376.365,00 em ações administrativas.



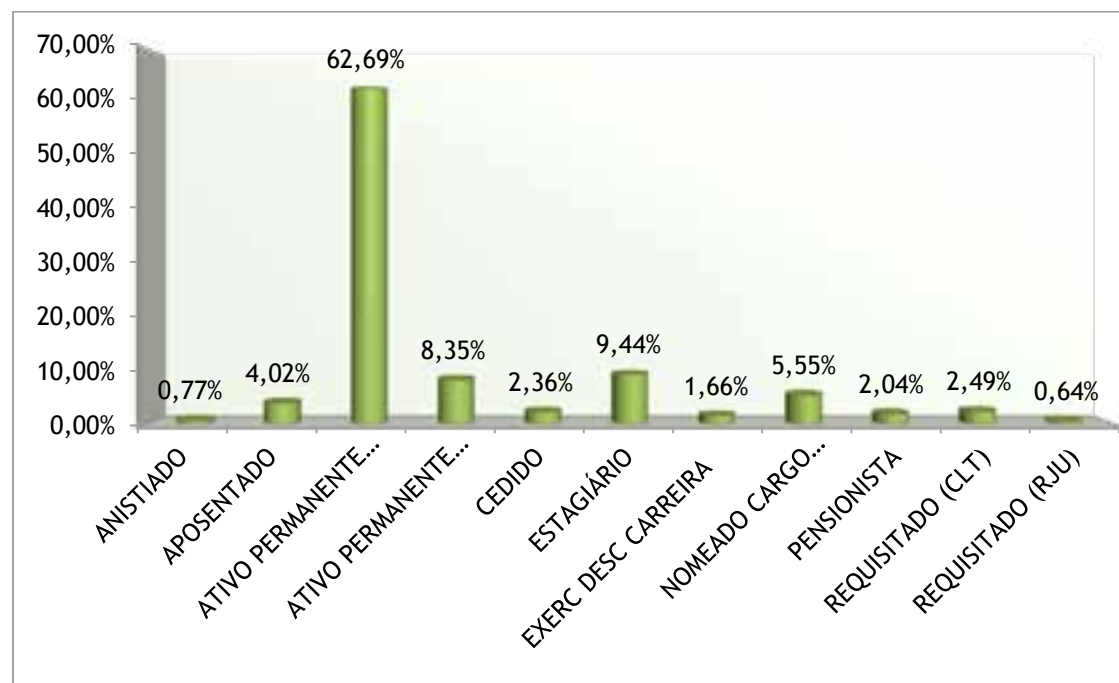


## GESTÃO DE PESSOAS

## Servidores/Colaboradores

Ao final do exercício de 2014, em dezembro, o quantitativo dos recursos humanos da ANTT era de 1.568 servidores/estagiários, incluindo nessa composição os aposentados e os pensionistas. O Quadro Efetivo corresponde a 62,69% da Força de Trabalho.

SITUAÇÃO FUNCIONAL	DEZ/14
ANISTIADO	12
APOSENTADO	63
ATIVO PERMANENTE (EFETIVO)	983
ATIVO PERMANENTE (ESPECIFICO)	131
CEDIDO	37
ESTAGIÁRIO	148
EXERC DESC CARREIRA	26
NOMEADO CARGO COMISSIONADO	87
PENSIONISTA	32
REQUISITADO (CLT)	39
REQUISITADO (RJU)	10
TOTAL	1568



## Despesas da Folha de Pagamento

Nos quadros a seguir, destacam-se as remunerações, benefícios e encargos sociais referentes à folha de pagamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas da ANTT, e a evolução na execução da despesa de janeiro a dezembro de 2014.

## Resumo das Despesas da Folha de Pagamento (Janeiro/Junho) - 2014

NATUREZA/DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
VENCIMENTOS E SALÁRIOS	4.699.033,09	4.968.755,68	4.939.535,17	4.895.141,64	4.904.899,55	4.959.676,93
GRATIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO DE CARGO	5.160.162,35	5.447.069,10	5.395.275,78	5.340.625,21	5.346.820,73	5.395.463,55
GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO - PES ATIVO	124.785,19	124.874,41	123.961,99	120.788,36	118.844,51	118.873,07
INCORPORAÇÕES	62.043,14	15.075,20	15.075,20	15.037,48	14.764,17	14.764,17
ABONO DE PERMANÊNCIA	85.691,53	78.471,36	79.835,46	80.030,03	77.906,63	77.924,00
GRATIFICAÇÃO DE EXERCÍCIOS DE FUNÇÕES	1.183.512,87	1.182.960,85	1.146.136,24	1.134.642,77	1.152.805,40	1.135.251,96
ADICIONAL NOTURNO	30.583,36	22.750,56		142.442,58	51.810,73	40.247,83
ESTAGIÁRIOS	78.372,52	80.920,28	88.050,60	88.330,43	91.739,47	100.331,94
FÉRIAS INDENIZADAS	18.700,20	10.030,08	94.287,67	8.117,86	33.169,97	54.045,45
FÉRIAS ABONO ART. 7 XVII CF	761.525,67	446.764,21	403.201,03	236.379,07	108.001,67	218.452,73
13º SALÁRIO (GRATIF. NATALINA)	709.284,98	1.185,10	12.901,05	11.991,35	42.723,25	2.634.119,44
13º SALÁRIO (ADIANTAMENTO GRATIF. NATALINA)	685.001,31	448.290,07	343.543,93	213.730,92	38.257,16	2.610.143,23
FÉRIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	74.965,76	73.838,72	37.803,31	65.863,87	39.769,93	84.475,47
SUBSTITUIÇÕES	26.647,21		51.063,79	31.774,56	32.477,30	19.964,41
SENT JUD NÃO TRANS JULGADO - AT	97,51	97,51	97,51	97,51	97,51	97,51
VANT PERM SENT JUD TRANS JULGADO - CI	97,51	1.665,91	1.665,91	1.665,91	1.665,91	1.665,91
DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES - PES ATIVO						
DESP. EXERC. ANTERIORES - GRAT NATALIN						
DESP. EXERC. ANTERIORES - ABONO PERMANEN	2.648,29					
SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS (HORA EXTRA)						
GRATIF. P/ ENCARGO CURSO/CONCURSO	14.440,00		1.860,00	40,00	9.500,00	5.700,00
INDENIZAÇÕES (REMUNERAÇÃO COMPENSATÓRIA)			3.380,86			10.676,41
PENSIONISTAS						
PENSÃO CIVIL	97.388,85	95.136,22	96.220,16	102.970,61	102.970,61	102.970,61
DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES - PENSIONISTA						
LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA						
13º SALÁRIO (GRATIF. NATALINA) PENSIONISTA						51.485,23
APOSENTADOS						
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL (PESSOAL INATIVO)	322.682,70	314.900,82	320.851,38	340.409,53	350.736,60	350.736,60
DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES - PES INATIVO						
GRATIFICAÇÃO TEMPO DE SERVIÇO - PES INATIVO	47.728,73	47.728,73	48.403,13	52.423,73	53.758,64	53.758,64
GRATIFICAÇÃO NATALINA APOSENTADO						187.695,84

VANT PERM SENT JUD TRANS JULGADO - CI - APO		282,47	282,47	282,47	282,47	282,47
ENCARGOS SOCIAIS*	2.305.913,42	2.363.914,89	2.355.797,55	2.343.688,59	2.340.155,05	2.429.285,45
ENCARGOS SOCIAIS GRAT NAT*						
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	16.491.306,19	15.724.712,17	15.559.230,19	15.226.474,48	14.913.157,26	20.658.088,85
BENEFÍCIOS/INDENIZAÇÕES						
AUXÍLIO NATALIDADE	1.603,76			4.451,68	2.782,30	556,46
AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR	23.156,00	23.655,00	23.364,00	24.371,00	23.620,00	23.584,00
AUXILIO ALIMENTAÇÃO	461.663,95	469.454,12	453.466,25	450.482,26	445.565,45	445.161,62
AUXÍLIO TRANSPORTE	60.603,99	53.058,10	61.258,26	72.732,65	60.173,01	61.774,67
RESSARC ASSISTÊNCIA MÉDICO/ODONTO	122,959,96	113.212,08	106.686,40	131.137,52	123.610,13	122.207,57
RESSARC ASSISTÊNCIA MÉDICO/ODONTO PENSÃO						
TOTAL DOS BENEFÍCIOS	547.027,70	659.379,30	644.774,91	683.175,11	655.750,89	653.284,32
TOTAL DA FOLHA DE PAGAMENTO	17.038.333,89	16.384.091,47	16.204.005,10	15.909.649,59	15.568.908,15	21.311.373,17

Resumo das Despesas da Folha de Pagamento (Julho/Dezembro) - 2014

NATUREZA/DESCRIÇÃO	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
VENCIMENTOS E SALÁRIOS	5.060.115,74	5.226.879,52	5.161.367,07	5.143.943,32	5.133.740,11	5.152.127,80
GRATIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO DE CARGO	5.487.904,05	5.686.450,65	5.607.022,74	5.587.287,00	5.556.803,88	5.579.270,83
GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO - PES ATIVO	117.562,35	116.808,62	115.508,14	115.166,78	110.971,85	110.987,71
INCORPORAÇÕES	14.674,71	14.674,71	14.592,29	14.403,69	13.482,69	13.482,69
ABONO DE PERMANÊNCIA	76.654,84	108.923,71	86.413,81	80.241,05	78.138,81	78.091,71
GRATIFICAÇÃO DE EXERCÍCIOS DE FUNÇÕES	1.139.842,34	1.157.039,73	1.170.990,90	1.156.074,71	1.160.606,21	1.173.097,06
ADICIONAL NOTURNO	27.894,00	76.006,19	58.611,78	61.196,69	39.390,12	56.492,79
ESTAGIÁRIOS	93.055,38	87.522,74	57.488,72	76.290,63	72.980,37	76.588,95
FÉRIAS INDENIZADAS	53.234,35	9.357,59	64.239,32	6.851,16	19.967,08	9.709,91
FÉRIAS ABONO ART. 7 XVII CF	129.370,40	120.132,50	93.346,93	74.346,77	142.330,00	1.451.464,14
13º SALÁRIO (GRATIF. NATALINA)		6.725,46	9.867,20	14.937,74	11.799.085,01	69.343,20
13º SALÁRIO (ADIANTAMENTO GRATIF. NATALINA)						1.679.368,25
FÉRIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	70.616,67	43.469,74	61.552,76	58.554,07	51.241,62	166.238,11
SUBSTITUIÇÕES	19.848,63	42.233,18	27.302,48	20.509,35	40.537,71	33.640,84
SENT JUD NÃO TRANS JULGADO - AT	97,51	97,51	97,51	97,51	97,51	97,51
VANT PERM SENT JUD TRANS JULGADO - CI	1.665,91	1.665,91	1.665,91	1.665,91	1.665,91	1.665,91
DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES - PES ATIVO			21.855,71		2.682,34	
DESP. EXERC. ANTERIORES - GRAT NATALIN						
DESP. EXERC. ANTERIORES - ABONO PERMANEN			16.169,36			
SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS (HORA EXTRA)						
GRATIF. P/ ENCARGO CURSO/CONCURSO	4.555,00		2.850,00	12.540,00	1.520,00	760,00
INDENIZAÇÕES (REMUNERAÇÃO COMPENSATÓRIA)	2.847,04					
PENSIONISTAS						

PENSÃO CIVIL	102.970,61	104.828,75	116.770,91	115.667,78	130.631,44	116.387,12
DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES - PENSIONISTA						
LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA						
13º SALÁRIO (GRATIF. NATALINA) PENSIONISTA					116.387,12	
APOSENTADOS						
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL (PESSOAL INATIVO)	366.269,91	359.629,93	396.682,13	381.359,59	393.160,54	411.250,81
DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES - PES INATIVO			5.686,35			
GRATIFICAÇÃO TEMPO DE SERVIÇO - PES INATIVO	55.107,43	55.067,76	57.884,36	56.715,56	59.968,10	61.094,27
GRATIFICAÇÃO NATALINA APOSENTADO					453.411,11	5.217,28
VANT PERM SENT JUD TRANS JULGADO - CI - APO	282,47			282,47	282,47	282,47
ENCARGOS SOCIAIS*	2.473.825,35	2.530.153,59	2.530.310,59	2.501.212,27	4.751.897,05	2.526.741,70
ENCARGOS SOCIAIS GRAT NAT*					4.742.782,72	
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	15.298.394,69	15.747.667,79	15.678.276,97	15.479.344,05	34.873.761,77	18.773.401,06
BENEFÍCIOS/INDENIZAÇÕES						
AUXÍLIO NATALIDADE	556,46	2.225,84	3.338,71	1.669,38	2.225,84	2.782,30
AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR	23.557,00	24.259,66	24.526,00	24.222,00	24.458,00	25.152,00
AUXILIO ALIMENTAÇÃO	467.606,27	479.617,14	463.639,00	461.197,52	459.586,86	456.179,00
AUXÍLIO TRANSPORTE	60.822,48	64.442,25	63.420,16	62.209,72	60.730,20	60.080,25
RESSARC ASSISTÊNCIA MÉDICO/ODONTO	121.738,85	124.469,92	119.153,20	127.664,69	130.922,45	138.309,45

Escolaridade

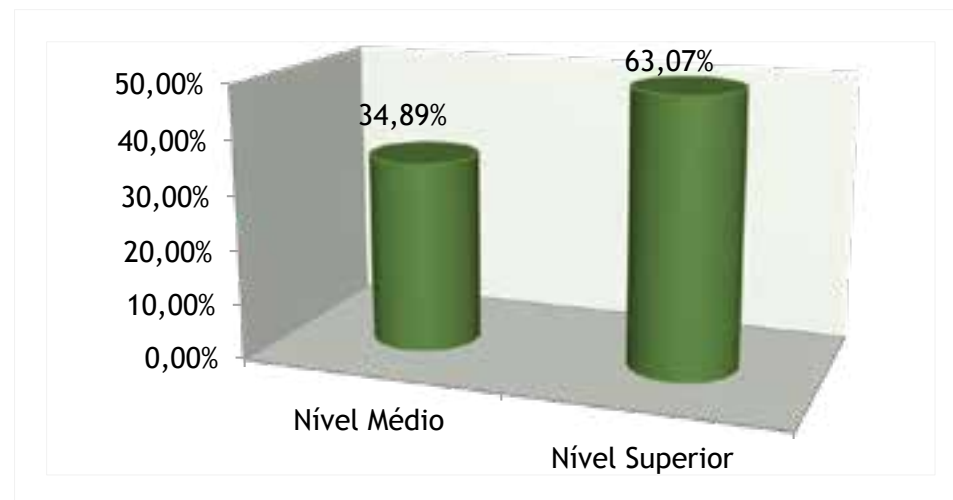
O nível de escolaridade dos servidores do quadro funcional da ANTT está assim distribuído: o do Nível Médio (NM) é 34,89% e o do Nível Superior (NS) é de 63,07%, em relação aos cargos efetivamente ocupados.

QUANTITATIVO DE PESSOAL POR NÍVEL ESCOLAR

SITUAÇÃO FUNCIONAL	NM	NS	TOTAL
ANISTIADO	6	6	12
ATIVO PERMANENTE (EFETIVO)	285	698	983
ATIVO PERMANENTE (ESPECIFICO)	78	53	131
CEDIDO	6	31	37
ESTAGIÁRIO	70	78	148
EXERC DESC CARREIRA	0	26	26
NOMEADO CARGO COMISSIONADO	32	55	87
REQUISITADO (CLT)	13	26	39

REQUISITADO (RJU)	1	9	10
APOSENTADO	56	7	63
PENSIONISTA			32
<b>TOTAL</b>	<b>547</b>	<b>989</b>	<b>1568</b>

Fonte: GEPES/GEIMO.



#### Assistência Médica

Os quantitativos abaixo demonstram a distribuição dos servidores beneficiários com efeitos financeiros, iniciados a partir de janeiro de 2014 até dezembro do mesmo ano, considerando o Termo de Acordo firmado entre a ANTT e a empresa ALIANÇA ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS DE SAÚDE LTDA, bem como o convênio com a GEAP AUTOGESTÃO EM SAÚDE e os planos contratados diretamente pelos servidores denominados como “avulsos”.

No mês de outubro ocorreu o aniversário dos contratos entre a ANTT e a Empresa Aliança e a ANTT e a Par Saúde, dentre elas, a empresa Par Saúde não manifestou interesse na renovação do seu contrato, desta forma, houve consulta à ANS pela GEPES e reuniões com a empresa no intuito de concluir o contrato de maneira favorável aos beneficiários, ao final a maioria dos beneficiários solicitou o desligamento e migraram ou para a GEAP ou para Aliança.

		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ALIANÇA	TITULARES	400	399	399	401	408	301	368	375	376	470	411	395
	DEPENDENTES	458	466	442	448	469	320	412	418	417	417	464	437
	<b>TOTAL ALIANÇA</b>	<b>858</b>	<b>865</b>	<b>841</b>	<b>849</b>	<b>877</b>	<b>621</b>	<b>780</b>	<b>793</b>	<b>793</b>	<b>793</b>	<b>875</b>	<b>832</b>
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
GEAP AUTOGESTÃO	TITULARES	11	74	95	94	94	100	103	115	128	128	132	139
	DEPENDENTES	11	81	102	102	103	110	120	131	141	142	149	157
	<b>TOTAL GEAP</b>	<b>22</b>	<b>155</b>	<b>197</b>	<b>196</b>	<b>197</b>	<b>210</b>	<b>223</b>	<b>246</b>	<b>269</b>	<b>269</b>	<b>281</b>	<b>296</b>
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
AVULSOS	TITULARES	263	224	220	301	292	407	359	271	199	202	217	202

#### Remoções

Foram analisados cerca de 125 (cento e vinte e cinco) processos de solicitação de remoção, os quais culminaram na efetivação de 80 (oitenta) movimentações, autorizadas por meio da assinatura de 76 (setenta e seis) portarias publicadas entre os meses de janeiro e dezembro de 2014.

Das remoções: 28 (vinte e oito) foram efetivadas sob a modalidade “de ofício, no interesse da Administração”; 41 (quarenta e um) “a pedido, a critério da administração”; 04 (quatro) “a pedido independentemente do interesse da Administração”; 02 (duas), envolvendo 05 servidores, “a pedido, a critério da administração, por permuta”; e 01 (uma) decorrente de decisão judicial.

#### Capacitação

As ações de capacitação e desenvolvimento realizadas pela ANTT em 2014 estiveram em sintonia com a Política Nacional de Capacitação estabelecida pelo Decreto n° 5.507 de 23 de fevereiro de 2006 e pela Deliberação n° 194 de 29 de julho de 2009, que disciplina o Programa Permanente de Capacitação de servidores no âmbito da Agência.

Das modalidades realizadas, destacam-se os cursos presenciais, cursos à distância, seminários, cursos em turmas fechadas, congressos, fóruns, cursos internacionais, pós-graduação e idiomas, realizados em parceria com instituições.

Em síntese, entre janeiro e dezembro de 2014 foram capacitados 936 (novecentos e trinta e seis) servidores (considerando servidores ativos em 31 de dezembro de 2014 mais os egressos no ano), em 546 (quinhentos e quarenta e seis) eventos de capacitação, destes 129 (cento e vinte e nove) em turmas fechadas e 417 (quatrocentos e dezessete) em eventos abertos.

Foram ofertadas 3.390 (três mil, trezentos e noventa) oportunidades de capacitação aos servidores, sendo que, dessas oportunidades, 2.722 (dois mil setecentos e vinte e dois) se deram em turmas fechadas e 668 (seiscentos e sessenta e oito) em turmas abertas, conforme sumarizado no quadro a seguir:

Eventos	Quantidade	Carga Horária	Participações
<b>Eventos Fechados<sup>(1)</sup></b>	<b>129</b>	<b>33.998</b>	<b>2.722</b>
<b>Eventos Abertos<sup>(2)</sup></b>	<b>417</b>	<b>20.255</b>	<b>668</b>
<b>Total</b>	<b>546</b>	<b>54.253</b>	<b>3390</b>

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas.

\*Valores apurados em 21/01/2015 em resposta do relatório solicitado pelo Tribunal de Contas da União

A partir da representação do quadro abaixo, percebe-se que a realização de capacitação em eventos fechados possui um impacto maior em relação aos eventos abertos, apesar de ter sido em quantidade menor, representou um maior número de participações como de carga horária ministrada.

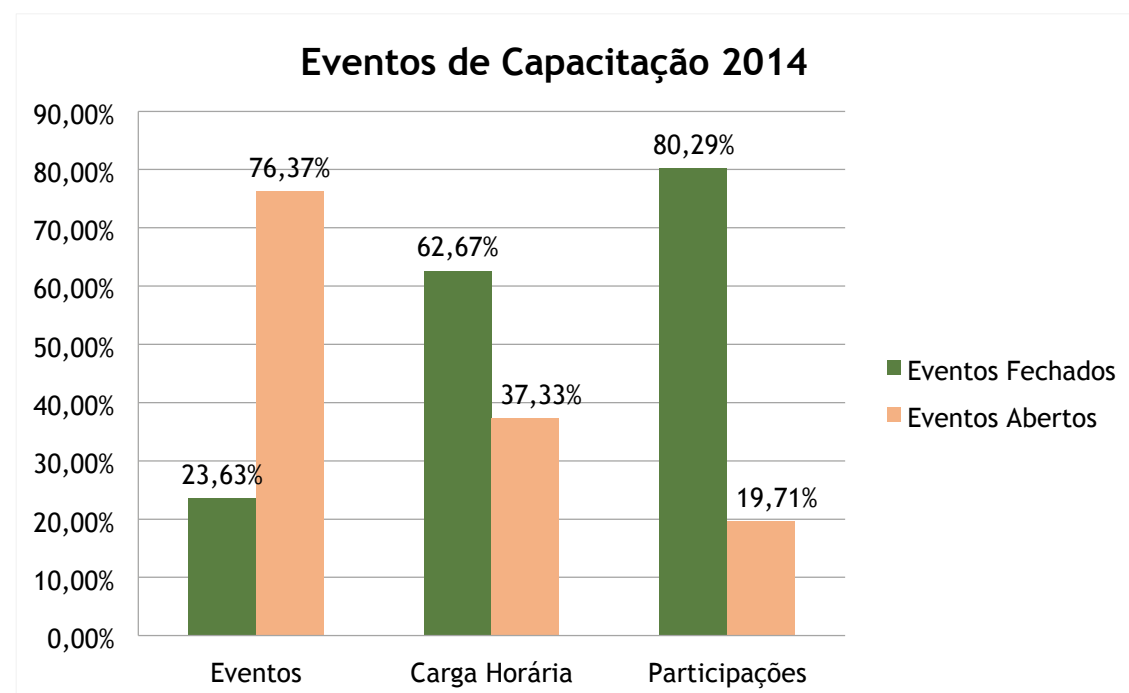
Os cursos fechados geralmente são mais eficientes, pois servem para padronizar os procedimentos e entendimentos, além de tratarem de conteúdos especificados internamente para melhor atender às ne-



cessidades de desenvolvimento dos servidores.

Os cursos abertos por sua vez, são válidos no sentido de atualização específica individual ou de pequenos grupos que necessitam de conteúdo especializado.

Ocorre que, existe um alto volume de solicitações de cursos abertos que exigem esforços para sua efetivação, diminuindo a capacidade de realização por parte da equipe no planejamento e elaboração de eventos fechados.



Fonte: GEPES.

Especificamente para os servidores lotados em postos de fiscalização, a capacitação interna mostra-se mais eficaz uma vez que o conhecimento a ser repassado permeia as atribuições da Agência.

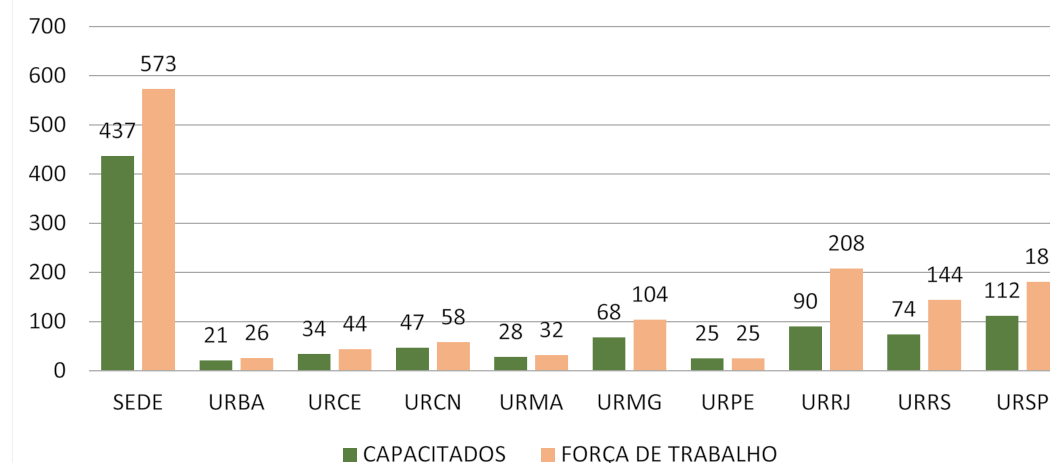
Dadas as dimensões continentais do país e a abrangência da lotação dos servidores, que estão lotados nos postos de fiscalização, capacitar esses servidores normalmente envolve altos custos de deslocamento, tornando-se um desafio para a qualificação dessa força de trabalho.

Visando diminuir a necessidade de deslocamento para a participação em ações de capacitação, buscou-se disponibilizar cursos de ensino a distância com conteúdo específico da área finalística.

Foram encontradas algumas dificuldades para tal implementação, a principal foi a de encontrar servidor-conteudista disponível para elaborar material didático. Além disso, alguns servidores ainda alegam infraestrutura inadequada em seu local de trabalho que impossibilita a participação em cursos a distância por não terem equipamentos apropriados.

Existe também uma parcela que não está preparada para acompanhar cursos não presenciais, seja por fator comportamental ou de falta de conhecimento tecnológico para manipulação de computadores e que não demonstram interesse em se qualificar. Esse perfil de servidores geralmente é do quadro específico da Agência e são advindos de outros órgãos.

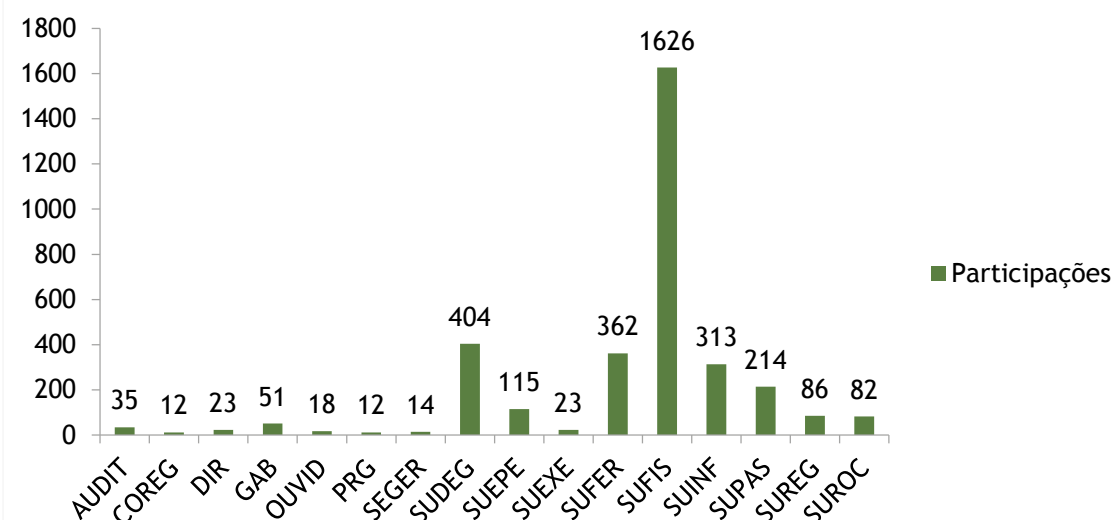
### Servidores Capacitados



Fonte: GEPES.

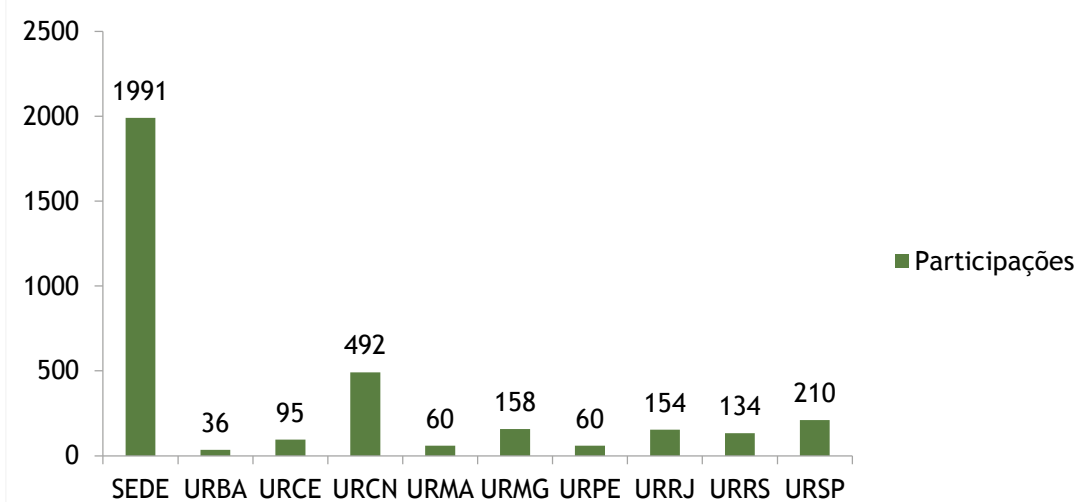
\*A força de trabalho é composta de servidores ativos em dezembro de 2014 mais os egressos do exercício de 2014

### Participações por Unidade



Fonte: GEPES.

### Participações por Unidade Regional



Fonte: GEPES.

## PÓS-GRADUAÇÕES INICIADAS EM 2013

Pós-Graduações iniciadas em 2014	Nº Total servidores	UORG	Instituição
Mestrado em Transportes do Programa de Pós-graduação em Transportes	1	SUPAS	UNB
Pós-graduação lato sensu em Auditoria em Organizações do Setor Público	1	AUDIT	UNILEYA

Fonte: GEPES.

## LICENÇA CAPACITAÇÃO

Relação	Lotação do Servidor	Tempo de Licença	Ação de Capacitação
1	SUFIS	3 meses	Ação de capacitação profissional
2	SUINF	1 mês	Elaboração de dissertação de Doutorado
3	SUFIS/URRJ	1 mês	Ação de Capacitação Profissional
4	SUFIS/URRJ	2 meses	Elaboração de monografia de pós-graduação
5	SUFIS/URRJ	2 meses	Elaboração de monografia de pós-graduação
6	SUFIS/URRJ	1 mês	Elaboração de monografia de pós-graduação
7	SUFER/ URCE	3 meses	Ação de Capacitação Profissional
8	SUFER/ URMG	1 mês	Ação de Capacitação Profissional
9	SUROC/ GERET	1 mês	Ação de Capacitação Profissional
10	SEGER	2 meses	Ação de Capacitação Profissional
11	SUFIS/ URCE	2 meses	Elaboração de monografia de pós-graduação
12	SUEPE	2 meses	Elaboração de monografia de pós-graduação
13	SUFER/GECOF	3 meses	Ação de Capacitação Profissional
14	SUDEG/GEPLA	1 mês	Ação de Capacitação Profissional
15	SUPAS/GEROT	1 mês	Ação de Capacitação Profissional
16	SUFIS/URRS	3 meses	Elaboração de dissertação de Mestrado
17	SUINF/GEROR	1 mês	Ação de Capacitação Profissional
18	SUINF/GEROR	1 mês	Ação de Capacitação Profissional
19	SUPAS/GEROT	1 mês	Ação de Capacitação Profissional
20	SUDEG/GEPEP	40 dias	Ação de Capacitação Profissional
21	SUFIS/URRJ	1 mês	Elaboração de Monografia de Graduação
22	SUFER/URCE	1 mês	Elaboração de monografia de pós-graduação
23	DIR/DCN	3 meses	Elaboração de dissertação de Doutorado
24	SUFIS/URRS	3 meses	Ação de capacitação profissional
25	SUFIS/URRS	1 mês	Elaboração de monografia de Graduação
26	SUFIS/URBA	54 dias	Elaboração de monografia de pós-graduação
27	SUFER/URMG	61 dias	Ação de Capacitação Profissional
28	SUFIS/URRJ	1 mês	Elaboração de monografia de Graduação
29	SUFIS/URCE	3 meses	Elaboração de Dissertação de Doutorado

Fonte: GEPES.

## Programa de Concessão de Bolsas de Estudos em Idiomas - PCI

O PCI consiste na concessão de bolsa de estudo de idiomas e tem a finalidade de incentivar o servidor em suas iniciativas de capacitação, assegurar a profissionalização e fomentar o contínuo processo de desenvolvimento.

No exercício de 2014, foram contempladas 332 bolsas de estudos, considerando a capacidade orçamentária para cada semestre e as regras para participação conforme editais.

A Agência ressarciu um total de 300 bolsas de servidores selecionados em Editais, tendo sido ressarcido, no total, o valor de R\$ 648.999,30. O quantitativo de bolsas ressarcidas por idioma consta no quadro abaixo:

Idioma	1º Semestre	2º Semestre
Alemão	3	3
Espanhol	27	21
Francês	11	9
Inglês	114	112
Italiano	0	0
Português	0	0
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>145</b>
	<b>300</b>	

Fonte: GEPES

## Estágio Supervisionado

A ANTT possui contrato com o Centro Integrado de Empresa Escola-CIEE, visando à realização de estágio para estudantes de ensino médio, educação superior, educação profissional e da educação especial dos anos finais do ensino fundamental e na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O percentual do número de estagiários é de até 20% para nível superior e 10% para nível médio, em relação ao quadro de pessoal da entidade concedente do estágio, reservando-se o percentual de 10% desse quantitativo para estudantes portadores de deficiência, de acordo com a Orientação Normativa nº 4, de 04/07/2014, da SRH/MPOG e da Lei nº 11.788, de 25/09/08:

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
<b>1. Nível superior</b>	<b>104</b>	<b>109</b>	<b>87</b>	<b>79</b>
1.1 Área Fim	70	72	54	50
1.2 Área Meio	34	37	33	29
<b>2. Nível Médio</b>	<b>74</b>	<b>92</b>	<b>76</b>	<b>70</b>
2.1 Área Fim	31	36	32	38
2.2 Área Meio	43	56	44	32
<b>Total (1+2)</b>	<b>178</b>	<b>201</b>	<b>163</b>	<b>149</b>

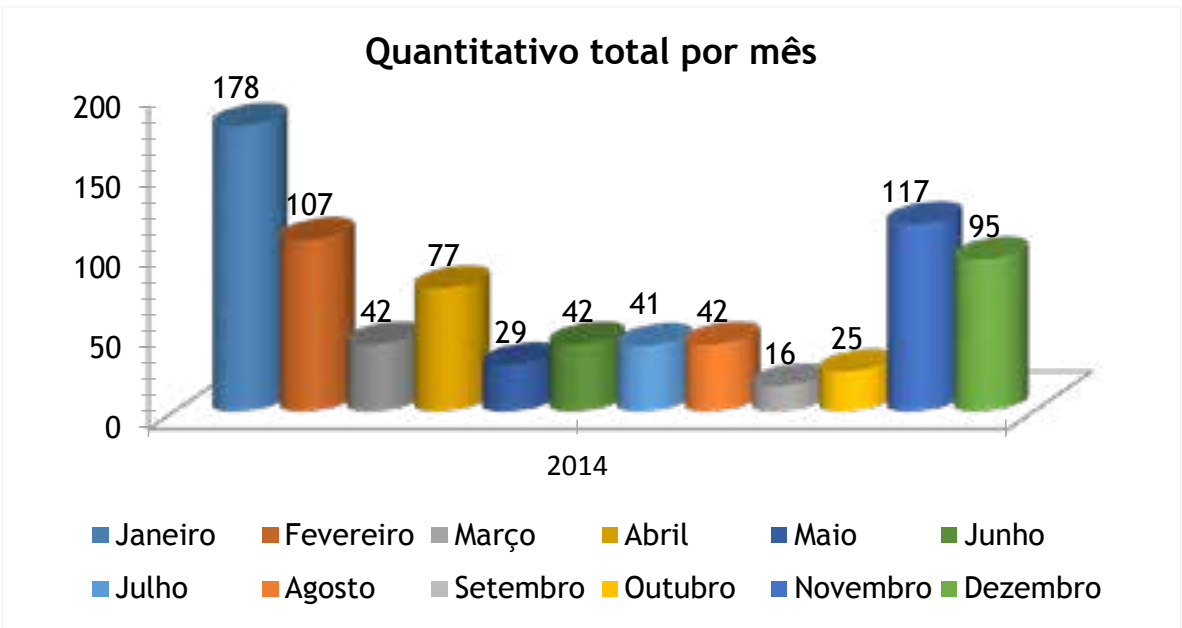
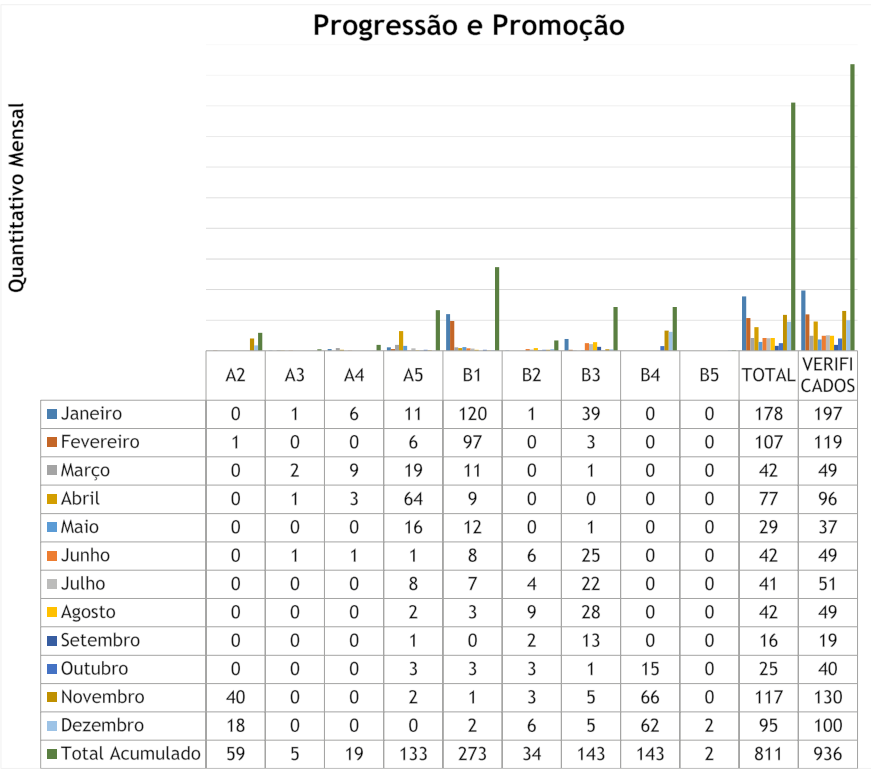
Fonte: GEPES

Além disso, há ainda o convênio da ANTT com o Cesam (Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador) que tem como objetivo contribuir para o fortalecimento do vínculo e da convivência familiar e comunitária de adolescentes e jovens, com a oferta de qualificação sócio profissional e inserção no mercado de trabalho. De janeiro a agosto de 2014, totalizaram 42 (quarenta e duas) vagas preenchidas por menores.

O Programa de qualificação do menor é composto de carga horária teórica realizada pelo CESAM e prática desenvolvida na ANTT, estabelecidas em dispositivos legais.

Processo de Progressão e Promoção

Entre janeiro e dezembro de 2014, foram verificados os requisitos de 936 (novecentos e trinta e seis) servidores do quadro de pessoal efetivo da Agência que completaram 365 dias de efetivo exercício, para fins de progressão e promoção. Desses, apenas 811 (oitocentos e onze) servidores alcançaram os requisitos mínimos necessários para obter suas progressões ou promoções funcionais regulares, conforme os gráficos abaixo.



Avaliação de Desempenho para pagamento de gratificação

A equipe de avaliações esteve empenhada no trabalho referente à avaliação de desempenho 360: cadastramento dos planos de trabalho, cobrança de atualizações referentes a equipes vinculadas, encaminhamento de fichas avaliativas dos servidores relativos à carreira de infraestrutura e contatos junto à informática, a fim de aperfeiçoar modificações no sistema de avaliação 360°, bem como prevenir falhas.

Houve a avaliação de desempenho em julho referente ao ciclo avaliativo de 01 de julho de 2013 a 30 de junho de 2014, acompanhando todas as etapas do processo, desde pedidos de recursos de 1ª e 2ª instância dos servidores até o julgamento destes pela Comissão de Avaliação de Desempenho (CAD).

Qualidade de Vida no Trabalho - QVT

A Equipe de Qualidade de Vida no Trabalho atua com o objetivo de facilitar as relações interpessoais, melhorando a comunicação e o desenvolvimento das atividades por meio de ações que proporcionem uma melhor consciência de qualidade de vida, saúde e bem estar no ambiente de trabalho.

O programa de Qualidade de Vida no Trabalho foi incluído no novo ciclo do Planejamento Estratégico e apresentado como uma das prioridades, pela diretoria da ANTT, em evento no auditório. Com a inclusão do programa de QVT no planejamento, foi elaborado Plano de Projeto com a redefinição de demandas e encaminhamentos, que terão como foco permitir maior eficácia na execução das ações e dos projetos definidos no programa.

A consolidação do Plano de Projeto, para o Planejamento Estratégico, foi realizada em julho de 2014 e foram definidas as etapas para a efetivação das ações, conforme abaixo. Assim ficou definido o escopo:

- I. Alinhamento das ações e projetos do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho às respectivas áreas relacionadas aos objetivos;
- II. Reunir com as diversas áreas, para definição do alinhamento/enquadramento das ações e projetos;
- III. Definir, junto às áreas responsáveis, o prazo de execução de cada ação e projeto que foram enquadrados para a respectiva área;
- IV. Encaminhar, para aprovação e publicação, minuta de portaria com o alinhamento das ações e projetos do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho às respectivas áreas relacionadas aos objetivos;
- V. Ajustar as datas de prioridades do programa de Qualidade de Vida no Trabalho ao novo escopo, conforme alinhamento/enquadramento de ações e projetos em cada área;
- VI. Monitorar a execução das ações e projetos, bem como, prestar suporte às áreas no que diz respeito ao levantamento das fontes de bem-estar e mal-estar relacionados às demandas;
- VII. Executar as ações e projetos definidos para a área de Qualidade de Vida no Trabalho.

Concurso Público 2013 - Edital nº 01/2013

Em 12 de maio de 2014, foi publicada no DOU a Portaria nº 151, de 9 de maio de 2014, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG com autorização para ampliação de 50% das vagas do concurso público regido pelo Edital nº 01, de 28 de maio de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 29 maio de 2013, para cargos de Analista Administrativo, Técnico Administrativo, Técnico em Regulação



de Serviços de Transportes Terrestres e Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres. A referida ampliação autorizou a nomeação de 66 (sessenta e seis) aprovados, conforme quadro abaixo.

Cargo	Área	Localidade	Quantitativo
Analista Administrativo	Administração	Brasília/DF	1
	Ciência Política	Brasília/DF	1
	Ciências Contábeis	Brasília/DF	1
	Comunicação Social	Brasília/DF	1
	Direito	Brasília/DF	2
	TI - Desenvolvimento de Sistemas da Informação	Brasília/DF	2
Subtotal			8
Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres	Direito	Brasília/DF	8
	Economia	Brasília/DF	3
	Engenharia Ambiental e Engenharia Florestal	Brasília/DF	1
	Engenharia Civil	Brasília/DF	12
	Engenharia Civil/Engenharia de Produção	Brasília/DF	6
	Estatística	Brasília/DF	1
Subtotal			31
Técnico Administrativo		Brasília/DF	5
Subtotal			5
Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres		Boa Vista/RR	1
		Brasília/DF	20
		Rio Branco/AC	1
Subtotal			22
Total Geral			66

Com a sinalização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com relação à autorização de ampliação do quantitativo de vagas do Concurso Público da Agência, foi realizado o 2º Curso de Formação para o cargo de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres no período de 5 a 24 de junho de 2014, na cidade de Brasília, totalizando uma carga-horária de 160 horas.

Segue resumo do 2ª Curso de Formação:

- 37 candidatos participaram e concluíram o Curso de Formação;
- 1 se matriculou e não compareceu;
- 1 desistiu durante o Curso de Formação.

Assim, foi publicada a Deliberação nº 310, de 21.10.2014, prorrogando por 1(um) ano o prazo de validade do 3º Concurso Público para os cargos de Analistas Administrativos, Técnico em Regulação e Técnico Administrativo, com vencimento em 28.10.2015. Também, em dezembro, foi publicada a Deliberação nº 389, de 11 de dezembro de 2014, prorrogando por 01 (um) ano o prazo de validade do 3º Concurso para o cargo de Especialista em Regulação em Transportes Terrestres, conforme abaixo.

Ademais, ao longo do exercício, em especial a partir de julho, procedeu-se com atos de nomeação de vagas não preenchidas ou resultantes de vacâncias, para os cargos em que havia candidatos com classificação final homologada.

### GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Durante o ano de 2014, devido ao aumento na quantidade de volume de dados à Gerência de Tecnologia da Informação (GETIN) julgou necessário dobrar o link de dados com as regionais e os postos de fiscalização, com isso atingimos melhor desempenho e estabilidade na conexão da rede de dados da ANTT.

Foram adquiridos 350 estações de trabalho para os servidores, além de soluções de balanceamento de carga para segurança da informação, buscando prover recursos de conectividade mais segura e estável.

Mediante aquisição de novos recursos de infraestrutura foi iniciado o processo de migração dos servidores virtuais hospedados em ambiente Microsoft Hyper-V para o novo ambiente de alta disponibilidade com VMware VCenter e EXXI 5.5, foi adquirida também uma nova solução de Backup Symantec NetBackup para melhor atender os usuários.

Foram adquiridos 39 Switches cisco para disponibilizar aos servidores da ANTT uma comunicação de dados mais segura e com alta disponibilidade de acesso à rede de dados e internet por meio de qualquer dispositivo.

Tendo por objetivo a modernização da infraestrutura de rede, as principais aquisições em 2014 foram:

- Fornecimento de solução de Atualização e Licenciamento de Software de Backup, incluindo suporte técnico. Contrato Nº 026/2014;
- Fornecimento de Solução de Segurança e Gerência Unificada para proteção e controle de estações de trabalho (desktops), dispositivos móveis (smartphones e tablets), servidores de rede e das informações, prevenindo contra vazamento de dados. Contrato Nº 018/2014;

- Fornecimento de solução de infraestrutura de conectividade de rede local sem fio (WIRELESS). Contrato Nº 020/2014;
- Atualização e Licenciamento de Antivírus. Contrato Nº 028/2014;
- Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva programada e corretiva, com fornecimento integral de peças para a SALA-COFRE da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Contrato Nº 037/2014;
- Contratação da empresa “90 T.I - SOFTWARES PARA ENGENHARIA” para aquisição do software COMPOR 90 versão mais recente, no total de 23 network (em rede ou flutuante). Contrato Nº 043/2014;
- Fornecimento de licenças de uso de softwares da marca Adobe, para publicação e edição de imagens, edição de figuras vetoriais, edição de arquivos tipo PDF, edição de animações e recursos de interatividade para publicações digitais em PDF ou HTML. Contrato Nº 046/2014;
- Prestação de serviço de disponibilização de servidores virtuais de processamento de dados em ambiente seguro (hosting). Contrato Nº 049/2014;
- Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e de Gerenciamento de Conexões à INFOVIA BRASÍLIA, estruturada sobre uma malha de cabeamento de fibra ótica, de propriedade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG. Contrato Nº 044/2014;
- Aquisição de 350 microcomputadores. Contrato Nº 059/2014;
- Fornecimento de solução redundante para balanceamento local e global com aceleração e segurança de aplicações, visando aumentar a disponibilidade, segurança e melhorar o desempenho de Aplicações e Serviços como: Correio Eletrônico e Aplicações Web. Contrato Nº 062/2014;
- Aquisição e atualização de licenciamento de uso dos Softwares de engenharia AUTODESK AutoCADBuilding Design Suite Premium em rede- Upgrade e AUTODESK CIVIL 3D 2014 (software de engenharia). Contrato Nº 069/2014;
- Fornecimento de equipamentos para virtualização, além de equipamentos para upgrade e ampliação da solução Blade Center DELL existentes no Datacenter. Contrato Nº 077/2014;
- Fornecimento de switches gigabit Thernet, além de Serviços de Suporte Técnico para os Ativos de Rede existentes na rede da ANTT. Contrato Nº 087/2014;
- Fornecimento de solução de segurança composta por equipamentos, licenças de software e extensão de garantia, baseada em hardware e software, para proteção de perímetro Web e E-Mail da ANTT. Contrato Nº 076/2014;
- Fornecimento de serviços de subscrições em plataforma de software livre RedHat Enterprise Linux e RedHatJBoss Enterprise Application Platform. Contrato Nº 078/2014;
- Fornecimento de serviços de subscrições em plataforma de software livre Postgress Plus Advanced e serviços de suporte técnico especializado para plataforma tecnológica de software Prostgress Enterprise DB. Contrato Nº 074/2014;
- Aquisição de solução integrada de segurança digital com conceito de blindagem do domínio WEB da ANTT, incluindo o fornecimento de Licença de Uso Corporativa. Contrato Nº 081/2014;
- Prestação de serviços de Tecnologia da Informação, sendo: Prestação de serviços de desenvolvimento, manutenção, sustentação e documentação de Sistemas de Informação, portais, BI, Sistemas e/ou Aplicativos para dispositivos móveis e Sistemas que utilizam Geoprocessamento.

Contrato Nº 082/2014;

- Prestação de serviço de mensuração das demandas executadas pela fábrica de software na modalidade de Fábrica de Métrica e Mensuração de Demanda. Contrato Nº 084/2014;
- Fornecimento de software para implantar um padrão arquitetônico de governança de dados. Saneamento de dados. Contrato Nº 058/2014.

### Perfil dos Recursos Humanos - TI

Perfil	Quantidade
<b>Servidor/empregados públicos efetivos de outras carreiras (que não TI) da própria Instituição.</b>	8
<b>Servidores/empregados públicos cedidos de outras instituições públicas.</b>	3
<b>Estagiários</b>	4
<b>Terceirizados que trabalham regularmente no ambiente da instituição (contratos de serviço continuados com cessão de mão de obra)</b>	50
<b>Terceirizados que trabalham no ambiente da instituição para execução de projetos de tempo determinado.</b>	6
<b>Servidores/empregados públicos do quadro de TI que NÃO atuam na área de TI da instituição.</b>	0
<b>TOTAL</b>	<b>71</b>

Fonte: GETIN.

### Central de Atendimento ao usuário (CAU)

A Central de Atendimento ao Usuário - CAU contabilizou o registro de 24.679 chamados. Dentre outros serviços:

- Inventário de todos os microcomputadores na sede da ANTT;
- Manutenção preventiva;
- Atualização de Antivírus;
- Distribuição de microcomputadores na sede da ANTT;
- Auxílio na virada do Sistema SGM.

### Infraestrutura de TI

A infraestrutura atendeu 1.885 chamados para melhor atender todos os usuários da agência. Dentre outros serviços:

- Troubleshooting e reinstalação completa do componente Client Access Server (CAS) da solução de correio eletrônico Microsoft Exchange 2010, devido a falhas apresentadas após as manobras de manutenção nos equipamentos e quadros de energia elétrica, ocorridas nos dias;
- Troubleshooting e habilitação da funcionalidade de auditoria em todas as pastas do servidor de arquivos, devido ao problema de perda de permissões;
- Troubleshooting e reconfiguração completa do serviço RDP Session Host Configuration do servidor SRVREMOTO, após este serviço ter apresentado problemas;

- Criação do ambiente para a nova Intranet;
- Configuração avançada do NAGIOS em CentOS 6.4;
- Criação de solução de contingência para o proxy da ANTT com TMG, com o ambiente a seguir (Cluster NLB com 3 servidores e Gerência com 1 servidor em ambiente Microsoft);
- Migração do firewall Clavister (Configuração inicial em 4 appliances e Criação e migração de regras);
- Migração do balanceador F5 (Configuração e criação de regras);
- Monitoramento, configuração, adequação com padrões das seguintes soluções: Firewall Clavister, Anti-virus (SEP), Proxy (Ironport), Anti-Spam (SMS), Balanceador (Radware), IPS (TippingPoint), DDOS (Corero);
- Instalação e configuração dos servidores Linux CentOS de homologação e produção do DOCFLOW;
- Instalação de toda a infraestrutura da Regional de Porto Alegre;
- Instalação e configuração dos servidores Linux CentOS de homologação e produção do DOCFLOW.

#### Desenvolvimento e Produção de Sistemas

Foi estabelecido na ANTT um padrão de desenvolvimento e manutenção de sistemas, publicado por meio do Processo de Desenvolvimento de Software - PDS institucional. O PDS estabelece uma metodologia para o desenvolvimento de software e tem como objetivo padronizar o ciclo de vida do projeto de desenvolvimento de sistema, definindo as atividades, os responsáveis e os artefatos. Um dos benefícios da adoção de um processo bem definido é o aumento do nível de produtividade das equipes técnicas envolvidas nos projetos, pois formaliza a distribuição e as atribuições das atividades por cada papel desempenhado. Além de ser um mecanismo para obtenção de um produto com qualidade, o PDS também visa apoiar na definição de acordos em futuros contratos de prestação de serviço de desenvolvimento de software.

Ao final de 2014 realizou-se processo licitatório para contratação de uma nova fábrica de software, visto que o contrato anterior se encerrou e não havia mais possibilidade de renovação. Neste processo foram contratados ainda uma fábrica de testes para aumentar a qualidade dos produtos desenvolvidos pela fábrica de software e uma fábrica de métricas para realizar a contagem funcional dos produtos desenvolvidos.

Visando adequar o PDS às exigências dos novos contratos de fábrica de software, métricas e testes, melhorar a gestão e a qualidade dos softwares desenvolvidos, a SUDEG/GETIN elaborou uma nova versão do PDS que encontra-se em fase de aprovação pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - CGTI para posterior aprovação da Diretoria Colegiada.

Além dos sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da Instituição, listamos abaixo os Sistemas de maior relevância para a Agência:

- PEF - Pagamento Eletrônico de Frete para Transporte de Cargas;
- SISAUT - Sistema de Autorização de Passagens;

- SISFRET - Sistema de Fretamento para Autorização de Viagens;
- SGP - Sistema de Gestão de Permissões para Exploração de Transporte de Passageiros;
- SEP - Sistema de Excesso de Peso;
- SPM - Sistema de Processamento de Multas;
- SAR - Sistema de Arrecadação;
- Frequência - Sistema de Controle de Frequência;
- Sismultas - Sistema de multas;
- GIGFER - Gestão com Inteligência Geográfica de Ferrovias;
- Sistema de Gratificação e Qualificação para atendimento de demandas da GEPES;
- O Sistema de Cadastro de Demandas - SICAD, para que usuários internos solicitem manutenção aos sistemas de informática, teve 1.583 chamados abertos no ano de 2014.

## GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL

### PROJETO ESPLANADA SUSTENTÁVEL

O Projeto Esplanada Sustentável - PES foi instituído pela Portaria Interministerial MP/MMA/MME/MDS nº 244, de 6 de junho de 2012, a partir da integração das ações constantes nos seguintes programas: Programa de Eficiência do Gasto - PEG; Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel, Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P e a Coleta Seletiva Solidária.

A metodologia utilizada é o PDCA (plan, do, check, act). Essa metodologia consiste em uma ferramenta gerencial na qual há uma fase inicial de coleta de informações sobre as despesas, para em seguida essas despesas serem analisadas, de modo a definir um potencial de economia e a identificação de ações que poderão promover a redução efetiva de gastos.

De forma a consolidar o Projeto Esplanada Sustentável, adotou-se como estratégia inicial implantar um escopo regional mais reduzido na primeira etapa, sendo o Projeto implementado apenas nas Unidades Organizacionais localizadas em Brasília - DF. Dessa iniciativa, foram obtidos os seguintes resultados:

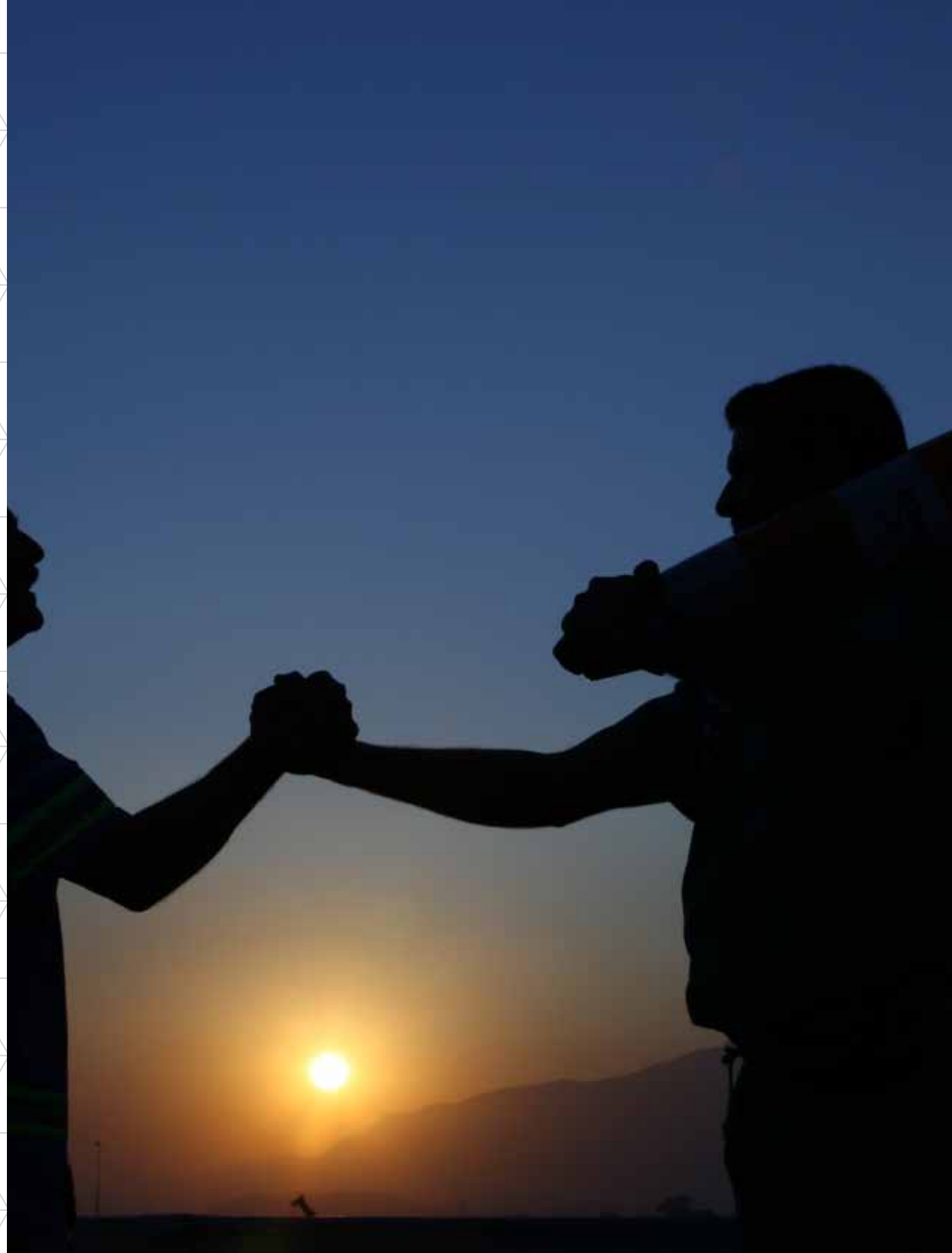
- Destinação social e ambientalmente correta dos papéis e demais resíduos recicláveis descartados, com a execução do PLS voltado à Coleta Seletiva;
- Doação de aproximadamente de 15,5 toneladas de resíduos recicláveis a uma cooperativa de catadores;
- Taxa de rejeito dos resíduos doados nula, isto é, os resíduos doados à cooperativa foram totalmente segregados em sua origem, a ANTT, e, portanto, aproveitados em 100% pela cooperativa;
- Alto nível de segregação de resíduos, com a separação minuciosa de conformidade com os diferentes processos de reciclagem empregados para cada tipo de resíduos, conforme observa-se na tabela abaixo;
- Doação de recicláveis, por tipo de resíduo:



Tipo de Resíduo		Total
Papel	Jornal	1.707
	Pardo	377
	Papelão	4.483
	Preto e Branco	7.222
	Revista	820
Plástico	Duro	169
	Mole	385
	Copos	22
Outros	CD	9
	Metais	59
	Madeira	37
	Eletrônicos	257
	Toner	7
Total		15.551

- Energia elétrica: redução de 0,5% do consumo de 2014 em relação a 2013. O percentual foi pequeno, pois com a implementação do PLS, em 2013, já foi atingido um patamar de eficiência energética.
- Água e esgoto: redução de 2,85% do consumo de 2014 em relação a 2013. O percentual foi pequeno, pois com a implementação do PLS, em 2013, já foi atingido um patamar de eficiência no consumo de água.

# ***RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E CONTROLE***



OUVIDORIA

Canais de Acesso do Cidadão

A Ouvidoria da ANTT disponibiliza à sociedade os seguintes canais de comunicação:

- **Telefone 166**

A central de atendimento funciona ininterruptamente, de segunda a domingo, inclusive feriados, 24 horas por dia. Recebe chamadas originadas de telefones fixos e móveis. As chamadas são gratuitas para os Cidadãos-Usuários.

- **Formulário eletrônico "Fale Conosco"**

Disponível no sítio: <http://www.antt.gov.br/>.

- **E-mail**

Os interessados podem enviar manifestações para o e-mail [ouvidoria@antt.gov.br](mailto:ouvidoria@antt.gov.br).

- **Atendimento online**

Disponível no sítio <http://www.antt.gov.br/>. A principal vantagem do canal é o atendimento às demandas das pessoas com deficiência auditiva e/ou da fala.

- **Atendimento presencial**

A ANTT disponibiliza no Edifício Sede a "Sala do Cidadão" que funciona de segunda a sexta-feira, em horário comercial.

- **Correspondência**

A Ouvidoria recebe manifestações, por meio de cartas endereçadas à Sede, localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8 - Brasília - DF CEP: 70200-003.

De forma similar ao ano de 2013, o canal de acesso por meio telefônico 166 se caracteriza como o meio de comunicação mais utilizado pelos usuários para contato com a ANTT.

Meios de Comunicação - Atendimento

Meio De Comunicação		2013	2014
<b>166</b>		194.695	201.832
<b>Internet</b>	Fale Conosco	8.261	8.421
	E-Mail	24.363	23.093
	Chat	12.299	14.048
<b>Carta</b>		87	129
<b>Atendimento Presencial</b>		89	156
<b>Total</b>		239.716	247.679

Fonte: Ouvidoria/ ANTT.

Em 2014, foram realizados 603.624 atendimentos, incluindo ocorrências como: "Troles", "Perda de Ligação" e "Ligação finalizada por desrespeito do usuário", todas relativas ao tipo "Outras Solicitações". Para análise e tratamento destas manifestações, estes assuntos citados são excluídos da quantidade total de atendimentos, o que resulta na quantidade de 247.679 manifestações.

A Ouvidoria da ANTT desempenha um papel de intermediadora de interesses, buscando promover a interligação entre toda a sociedade e os setores finalísticos da Agência. Nossos atendentes são treinados para responder diretamente a maioria dos questionamentos e dúvidas que nos chegam e, atualmente, mais de 90% das manifestações são encerradas na Ouvidoria. As solicitações que dependem de análise, resposta ou atuação técnica são encaminhadas aos setores competentes para providências e posterior resposta ao interessado.

Tipo De Manifestação	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Pedido De Informação</b>	237.491	275.162	243.091	161.977	145.780
<b>Outras</b>	60.771	97.046	44.614	219.838	433.437
<b>Reclamação</b>	22.642	26.295	28.965	22.807	23.448
<b>Sugestão</b>	1.219	1.202	846	1.863	779
<b>Elogio</b>	445	128	74	83	75
<b>Denúncia</b>	50	141	125	205	105
<b>Total</b>	322.618	399.974	317.715	406.773	603.624

Fonte: Ouvidoria/ ANTT.

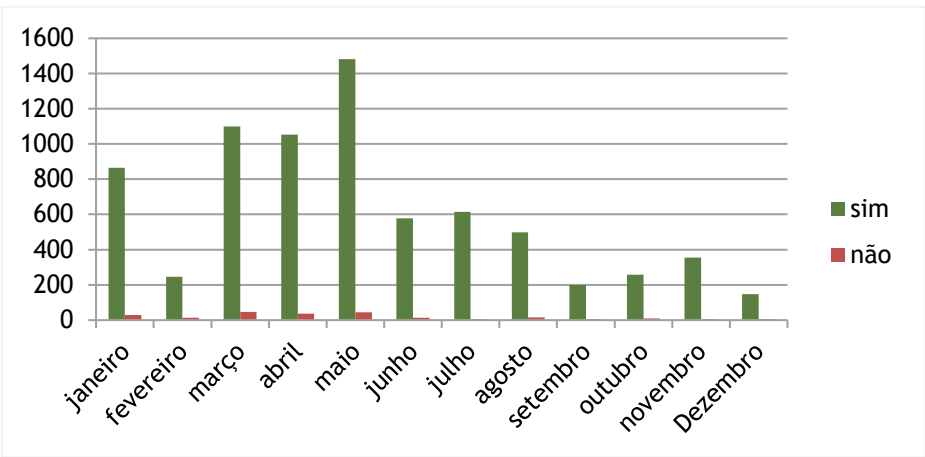
Pesquisa de Satisfação do Atendimento

Abaixo, está demonstrado o resultado da pesquisa de satisfação nos atendimentos da Ouvidoria nos últimos três anos:

**Pergunta 1: Sua dúvida ou solicitação foi esclarecida ou resolvida?**

Ano 2012

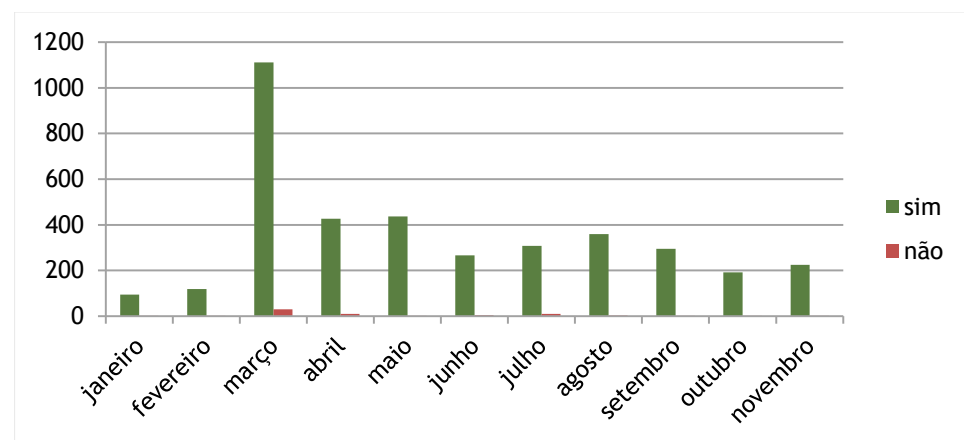
Grau de Eficácia no Atendimento Ano 2012





## Ano 2013

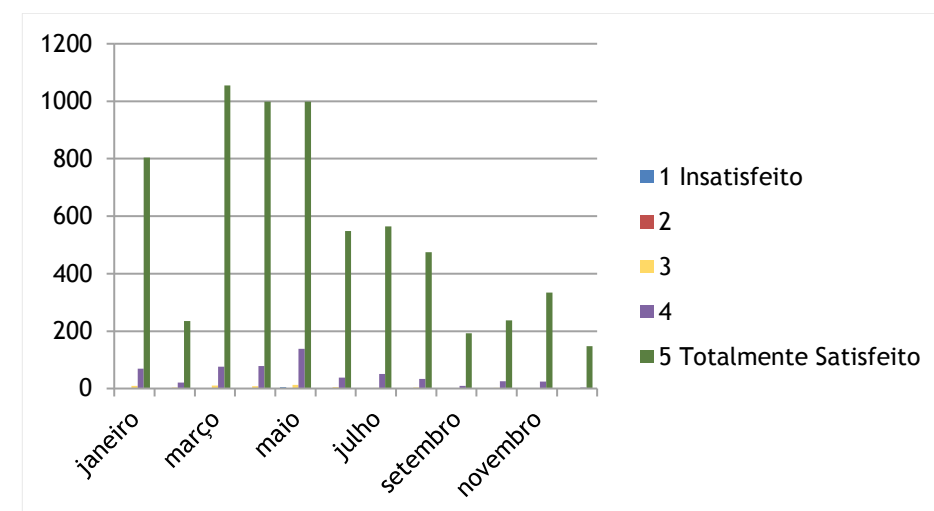
Grau de Eficácia no Atendimento Ano 2013



**Pergunta 2:** Numa escala de 1 a 5, onde 1 é totalmente insatisfeito e 5 é totalmente satisfeito, que nota o Sr. dá ao profissional que lhe atendeu?

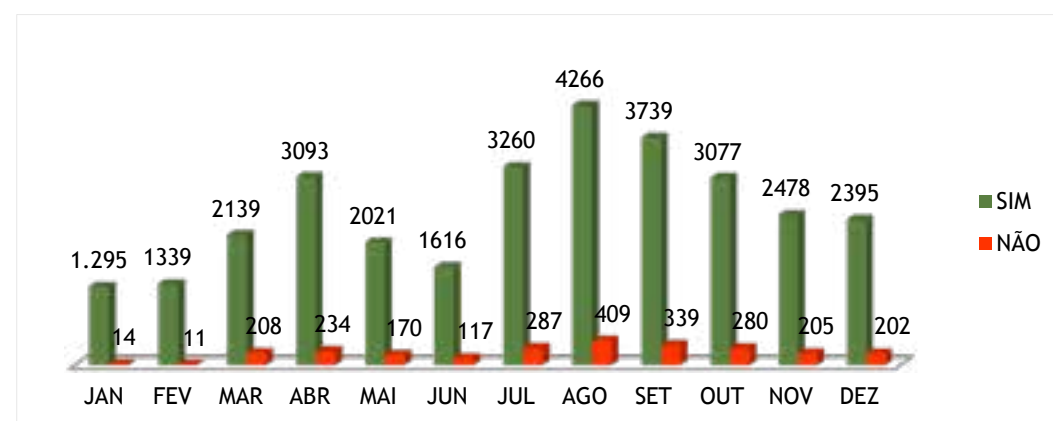
## Ano 2012

Índice de Satisfação do Usuário por Escala de 1 a 5 - 2012



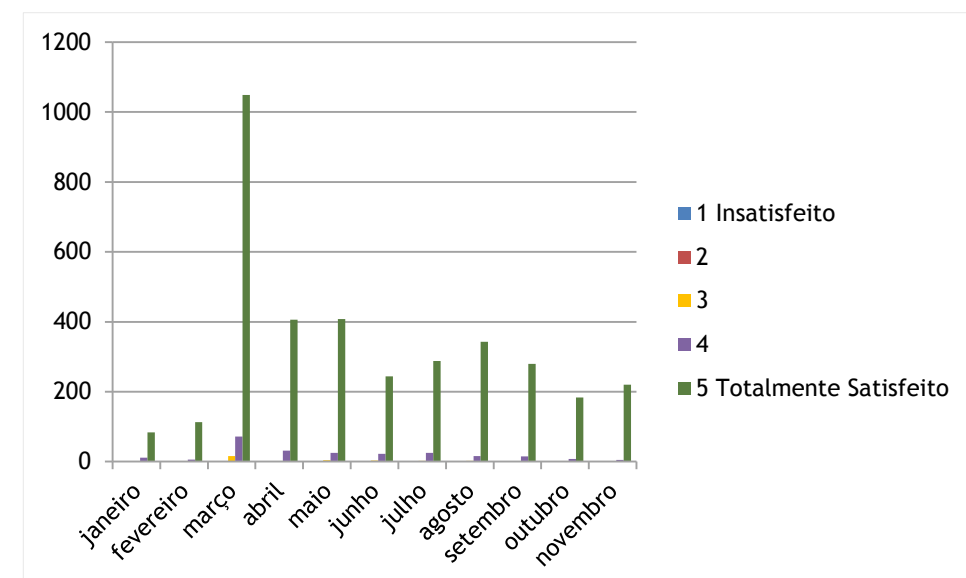
## Ano 2014

Grau de Eficácia no Atendimento Ano 2014



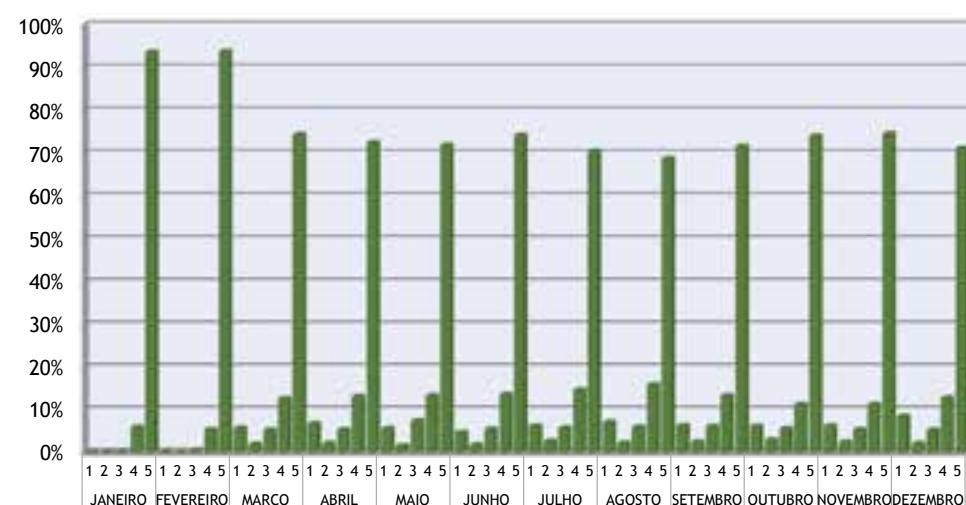
## Ano 2013

Índice de Satisfação do Usuário por Escala de 1 a 5 - 2013



Ano 2014

Índice de Satisfação do Usuário por Escala de 1 a 5 - 2014



## COMUNICAÇÃO

As ações de comunicação da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT - foram planejadas e executadas com base em levantamento de necessidades nas diversas unidades organizacionais da Agência. A partir do levantamento foi elaborado o Plano Anual de Comunicação - PAC, em cumprimento ao Decreto nº 6.555/2008 e à Instrução Normativa SECOM-PR nº 02/2009, e o Plano de Ações de 2014, contemplando todas as atividades da Assessoria de Comunicação Social, envolvendo os três segmentos: imprensa, relações públicas e publicidade e propaganda, que compõem a atividade de comunicação social. As ações foram executadas em conformidade com a demanda e dentro das possibilidades orçamentárias e de pessoal.

A ANTT não possui contrato com qualquer agência de publicidade e propaganda. Dessa forma, as ações que exigem essa participação, conforme estabelecido no art. 9º do Decreto 6.555, de 8 de setembro de 2008, são executadas por meio de parceria com o Ministério dos Transportes, com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República ou por contratação, por meio de licitações específicas.

### Ações de Patrocínio

Os patrocínios concedidos pela ANTT estiveram restritos a eventos do setor de transporte relacionados com sua área de atuação.

#### Eventos:

Os patrocínios concedidos pela ANTT estiveram restritos a eventos do setor de transporte relacionados com sua área de atuação, como os abaixo elencados:

- **XXVIII ANPET - Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes - Curitiba-PR - 24 a 28 de Outubro de 2014:** Evento promovido pela Associação Nacional de Pesquisa em Transportes. É realizado anualmente em parceria com as Universidades Federais. Em 2014 o evento foi realizado em conjunto com a Universidade Federal do Paraná, Universidade Estadual do Paraná e Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá - FUNESPAR. A ANTT participa do Congresso da ANPET, tendo em vista a importância para o setor de transportes, destacando-se a interação com o meio acadêmico para troca de experiência e a capacitação de técnicos da Agência. O valor patrocinado (R\$ 8.000,00) foi utilizado como parte do custeio das despesas do evento que contou com o patrocínio de outras instituições.

- **VI Seminário Brasil nos Trilhos:** evento promovido pela Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF, realizado em Brasília-DF nos dias 20 e 21 de Agosto de 2014. A ANTT entrou com a cota de patrocínio de R\$ 60.000,00. O Seminário Brasil nos Trilhos é o maior evento do setor ferroviário do País, no ano de 2014 o evento teve como tema a “Agenda 2020: desafios e oportunidades - cargas e passageiros”. O transporte ferroviário hoje é tema indispensável na pauta dos principais debates econômicos e políticos sobre a infraestrutura do País. Isso porque governo e especialistas em movimentação de cargas e mobilidade urbana sabem da importância e necessidade das ferrovias para o desenvolvimento econômico e social brasileiro.

### Ações Promocionais Próprias

São aquelas de cunho institucional, ou seja, utilizadas para divulgar atos, ações, programas, serviços, campanhas metas e resultados voltados para valorizar e fortalecer a imagem da instituição e estimular a participação da sociedade nos assuntos da área de atuação da Agência.

- **Relatório Anual 2013** - projeto gráfico/revisão/impressão - prestação de contas das atividades da Agência à sociedade, é uma síntese das ações técnico-administrativas exercidas durante o ano.
- **Revista ANTT** - publicação de cunho técnico e científico sobre assuntos relacionados ao setor de transporte terrestre.

### Distribuição de Publicidade Legal

A distribuição da publicidade legal da ANTT é executada por meio do Contrato 029/2010, firmado com a Empresa Brasil de Comunicação - EBC. Em 2014, foram publicadas/divulgadas 105 matérias legais.

### Jornais

- 20 avisos referentes a audiências públicas;
- 01 aviso de consulta pública;
- 02 avisos de reunião participativa;
- 36 avisos sobre licitação;
- 01 aviso de tomada de subsídio;
- 35 comunicados relevantes.

### Publicidade de Utilidade Pública

As ações de Utilidade Pública destinam-se a divulgar direitos, produtos e serviços colocados à disposição dos cidadãos com o objetivo de informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar o cidadão sobre seus direitos e deveres. Devido à assinatura do contrato nº 035/2010, que trata da execução de serviços gráficos, a produção de material de utilidade pública acabou por ser incluída no contrato citado.

### Ações de Imprensa

#### Serviços de Assessoria de Imprensa

- Atendimento Geral: 1.436;
- Entrevistas individuais: 130;
- Acompanhamento de diretores ou gerentes em entrevistas ou em programas de TV: 36;
- Acompanhamento do Diretor Geral em viagem de trabalho para participar de eventos em rodovia sob concessão: 02;
- Entrevistas coletivas: 08.

## AÇÕES PARLAMENTARES

No cumprimento de sua missão regimental, a Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentar - ASPAR vem estabelecendo e coordenando o relacionamento da ANTT com órgãos do Poder Legislativo, órgãos governamentais da União, Estados e Municípios, entidades representativas empresariais, usuários dos serviços de transporte terrestre e categorias profissionais relacionadas com os interesses da Agência.

Com relação ao relacionamento interno, vem interagindo com a Procuradoria-Geral, na obtenção dos pareceres jurídicos e com as Superintendências na obtenção dos pareceres técnicos, ambos relativos aos Projetos de lei e Medidas Provisórias enviados pelo Ministério dos Transportes, assim como, com todo o corpo gerencial para informar o resultado da prospecção e do monitoramento das proposições em tramitação no Congresso Nacional.

No exercício de 2014, foram encaminhadas para análise da Agência, 559 (quinhentas e cinquenta e nove) demandas, sendo 62(sessenta e dois) Projetos de Lei, 14 (quatorze) Medidas Provisórias, 468 (quatrocentos e sessenta e oito) Pleitos de Parlamentares e 10 (dez) Requerimentos de Informação.

Com relação ao desempenho das funções de Assessoria Política, intermediou a realização de 5 (cinco) Audiências Internas com Parlamentares e participou de 9 (nove) Audiências Públicas no Congresso Nacional.

## CORREGEDORIA

A Corregedoria da ANTT, conforme disposto no Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, integra o Sistema Correcional do Poder Executivo Federal e responde pela fiscalização das atividades funcionais de servidores efetivos, requisitados e comissionados, e em seu campo de atuação, aplica os seguintes normativos:

- Lei nº. 8112/1990, que disciplina o Processo Administrativo Disciplinar a partir do artigo 143;
- Portaria nº. 335/2006 da Controladoria-Geral da União, que regulamenta o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;
- Regimento Interno da ANTT, que disciplina a competência da Corregedoria, em seus artigos 44 e 45;
- Deliberação nº. 007/2010, que aprovou a Norma Administrativa NA-001/2010/COREG, que define os procedimentos para instauração, execução e julgamento de processo de natureza disciplinar; e
- Deliberação nº. 288/2012, que aprovou o Anexo da Deliberação dispondo sobre a instauração, instrução e julgamento de Processo Administrativo de Natureza Disciplinar no âmbito da ANTT.

Consta nos artigos 44 e 45 do Regimento Interno, aprovado por intermédio da Resolução nº 3.000/2009, que a Corregedoria adotará duas formas distintas de ação: a preventiva e a corretiva. Para execução da primeira, utiliza-se de instrumentos como palestras, solicitação ou mesmo convocação de servidores para prestarem informações ou esclarecimentos, além dos trabalhos de Correições Ordinárias e Extraordinárias, em áreas específicas ou mesmo nas Unidades Regionais da BA, CE, MA, MG, PE, RJ, RS, SP e URCN.

Na condução dos trabalhos corretivos, os quais objetivam apurar responsabilidade de suposto desvio de

conduta praticado por servidor, a Corregedoria é responsável pela promoção das Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares - PADs, regularmente instituídos por meio da Lei nº 8.112/1990, em especial os Títulos IV - Do Regime Disciplinar e V - Do Processo Administrativo Disciplinar.

Conta, ainda, a Corregedoria, com o instrumento da “Investigação Preliminar”, criado por meio da Portaria nº 335/CGU, o qual busca elementos que possam ensejar a instauração de procedimento mais gravoso, disciplinado nesta Agência por Normativo Interno e recentemente atualizado por meio da Deliberação nº 288/2012. Esse procedimento vem substituindo a Sindicância Investigativa, com vantagem, por possibilitar a execução dos trabalhos em um prazo mais amplo.

Neste sentido, no ano de 2014, foram instaurados 3 procedimentos de Investigação Preliminar, dos quais, 01 foi arquivado e 02 ainda estão em andamento.

Por outro lado, foram instaurados 7 Processos Administrativos Disciplinares (PAD's), decorrentes de Investigações Preliminares do mesmo ano e também de exercícios anteriores; julgados 3 PAD (instaurados em 2013), dentre os quais 1, com aplicação de penalidade de Suspensão e 2 Arquivados.

## AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna é parte integrante da estrutura organizacional, em conformidade com o Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, que aprovou o seu regulamento, e Resolução nº 3.000, de 28 de fevereiro de 2010 (D.O.U de 18 de fevereiro de 2010), da Diretoria da ANTT, e suas alterações, que aprovou o Regimento Interno da Agência.

Em 19 de dezembro de 2012, por meio da Resolução nº 3.974, publicada no DOU em 21 de dezembro de 2012, a Auditoria Interna foi vinculada à Diretoria Colegiada, órgão decisório máximo, em cumprimento à recomendação expressa no Acórdão TCU 2.261/2011.

O apoio ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal se dá mediante o fornecimento de periódico de informações sobre os resultados dos trabalhos realizados e no atendimento das solicitações de trabalhos específicos.

Quanto à escolha do titular da Auditoria Interna, o nome indicado, após aprovação da Diretoria Colegiada da Agência, é submetido à aprovação da Controladoria Geral da União - CGU.

A Auditoria Interna planeja a sua atuação por meio do Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT, quando é elaborada a matriz de risco. Em decorrência do planejamento realizado em 2014, os exames de auditoria foram distribuídos contemplando os seguintes segmentos abrangidos pela competência institucional:

- Segmento de Cargas - Fiscalização, Regulação e Outorga;
- Segmento de Ferrovias - Fiscalização, Regulação e Outorga;
- Segmento de Gestão - Administrativa, Planejamento, Finanças e Tecnologia da Informação;
- Segmento de Passageiros - Fiscalização, Regulação e Outorga;
- Segmento de Rodovias - Fiscalização, Regulação e Outorga.

O comando das atividades inseridas nos segmentos elencados anteriormente compete às Superintendências de Processos Organizacionais, localizadas na Sede da ANTT. Assim, em 2014, todos os processos de



trabalho desenvolvidos pela Sede da ANTT foram contemplados nas ações de auditoria.

No exercício de 2014, a Auditoria Interna, realizou os seguintes trabalhos, todos em conformidade com seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT:

PLANEJAMENTO (PAINT 2014)	EXECUÇÃO
12 Ações Ordinárias	Ação 01 - Fiscalização Cargas Rodoviárias.
	Ação 02 - Gestão, Regulação e Outorga Cargas Rodoviárias.
	Ação 03 - URRJ.
	Ação 04 - Fiscalização Ferrovias.
	Ação 05 - Gestão, Regulação e Outorgas Ferrovias.
	Ação 06 - Gestão Administrativa.
	Ação 07 - Planejamento, Finanças, Orçamento e TI.
	Ação 08 - Fiscalização Rodovias.
	Ação 09 - Gestão, Regulação e Outorgas Rodovias.
	Ação 10 - Fiscalização Passageiros.
	Ação 11 - Gestão, Regulação e Outorgas Passageiros.
	Ação 12 - URMG.
Trabalhos Especiais	NOTA nº 01/GEAUD/AUDIT/2014 - Solução Wireless e NOTA nº 02/GEAUD/AUDIT /2014 - Reequilíbrio Econômico - Financeiro do Contrato de Concessão da CON CER.
Prestação de Contas 2013	Exames realizados e Parecer elaborado.
Elaboração do R AINT 2013	RAINT 2013 elaborado e enviado a CGU.
Elaboração do PAINT 2014	PAINT 2014 elaborado e aprovado pela CGU e Diretoria Colegiada da ANTT.

Fonte: Auditoria/ANTT.

Os exames da Auditoria Interna abrangeram todos os segmentos de atuação da Agência, e os respectivos Relatórios, decorrentes dos exames realizados, foram elaborados e enviados à Diretoria da ANTT e à Secretaria Federal de Controle Interno - SFC/CGU. As recomendações de auditoria constantes desses relatórios foram objeto de acompanhamento periódico e monitoramento pela AUDIT até o completo saneamento das questões apontadas.

Com relação às atividades de supervisão externa constitucional, o Tribunal de Contas da União, no exercício de 2014, adotou 30 Acórdãos em processos relacionados às atividades da Agência, e expediu 34 ofícios

de Diligências requerendo informações e/ou documentos, os quais foram atendidos tempestivamente. Para o atendimento às disposições das Instruções Normativas nº. 27/1998 e 46/2004, a ANTT encaminhou ao Tribunal de Contas da União 53 ofícios com informações e documentos referentes aos atos de permissões e concessões.

Os Auditores do Tribunal de Contas da União também realizaram Auditoria de Acompanhamento da Atuação da ANTT na Fiscalização da Execução Contratual Relativa à Concessão do Trecho da Rodovia BR-101/ES, Auditoria no Corredor Logístico do Rio Madeira, Auditoria na Execução Contratual da Ferrovia Transnordestina, Auditoria de Bens Ferroviários Arrendados, Auditoria de Acompanhamento dos Investimentos da 1ª Etapa do (PROCROFE) e Auditoria de Governança e Políticas Públicas de Infraestrutura de Transportes.

No que diz respeito à atuação dos órgãos de controle interno do Governo Federal na Agência, a Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União- SFC/CGU realizou, em 2014, auditoria para análise da atuação e estrutura desta Auditoria Interna (AUDIT), Auditoria do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/2015, Auditoria de Acompanhamento Permanente da Gestão, Auditoria de Prestação de Contas Anual 2013 e Auditoria no novo contrato da Transnordestina.

## RELATÓRIO ANUAL ANTT 2014

**Coordenação**  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO - SUDEG

**Projeto Gráfico, Diagramação, Arte e Finalização**  
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM

**Impressão**  
SUPERNOVA SOLUÇÕES GRÁFICAS E EDITORA LTDA

SCES Lote 10 Trecho 03  
Projeto Orla Polo 8  
CEP: 70200-003, Brasília - DF

Em caso de dúvida ou denúncia  
ligue para a ouvidoria da ANTT: 166  
ouvidoria@antt.gov.br

Outros canais da ANTT  
Site: [www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br) (fale conosco)  
Facebook: ANTTnoFace  
Twitter: @ANTT\_oficial  
Instagram: @ANTTagencia  
YouTube: CanalANTT